

RELATÓRIO 2017 DE SUSTENTABILIDADE



CAMPINAS BEM TRATADA

A eficiência do tratamento de esgoto contribuindo com o desenvolvimento da cidade.

 **SANASA**
CAMPINAS
NOSSA VIDA É INOVAR

ÍNDICE

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	03
Mensagem do Diretor Presidente	04
Perfil Organizacional	05
Sobre este Relatório	06
Iniciativas e Participações	08
Desempenho Econômico	09
Governança Corporativa	14
Gestão Ambiental	30
Comunidades	75
Gestão de Pessoas	88
Gestão de Fornecedores	92
Clientes e Consumidores	99
Gestão da Qualidade	108
Pacto Global	120
CEO WATER MANDATE	121
Sumário GRI opção Essencial	122
Créditos	127

SILVIO ROBERTO BERNARDIN

Presidente do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da SANASA reconhece 2017 como um ano de excelente resultado. A companhia apurou um lucro líquido de R\$ 119 milhões, 51,21% superior ao registrado no ano anterior, e aumento de geração de caixa operacional, medido pelo EBITDA, de 28,45%. Os investimentos no período somaram R\$ 58 milhões, e a projeção para 2018 é investir R\$ 149 milhões. Esse resultado é bastante animador, especialmente, considerando o cenário nacional, que apresentou uma leve recuperação econômica após um difícil período de recessão. O PIB – Produto Interno Bruto do Brasil em 2017 cresceu apenas 1% em relação a 2016, após duas quedas consecutivas de 3,5% nos anos de 2015 e 2016.

O balanço sobre o exercício de 2017 assegura que a SANASA vem seguindo a política de gestão econômico-financeira correta, o que possibilitou a rápida recuperação pós crise hídrica nos anos de 2014 e 2015. Em 2014, o prejuízo apurado foi de R\$ 18 milhões e em 2015 o resultado negativo marcou R\$ 57 milhões. Mas é importante afirmar que mesmo naquele período a empresa foi conduzida mediante a estrita orientação da Acionista Majoritária de não interromper as obras para expansão dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no município de

Campinas. Essas metas seguem à política pública de universalização definida no Plano Municipal de Saneamento Básico de Campinas, que entre os anos 2013 e 2017 recebeu investimentos no montante de R\$ 475 milhões.

O desempenho da SANASA é fruto da adoção de uma gestão empresarial comprometida com os melhores resultados e que carrega em sua essência o caráter social e ambiental do saneamento. O compromisso em atender à comunidade local tem como premissa os Direitos Humanos à Água e ao Saneamento Básico, com as garantias de que todos os moradores da cidade devem ter acesso com a mesma qualidade de serviços, fortalecendo a política de inclusão social, que em 2017 atendeu 18,82% da população, cerca de 223 mil moradores, mediante a prática da tarifa social.

O Conselho de Administração também reconhece que os resultados são fruto do empenho da diretoria da empresa, dos funcionários e do apoio da Acionista Majoritária. Olhando para o futuro este Conselho está certo de que a meta de universalização para o município de Campinas, traçada para até 2022, é absolutamente alcançável, elevando significativamente a qualidade de vida de sua população. ■

ARLY DE LARA ROMÊO

Diretor Presidente

A SANASA apresenta o Relatório de Sustentabilidade/GRI, de cobertura do exercício do ano de 2017, confiante de que a universalização no município de Campinas será alcançada até o ano de 2022. Neste relatório a empresa torna pública a prestação de contas sobre os avanços do negócio pela premissa do desenvolvimento sustentável, que visa a boa oferta de serviços minimizando os impactos negativos de suas operações. O saneamento é um serviço de imediato impacto positivo, desde que aplicadas tecnologias inovadoras, capazes de garantir a eficiência das operações, e, também, quando se promove a inclusão social.

Ao longo de quatro décadas a SANASA tem se engajado junto à comunidade local, buscando conhecer seus anseios e suas necessidades, isso se reforça nas diretrizes propostas pela Acionista Majoritária, consideradas no Plano Municipal de Saneamento Básico/2013. Através do Plano de Negócios, a SANASA consolida estas diretrizes, no que denomina Plano 300%: 100% de abastecimento de água, 100% de coleta e afastamento e 100% de tratamento de esgoto. Em 2017, a SANASA registrou abastecimento de água para 99% da população e 95% de capacidade instalada de tratamento de esgoto.

O desafio que se impõe a uma companhia de saneamento é de garantir o abastecimento com qualidade e segurança, estabelecendo um lastro de confiança com a população atendida. Ao longo dos anos a SANASA compreendeu que seria imprescindível investir em inovação tecnológica promovendo operações mais seguras e eficientes, capazes de combater a poluição dos corpos d'água. Neste entendimento, foram definidas estratégias de utilização de membranas ultrafiltrantes, o que se deu numa primeira fase com a EPAR Capivari II, atualmente, segue em fase de obras a EPAR Boa Vista. Em 2017 a companhia assinou cartas de crédito junto à Caixa Econômica Federal no montante de R\$ 273.419 milhões, recursos que serão aplicados em obras de ampliação e remodelagem de algumas das atuais estações de tratamento de esgoto. Estas ações seguem um cronograma de obras e de investimento, que nos

possibilita visualizar, até o ano de 2020, um cenário com 50% de todas as operações de tratamento de esgoto elevadas do nível secundário para o nível terciário, promovendo impacto positivo sobre as bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí.

O Programa de Controle e Combate às Perdas é mais uma ação eficiente pela gestão de garantia de abastecimento, que em 2017 totalizou o Índice de Perdas de Distribuição em 20,9% e de Perdas de Faturamento em 12,9%. Em 23 anos foram investidos R\$ 218 milhões e graças à sua eficiência, a companhia deixou de gastar R\$ 1 bilhão em obras de reparo e de infraestrutura. Esses resultados permitiram à SANASA saúde financeira para investir em serviços de esgotamento sanitário, além de manter o volume anual de outorga, totalizado em 133 milhões de metros cúbicos.

Mas ainda dependemos do Sistema Cantareira, porém a partir da obra de interligação Jaguari-Atibainha, da bacia Paraíba do Sul à do Cantareira, permitindo maior segurança hídrica para bacia do Alto Tietê, a bacia PCJ terá sua demanda aliviada, impacto positivo sobre o abastecimento local. E a interlocução da Acionista Majoritária, na representação do Prefeito Jonas Donizette, junto ao Governo do Estado de São Paulo, colaborou para evolução dos planos de construção das barragens Duas Pontes, rio Camanducaia, e Pedreira, no rio Jaguari, projetadas com a finalidade de aumentar a disponibilidade hídrica da bacia PCJ. Esses barramentos representam uma reserva hídrica estratégica para a bacia de cerca de 17 mil litros por segundo.

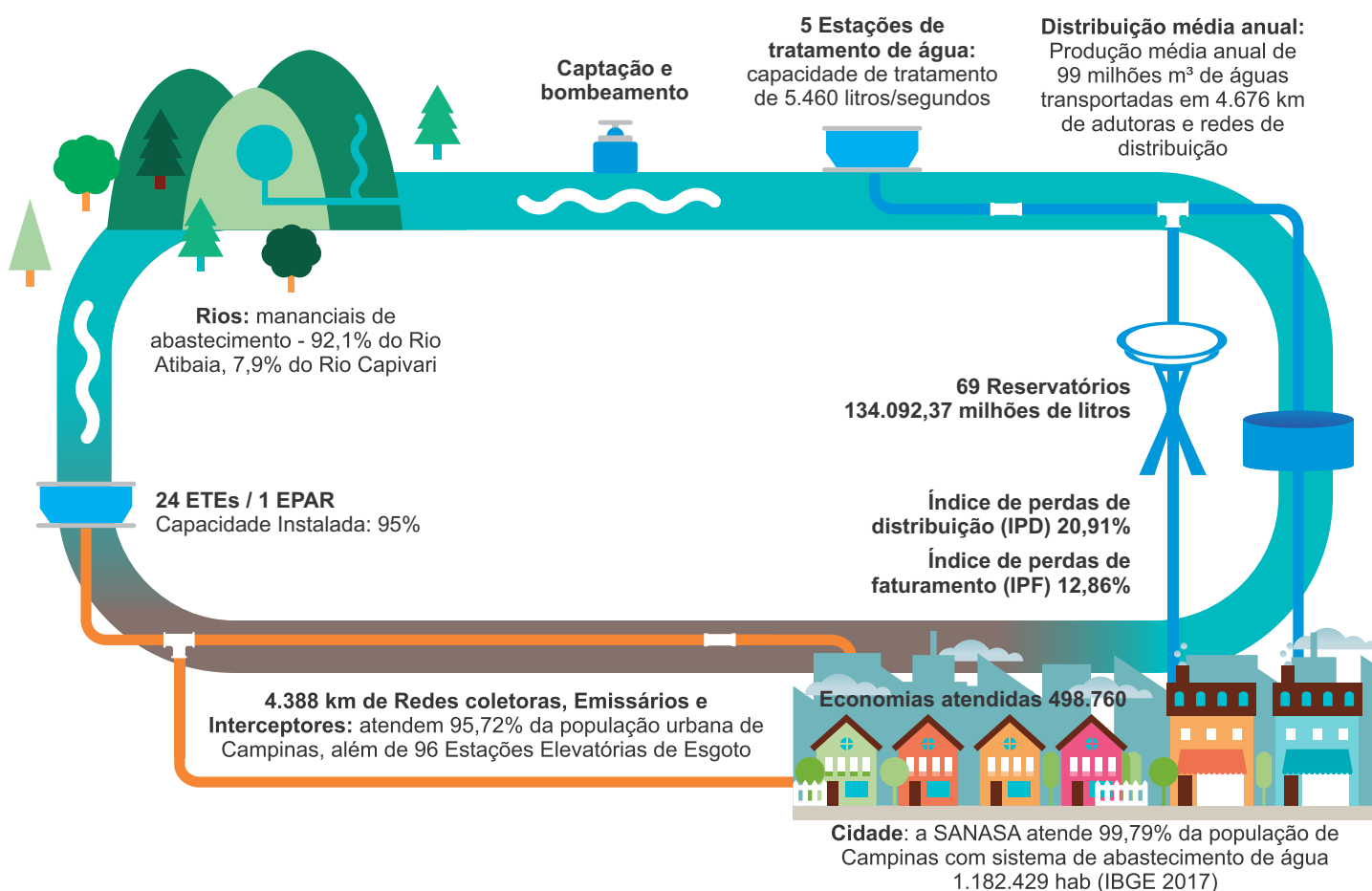
Neste Relatório de Sustentabilidade/GRI a SANASA reafirma o seu compromisso público pelo cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente, sobre as metas definidas no ODS6: Água e Saneamento para todos, reconhecidas na estratégia de negócio. E a conclusão da Diretoria Executiva é de que a credibilidade desfrutada pela SANASA, junto à comunidade local, é fruto da aplicação de estratégias traçadas mediante o paradigma da sustentabilidade e implementadas por uma gestão assertiva, que só pode ser bem-sucedida graças ao empenho permanente dos funcionários. ■

PERFIL ORGANIZACIONAL

SANASA Campinas - Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A

Exercício 2017

Economia mista: 99,9% das ações são da Prefeitura Municipal de Campinas
 Receita 2017: R\$ 846.135.653,35 • Funcionários: 2.170



SOBRE ESTE RELATÓRIO

Definições (102-46)

Este é o sétimo Relatório de Sustentabilidade da SANASA e traz a cobertura dos tópicos materiais referentes ao exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro do ano de 2017. Desde o ano 2012, a SANASA tem adotado a prática de Relatório de Sustentabilidade anual, mediante a ferramenta Global Reporting Initiative – GRI, que neste ano tem sua transição para o modelo Standard, nível essencial.

O Relatório de Sustentabilidade é responsabilidade da Presidência e sua coordenação se faz através da Assessoria de Gestão da Sustentabilidade, integrando todas as áreas do negócio. A aprovação do conteúdo acontece primeiramente entre os Diretores, seguindo para Presidência, que submete a validação junto ao Conselho de Administração, liberando sua imediata publicação no site da empresa.

Tópicos Materiais (102-44/102-47)

Os tópicos materiais foram extraídos do Plano de Negócios e Estratégia de Longo Prazo, que traz as diretrizes e metas empresariais até o ano de 2025. O Plano de Negócios leva em conta o contexto da crise hídrica e o cenário econômico atual, também reflete, em sua essência, o Plano Municipal de Saneamento de Campinas, política pública para o alcance da universalização. Esses tópicos passaram por análise entre gestores e foram aprovados pela diretoria, em seguida validados pelo Conselho de Administração.

Lista dos tópicos materiais:

1. Garantir o abastecimento de água com qualidade
2. Universalização do saneamento
3. Satisfação do Cliente
4. Comunidade

Título do Relatório:

Campinas bem tratada: A eficiência do tratamento

de esgoto contribuindo com impacto positivo na vida da cidade.

A SANASA escolhe, a cada ano, um título para o Relatório de Sustentabilidade/GRI, a fim de enfatizar o compromisso da empresa com o Pacto Global das Nações Unidas, e, especialmente, sobre o cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6: *Garantir a disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos*. O título deste ano foi inspirado no documento publicado pela Unesco, em 2017, *“Águas Residuais, o Recurso Inexplorado”*, que apresenta um relatório mundial sobre o esgotamento sanitário. Esse relatório foi importante para empresa confirmar a relevância do investimento que vem sendo aplicado na expansão do serviço de esgotamento sanitário no município de Campinas, e no seu empenho para elevar capacidade de tratamento, gerando impacto direto na qualidade de vida dos moradores da cidade e nos corpos d'água.

Mapa de Stakeholders (102-40/102-42/102-43)

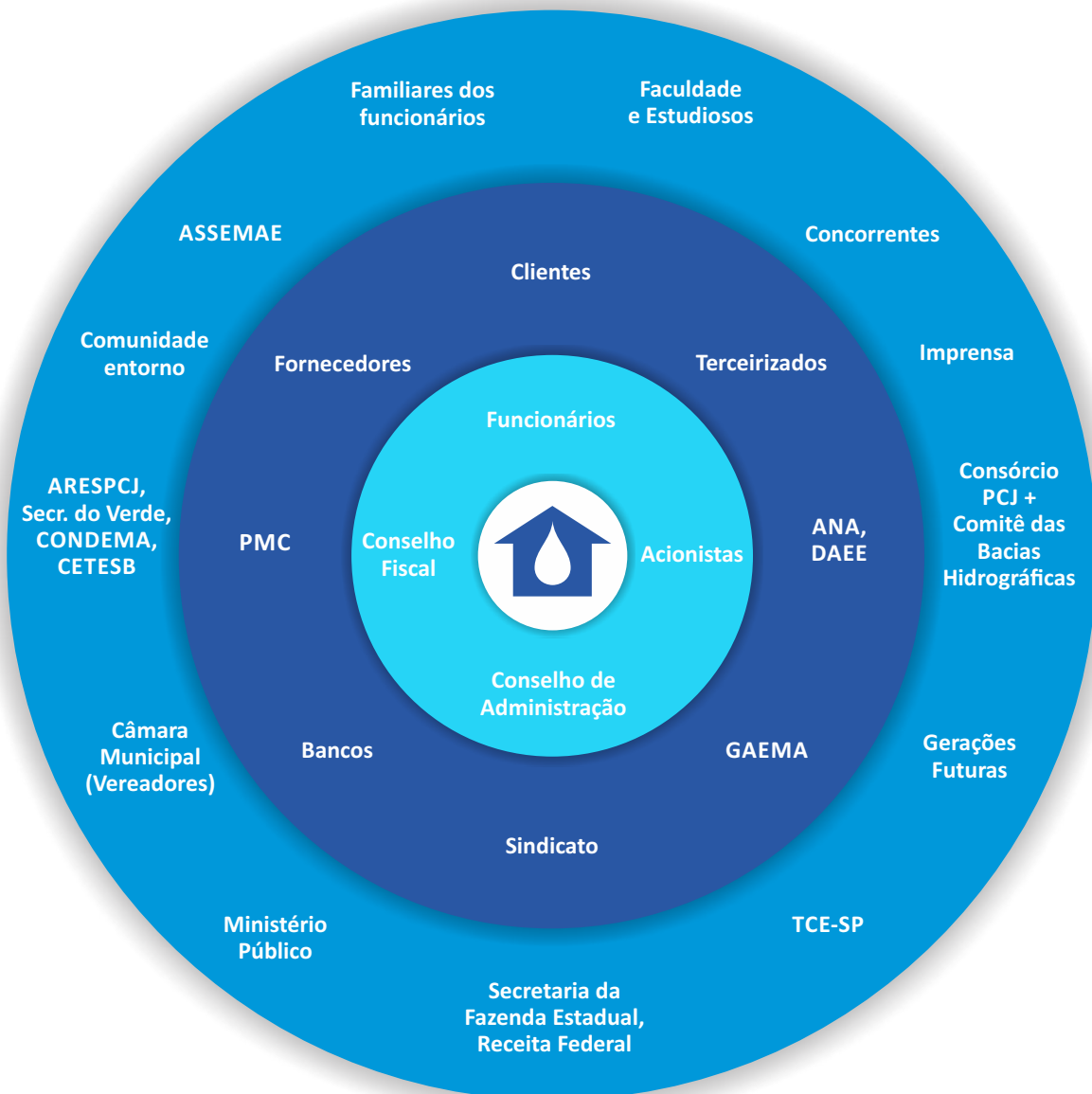
O Mapa de Stakeholders tem princípios de inclusão compreendidos por três níveis de relacionamento:

- Stakeholders Primários Internos: impacto direto para tomada de decisão, representados por Acionistas,

Conselheiros, Diretores, Funcionários;

- Stakeholders Primários Externos: impacto indireto com grande influência para tomada de decisão;
- Stakeholders Secundários: impacto indireto para tomada de decisão.

Mapa de Stakeholders da Sanasa



- Stakeholders primários internos
- Stakeholders primários externos
- Stakeholders secundários externos

INICIATIVAS E PARTICIPAÇÕES

Iniciativas Externas (102-12)

A SANASA definiu em sua política de sustentabilidade assumir compromissos com organizações nacionais e internacionais relevantes. A escolha dessas organizações levou em conta o valor agregado à marca e o fortalecimento da prática de transparência pela integridade do negócio.

• 2012

10 Princípios do Pacto Global das Nações Unidas – United Nations Global Compact
Instituto Ethos de Responsabilidade Social

• 2013

Carta Empresarial para a Promoção da Economia Verde e Inclusiva
Leader Summit 2013/UNGC-Nova Iorque

• 2014

The CEO Water Mandate/UNGC

Carta Empresarial pelos Direitos Humanos e pela Promoção do Trabalho Decente – Instituto Ethos

Participação em associações (102-13)

Organizações nas quais a SANASA tem assento no conselho de governança de relevantes entidades nacionais e internacionais.

Internacional

Steering Committee CEO WATER MANDATE/UNGC

Nacional

CBPG: Comitê Brasileiro do Pacto Global das Nações Unidas – Participa como membro do comitê

Movimento Menos Perda, Mais Água – Rede Brasil do Pacto Global – Participa na liderança compartilhada

CNRH – Conselho Nacional de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente
Participa como membro do conselho

COFEHIDRO - Conselho de Orientação do Fundo de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente
Participa como membro do conselho

Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS/Caixa Econômica Federal
Participa como membro do conselho

Assemæ – Associação Nacional das Empresas Municipais de Saneamento – Participa ocupando a Vice-Presidência Nacional, Presidência da Regional São Paulo e o Conselho Fiscal

Regional

Consórcio Piracicaba, Capivari e Jundiá – PCJ
Participa ocupando a Vice-Presidência de Sistemas de Monitoramento Hidrológico

Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios do Piracicaba, Capivari e Jundiá – PCJ Participa ocupando a Vice-Presidência e com membros em todas as Câmaras Técnicas

Agência PCJ – Participa ocupando a Presidência do Conselho de Administração

CRH – Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Secretaria Estadual de Recursos Hídricos – Participa com membros em todas as Câmaras Técnicas

CONESAN – Conselho Estadual de Saneamento – Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos – Participa como membro do Conselho

Município de Campinas

Conselho Municipal de Meio Ambiente – Campinas – COMDEMA – Participa como membro do conselho

Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) – CONGEAPA
Participa como membro do conselho

Conselho de Regulação e Controle Social da ARES PCJ – Participa como membro do conselho

DESEMPENHO ECONÔMICO

VALOR ECONÔMICO DIRETO GERADO E DISTRIBUÍDO (201-1)

O valor adicionado evidencia a riqueza gerada pela empresa e sua distribuição aos stakeholders representados pelos empregados, governo (municipal, estadual e federal), terceiros e

acionistas. A distribuição do valor adicionado da SANASA em 2017 alcançou R\$ 683.418 mil, com aumento de 14,99% em relação ao exercício de 2016, quando distribuiu R\$ 594.341 mil.

Demonstração do Valor Adicionado	2015	2016	2017
Distribuição do Valor Adicionado (em R\$ mil)	417.168	594.341	683.418
Empregados (remuneração direta, benefícios e FGTS)	300.378	331.800	352.707
Governo (impostos, taxas e contribuições)	87.873	95.153	110.879
Terceiros (juros e alugueis)	86.826	88.571	100.656
Acionistas (dividendos, juros sobre o capital próprio e lucros retidos)	-57.909	78.817	119.176

Destinação do Lucro Líquido do exercício findo em 31/12/2017

Descrição	R\$
Lucro Líquido do Exercício	119.175.903,78
(-) Reserva de Incentivo Governamental	(12.313.851,20)
(=) Base de Cálculo para a Reserva Legal	106.862.052,58
(-) Reserva Legal de 5% (art. 193 da Lei nº 6.404/76)	(5.343.102,63)
(=) Base de Cálculo dos Dividendos	101.518.949,95
(-) Dividendos Mínimos Obrigatórios 6% (inciso II do artigo 40 do Estatuto Social)	(6.091.137,00)
(-) Dividendos Adicionais e Juros sobre o Capital Próprio	(78.915.956,50)
(=) Lucro após Distribuição de Dividendos	16.511.856,45
(-) Reserva de Lucros para Investimentos	(16.511.856,45)
(=) Lucro Acumulado após Destinação	-

Elevação do Capital Social deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas (abril/2018)

Descrição	R\$
Capital Social desde 13/06/2017	336.429.868,00
(+) Reserva Legal 5% (artigo 193 da Lei nº 6.404/76)	5.343.102,63
(+) Reserva de Correção Especial do Ativo Imobilizado (Lei nº 8.200/91)	32.930,72
(+) Reserva de Lucros Retidos para Investimentos	16.511.856,45
(+) Reserva de Incentivos Governamentais	12.313.851,20
(=) Nova expressão do Capital Social Integralizado, deliberado na AGO/E dos acionistas	370.631.609,00

Nova expressão do Capital Social, deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas (abril/2018)

Acionista	Quantidade de Ações	R\$	Participação Percentual
Prefeitura Municipal de Campinas	370.600.672	370.600.672,00	99,991652895%
COHAB	6.186	6.186,00	0,001669043%
EMDEC	6.186	6.186,00	0,001669043%
SETEC	6.186	6.186,00	0,001669043%
Lauro Péricles Gonçalves	6.186	6.186,00	0,001669043%
Ozair Rizzo	6.186	6.186,00	0,001669043%
Silvio Roberto Bernardin	1	1,00	0,000000270%
Arly de Lara Romêo	1	1,00	0,000000270%
Pedro Cláudio da Silva	1	1,00	0,000000270%
Michel Abrão Ferreira	1	1,00	0,000000270%
Wanderley de Almeida	1	1,00	0,000000270%
Pedro Benedito Maciel Neto	1	1,00	0,000000270%
Agenor Soares	1	1,00	0,000000270%
Total	370.631.609	370.631.609,00	100,000000000%

SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS (201-4/102-45)

A SANASA recebeu, em 2017, R\$ 11.002 mil de recursos oriundos de subvenções governamentais, sendo R\$ 1.101 mil provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), R\$ 2.601 mil do Consórcio das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ) e R\$ 7.300 mil do Programa de Despoluição das Bacias Hidrográficas (PRODES).

Descrição	2015	2016	2017
Total (em R\$ mil)	16.149	21.599	11.002
PAC	7.400	3.494	1.101
PCJ	3.486	4.663	2.601
REÁGUA	4.559	13.442	-
FEHIDRO	704	-	-
PRODES	-	-	7.300

ENDIVIDAMENTO

A Sanasa encerrou o ano de 2017 com uma dívida líquida de R\$ 388.168 mil, que representa um aumento de 32,60% em relação ao exercício anterior. A relação entre a dívida líquida e o EBITDA dos últimos doze meses foi de 1,65.

Descrição	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
Dívida Líquida (1 + 2 + 3 + 4 - 5) em R\$ mil	310.235	292.747	388.168
1. Empréstimos	178.214	179.576	276.837
2. Finame	7.567	4.850	2.173
3. Financiamento	78.153	87.264	97.514
4. Arrendamento Mercantil	53.359	51.651	49.739
5. Caixa e Aplicações Financeiras	7.058	30.594	38.095

Impactos Econômicos Indiretos (203-1)

A SANASA realizou um montante de investimentos de R\$ 58.934 mil em 2017, sendo 31,76% destinados às obras de abastecimento de água, 60,44% aos sistemas de coleta, afastamento e tratamento de esgoto e os 7,80% restantes aplicados em outros investimentos.

Nos sistemas de abastecimento de água foram aplicados R\$ 18.719 mil, com destaque para a execução das seguintes obras (concluídas e/ou em andamento): construção da subadutora São Bernardo

- DIC e implantação do reservatório ETA - DIC; implantação de quatro reservatórios metálicos no San Conrado, João Erbolato/Chapadão, Jardim Nova Europa e Jardim São Vicente/Vila Georgina; substituições de redes nos bairros Parque São Quirino, Jardim Aurélia, Vila Nova, Vila Modesto Fernandes, Vila Proost de Souza e Jardim Afife.

No que se refere aos sistemas de coleta, afastamento e tratamento de esgoto foram aplicados R\$ 35.618 mil,

com destaque para a execução das seguintes obras (concluídas e/ou andamento): Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) Taubaté - Etapa1; ampliação do SES Parque Pomares e reversão de esgoto da região Alphaville; Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Boa Vista; substituição de rede coletora de esgoto no Satélite Íris I; ampliação do SES Solar de Campinas, Satélite Íris II e III; e rede coletora de esgoto do Jardim São Judas Tadeu.

Vale destacar que desde 2013 já foi investido um montante de R\$ 475.224 mil, sendo a maior parte deste valor (56,37%) aplicado no sistema de esgotamento sanitário, permitindo que a capacidade instalada de tratamento de esgoto saísse de 80% (em 31/12/2012) para 95% (em 31/12/2017). Em 31/12/2017, o imobilizado da Companhia, líquido das depreciações, atingiu o montante de R\$ 930 milhões.

Histórico de Investimentos Nominais

ANO	ÁGUA	ESGOTO	OUTROS	TOTAL
1997	4.357.869	15.520.652	5.174.481	25.053.002
1998	5.160.977	18.380.942	6.128.082	29.670.001
1999	5.425.897	19.324.460	6.442.645	31.193.002
2000	1.309.020	4.662.106	1.554.315	7.525.441
2001	3.380.516	3.453.971	1.841.220	8.675.707
2002	3.748.500	14.301.333	3.250.200	21.300.033
2003	6.427.945	40.050.347	5.717.778	52.196.070
2004	11.150.792	46.388.906	4.848.942	62.388.640
2005	8.858.368	26.714.777	2.073.879	37.647.024
2006	12.887.573	58.243.898	2.546.327	73.677.798
2007	16.312.627	27.173.777	12.994.900	56.481.304
2008 *	26.391.225	131.544.393	10.205.839	168.141.457
2009	16.698.721	39.778.172	8.026.272	64.503.165
2010	11.740.137	79.796.108	6.770.726	98.306.971
2011	12.206.055	69.360.205	6.504.839	88.071.099
2012	11.014.154	37.017.380	7.956.044	55.987.578
2013	15.823.356	77.685.617	9.690.859	103.199.832
2014	37.558.830	65.610.852	10.239.024	113.408.706
2015	69.492.152	55.497.202	6.117.674	131.107.028
2016	31.405.021	33.494.958	3.674.225	68.574.205
2017	18.719.273	35.618.489	4.596.240	58.934.002
Total	330.069.008	899.618.545	126.354.511	1.356.042.064

(*) Os investimentos de 2008 contemplam o valor de R\$ 71.597 mil adicionado ao imobilizado em decorrência do contrato de locação (arrendamento mercantil) firmado entre a Odebrecht Ambiental Capivari S/A e a SANASA, no qual a primeira ficou responsável pela execução das obras relativas à construção da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Capivari I e a segunda pela fiscalização das obras e locação do sistema pelo prazo de 240 (duzentos e quarenta) meses. De acordo com o contrato, após o término do arrendamento, passarão a pertencer à SANASA todos os bens, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema implantado pela SPE.

RESUMO DAS ORIGENS	2015	2016	2017	Total	A.V.%
Subvenções (Recursos a Fundo Perdido)	16.149	21.599	11.003	48.751	18,85%
Financiamentos e Capital de Giro	114.958	46.975	47.931	209.864	81,15%
Total de Origens	131.107	68.574	58.934	258.615	100,00%

PROTEÇÃO AMBIENTAL

A Sanasa registrou, em 2017, investimentos para controle e proteção ambiental no valor de R\$ 22.594 mil. Do total dos investimentos, 51,33% foram para a construção da Estação de Tratamento de Esgoto Boa Vista, 41,10% para remoção de lodos e resíduos,

5,92% foram destinados aos programas e projetos externos em meio ambiente e 1,66% para o Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Consórcio PCJ.

Descrição	2015	2016	2017
Total	9.292	9.004	22.594
Contribuição Inv. Cons. Bac. Rios Piracicaba/Capivari	438	380	374
Taxa de Regulação e Fiscalização de Saneamento Básico - ARES/PCJ (**)	1.704	-	-
Taxa de Cobrança de Recursos Hídricos - ANA (**)	1.425	-	-
Construção Estação de Tratamento de Esgoto Boa Vista (**)	-	823	11.597
Remoção de Lodos e Resíduos	5.634	7.488	9.286
Investimentos em programas e/ou projetos externos (**)	92	313	1.337

(**) A partir do ano de 2016 houve mudança de critério para avaliação do valor inserido

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Governança Corporativa da Sanasa tem trabalhado nesses últimos anos empenhada em garantir aos seus acionistas, investidores, funcionários e à comunidade local a integridade do negócio e a boa reputação de sua marca. Enquanto empresa de economia mista, a Sanasa está submetida a uma rígida legislação que prevê proteger o negócio em

benefício maior da sociedade.

2017 foi um ano conclusivo para estudos e aprimoramento do Programa de Compliance, etapas que colaboram para o cumprimento da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), que será plenamente implantado em 30 de junho de 2018, atendendo ao Decreto Municipal 19.369/2016.

Valores, princípios, padrões e normas de comportamento (102-16)

Em 2017 entrou em vigor o Plano de Negócios que estabeleceu diretrizes técnicas, administrativas e financeiras, bem como a declaração de missão, visão e

valores com estratégias e metas definidas até o ano de 2025. Esse novo plano foi elaborado em 2016 já em atendimento à Lei das Estatais 13.303/2016.

Missão

Contribuir para a qualidade de vida da população, atendendo com excelência às necessidades de saneamento básico de Campinas e região, empreendendo e promovendo ações socioambientais.

Visão

Ser uma empresa de excelência, comprometida com a transparência e a ética, visando à universalização do saneamento em Campinas, utilizando vanguarda tecnológica.

Valores

Em suas Diretrizes e em sua Visão, a SANASA assume o compromisso de assegurar o desempenho ético e transparente. Nos Valores da SANASA são ressaltados os princípios básicos da Governança Corporativa:

Transparência, Equidade, Integridade e Responsabilidade Corporativa, bem como a valorização de todos os funcionários e clientes, com condutas e princípios éticos.

Transparência, Equidade, Integridade e Responsabilidade Corporativa

Valorização do capital humano, com condutas e princípios éticos

Sustentabilidade

Melhoria contínua

Diretrizes Estratégicas

Gestão Empresarial: Compromisso com as metas e resultados propostos no Plano de Negócios da empresa, com base na análise dos riscos e oportunidades.

Responsabilidade Social: Assegurar o desempenho ético e transparente da empresa, respeitando as relações de trabalho, os clientes, a comunidade e o meio ambiente e praticando tarifas socialmente justas e economicamente viáveis.

Vanguarda Tecnológica: Utilizar soluções inovadoras nos processos tecnológicos e operacionais, promovendo parcerias internas e externas, com certificações e creditações.

Sustentabilidade: Assegurar as práticas de sustentabilidade socioambiental, visando a perenidade dos negócios.

Princípios e Valores Éticos

- Assiduidade
- Pontualidade
- Cooperação Mútua
- Dignidade
- Eficiência
- Finalidade
- Honestidade
- Igualdade
- Imparcialidade
- Impessoalidade
- Iniciativa
- Integridade
- Justiça
- Lealdade
- Legalidade
- Liberdade
- Melhoria Contínua
- Moralidade
- Prevalência do Interesse Público
- Publicidade
- Responsabilidade Social
- Responsabilidade Ambiental
- Satisfação dos Clientes
- Segurança

Transparência

Os principais indicadores da Sanasa, bem como serviços e obras em andamento podem ser acompanhados mediante a consulta de informações atualizadas mensalmente no site da empresa (www.sanasa.com.br) através do painel Sanasa em

Números. Informações de gestão administrativo-econômico-financeiro e de pessoal, como também processos licitatórios, podem ser consultadas no Portal da Transparência.

Sanasa em números

G E R A L	População Campinas: 1.182.429 (IBGE 2017)
	Área: 796,40 km ²
	Receita líquida 2017 (milhares): R\$ 846.136
	Funcionários: 2.170
	Domasas – Distritos de Manutenção: 10
	Agências de atendimento: 11 fixas e 2 móveis

Á G U A	Índice abastecimento de água: 99,79%
	Captações de água: 2
	Estações de tratamento/ETAs: 5
	Estação de tratamento de lodo de ETAs/ETL: 1
	Extensão de rede de água: 4.676,03 Km
	Centros de reservação e distribuição/CRDs: 41
	Reservatórios: 26 elevados e 43 semienterrados
	Volume de reservação: 134.092,37 m ³
	Volume água tratada e distribuída (acumul./ano): 99.408.508 m ³
	Média mensal de água tratada e distribuída: 8.284.042 m ³
	Pontos de distribuição/booster: 3
	Índice de perdas na distribuição/IPD: 20,91%
	Índice de perdas de faturamento/IPF: 12,86%
	Economias: 498.131
Ligações: 344.010	
Residencial: 310.253 Pública: 1.330	
Comercial: 31.995 Industrial: 432	

E S G O T O	População atendida (urbana) - coleta e afastamento : 95,72%
	Capacidade instalada de tratamento de esgoto: 95%
	Estações de tratamento/ETEs: 25
	Estação de produção água de reúso/EPAR: 1
	Estações elevatórias/EEEs: 95
	Extensão de rede de esgoto: 4.385,74 km
	Economias: 453.737
Ligações: 317.932	

S E R V I Ç O S	Tipo	Total no mês	Total no ano
	Redes água	Executado Sanasa	204,02 m
Executado loteador		200,00 m	10.059,09 m
Redes esgoto	Executado Sanasa	1.484,45 m	16.877,84 m
	Executado loteador	--	9.466,21 m
Recomposição de pisos e passeios		1.139	15.774
		4.247,99 m ²	59.586,97 m ²
Recomposição de vias		480	7.395
		8.355,57 m ²	108.881,33 m ²
Serviços de guias e sarjetas		104	1.380
		523,42 m	6.460,58 m
Nivelamento de PVs em passeios e vias		94	1.186
Generais: ligações, reparos de água e esgoto, vistorias		17.860	241.248

Base: Dez/2017
Governança Corporativa

Mecanismos de aconselhamento e de preocupações éticas (102-17)

Em 2017 a Sanasa concluiu um conjunto de regras de conduta ética e questões anticorrupção consolidado no Programa de Compliance. O programa amplia e reforça as ações da empresa para garantir a total integridade e transparência do negócio em atendimento às Leis Federais 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e 13.303/2016 (Lei das Estatais). Sua implantação plena será em 30 de junho de 2018, conforme Decreto Municipal 19.369 de 22 de dezembro de 2016.

Anticorrupção (205)

A Sanasa mantém permanente preocupação com a integridade do negócio e ao longo dos anos vem aprimorando mecanismos anticorrupção, integrado no Código de Ética, Comissão de Conduta Ética e de Sindicância, Implantação da Gerência de Governança Corporativa, Ouvidoria e Gestão de Riscos.

Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção (205-1)

Com a implantação do programa de Compliance as equipes de governança juntamente com os gestores de cada área da Sanasa reavaliarão seus processos buscando identificar a existência de potenciais riscos de corrupção.

Comunicação e treinamento em políticas e procedimentos anticorrupção (205-2)

Conforme definição da diretoria da empresa, em atenção ao Decreto Municipal 19.369 de 22 de dezembro de 2016, em 2018 iniciarão os treinamentos em compliance, envolvendo funcionários e fornecedores.

Casos confirmados de corrupção e ações tomadas (205-3)

Como resultado do rigoroso trabalho anticorrupção a empresa não registrou nenhum caso desta natureza e vem se mantendo em permanente vigilância.

Programa de Compliance Sanasa



Prevenir

- . Código de Conduta
- . Treinamento
- . Transparência
- . Agentes de Governança

Detectar

- . Canal de denúncias
- . Gestão de Riscos
- . Prestação de Contas
- . Controles Internos
- . Auditorias

Responder

- . Adequar processos
- . Apuração de denúncias com:
 - Tratamento igualitário
 - Penalidades conforme grau de responsabilidade do cargo

Prevenir: O ponto principal do Programa de Compliance é a prevenção para evitar que ocorra uma irregularidade ou comportamento antiético. Essa etapa consiste em aplicar mecanismos para disseminar informação capaz de criar uma cultura, por meio de transparência pública, Código de Conduta, políticas e normas internas, treinamentos periódicos, atuação dos Agentes de Governança, assistência aos funcionários e responsabilidade corporativa.

Detectar: Não basta agir na prevenção é necessário monitorar por meio da detecção para avaliar os resultados obtidos. Possíveis irregularidades ou comportamentos inadequados podem ser detectados

através de controles internos, mecanismos de prestação de contas, registros, auditorias interna e externa, gestão de riscos e canal de denúncias. Nessa etapa, como nas demais, também é fundamental a atuação dos Agentes de Governança, que são os braços da Governança em todas as áreas da empresa.

Responder: Qualquer problema que seja detectado servirá para aperfeiçoar processos. E todas as denúncias devem ser apuradas com tratamento igualitário e, se necessário, com penalidades, que devem ser adequadas, de acordo com o grau de responsabilidade de cada cargo.

Código de Conduta

Na implantação do Programa de Compliance, funcionários e fornecedores receberão o novo Código de Conduta e serão convocados a assinar o Termo de Compromisso com a empresa, declarando ciência e se comprometendo com o cumprimento das regras estabelecidas e com a legislação trabalhista; além de se disporem a informar sobre violações ou suspeitas de violações e de cooperar com qualquer investigação conduzida pelo Comitê de Conduta Ética ou por Sindicância.

Fornecedores

Considerando que um ato irregular pode refletir em toda a cadeia de uma empresa, um dos trabalhos do Programa de Compliance será o engajamento de fornecedores e terceirizados e para atender a esses objetivos, a Sanasa preparou os seguintes documentos:

- Código de Conduta para Fornecedores – que será disponibilizado para todos os fornecedores da Sanasa;
- Treinamento para alguns terceirizados que atuam diretamente como representantes da Sanasa;
- Cláusula Anticorrupção nos contratos firmados pela

Sanasa com fornecedores;

- Termo de Compromisso para Terceirizados, que devem informar sobre violações ou suspeitas de violações e cooperar com qualquer investigação conduzida pelo Comitê de Conduta Ética ou por Sindicância da Sanasa;
- Termo de Compromisso para Fornecedores declarando que nenhum sócio ou diretor da empresa tem parentesco de primeiro grau com funcionário, assessor ou pessoa em cargo em comissão na Sanasa, que atue na área de licitações e/ou na área de gestão do contrato firmado, bem como com Diretores ou Conselheiros da Sanasa;
- Termo de Compromisso para alta gestão, funcionários e fornecedores da Sanasa para declarar eventuais situações de conflitos de interesse e situações que se enquadrem no Código de Conduta.

Princípio da Precaução (102-11)

A Sanasa aplica o princípio da precaução através de várias ferramentas de Governança Corporativa, em especial o painel Sanasa em números, ouvidoria, gestão de riscos corporativos e compliance.

Sistema de Governança Corporativa



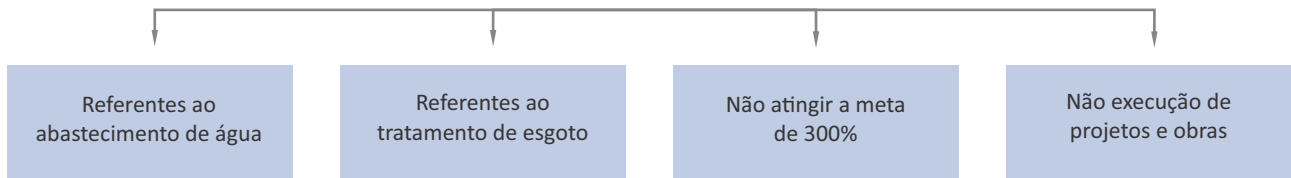
Há também outros mecanismos adotados pela empresa que atuam de forma independente para garantir a lisura e a transparência, bem como a proteção dos negócios.

- Sistema de pregão eletrônico (Compras);

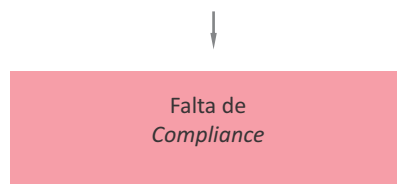
- Fiscalização de terceirizados (Jurídico);
- Portal da Transparência (Governança);
- Sistema Geral de Indicadores (Qualidade)
- Compromisso com os 10 Princípios do Pacto Global das Nações Unidas

Gestão de Risco

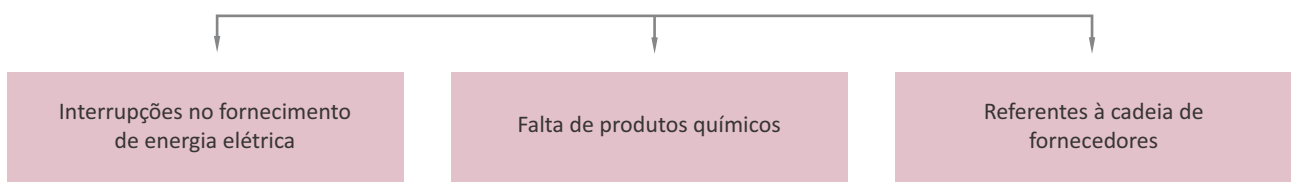
A) Riscos relacionados à empresa



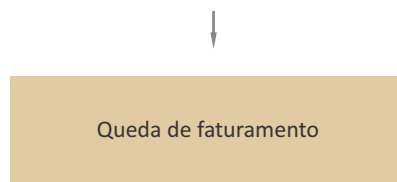
B) Risco relacionado ao controlador



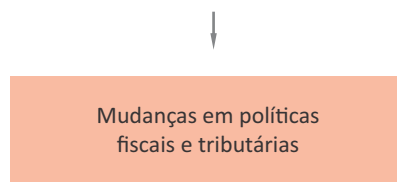
C) Riscos relacionados aos fornecedores



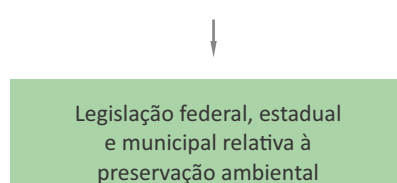
D) Risco relacionado aos clientes



E) Risco relacionado aos setores da economia nos quais a empresa atua



F) Risco relacionado à regulação dos setores em que a empresa atua



Principais impactos, riscos e oportunidades (102-15)

A empresa segue metodologia própria desenvolvida em 2012, que consiste em identificar os riscos criando uma fotografia com processos em que possam ocorrer possíveis causas e consequências; classificação quanto a responsabilidade social; origem e tipo de risco e avaliação de probabilidade; perda financeira e seu aspecto intangível.



Cada risco tem suas causas e seus impactos, que são monitorados por indicadores e analisados para constante adequação das ações mitigatórias.

As ações mitigatórias são específicas para cada risco. Porém, nota-se que grande parte dos riscos podem ser mitigados por meio de controles internos, sistemas automatizados, treinamentos e orientações aos funcionários. As ações podem focar:

- nas causas do risco - para evitar que o mesmo ocorra;
- no próprio risco;
- nos impactos - as ações são criadas para minimizar as consequências em situações em que o risco não pode ser evitado.

A Governança Corporativa mantém atualizada a revisão dos principais riscos do negócio, considerando panoramas previstos para os próximos anos. Esse monitoramento é incorporado ao Formulário de Referência da CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Principais Riscos do Negócio

a) Ao Emissor:

a.1) Riscos referentes ao abastecimento de água
A falta de abastecimento de água por motivos técnicos como a paralisação do recalque de água bruta, parada da produção, desabastecimento e contaminação da água são riscos identificados e controlados através de

normas e procedimentos internos, bem como através da outorga do Sistema Cantareira assinada em agosto/2017.

a.2) Riscos referentes ao tratamento de esgoto

Riscos referentes à operação de esgoto podem gerar sérias contaminações ambientais, podendo ocorrer no recalque e tratamento de esgoto ou no extravasamento de esgoto nas ETE (Estações de Tratamento de Esgoto) e EEE (Estações Elevatórias de Esgoto) para o corpo receptor.

Uma explosão devido a vazamento de biogás também poderia ter impacto ambiental, através de lançamento de esgoto in natura nos corpos receptores e paralisação de ETE, além de riscos à integridade física das pessoas – funcionários e comunidade local.

a.3) Risco de não atingir a meta de 300% até o ano de 2025.

Meta 300%

- 100% de tratamento de esgotos
- 100% de coleta e afastamento de esgotos
- 100% de abastecimento de água.

A falta de recursos, de licenciamento ou de titularidade das áreas bem como questões administrativas são fatores que podem impedir a empresa de atingir as metas estabelecidas pelo Ministério Público através de TAC – Termo de Ajuste e de Conduta, Sanasa e PMC, o que prejudicaria a imagem da empresa e principalmente a população, que não seria beneficiada com as obras.

a.4) Não execução de projetos e obras

O risco de atraso ou impossibilidade de conclusão de obras por fatores técnicos é monitorado individualmente, cada obra possui seus indicadores de acompanhamento com prazo previsto e realizado, mês a mês, com todo histórico de ocorrências que tenham gerado atrasos e ações tomadas, que são específicas para cada evento.

A interrupção de projetos pode ocorrer também por falta de crédito, seja por inexistência de linhas de crédito no mercado, ou por incapacidade de conseguilas, gerando grande impacto na Sanasa, em seu planejamento estratégico, em sua imagem e na perspectiva de crescimento.

Ainda, a inviabilidade de cumprimento do cronograma técnico-financeiro para licença ambiental também

pode gerar perda de financiamento pré-liberado e atrasos das obras.

b) Ao seu Controlador, direto ou indireto, ou grupo de Controle

b.1) Risco de Compliance

A Sanasa preocupa-se com o Compliance a fim de manter uma relação de confiança entre as partes, ou seja, controlador, funcionários, fornecedores, clientes, comunidade local e quaisquer outros terceiros. Por ser uma empresa de economia mista que tem a Prefeitura Municipal de Campinas detentora de 99,9% das ações, as decisões políticas têm influência direta na empresa, e a transparência e conformidade são os alicerces da relação. Várias ações mitigatórias do risco de Compliance já são tomadas pela empresa através de monitoramento de outros riscos que envolvem conformidade, bem como por meio de normas, sistemas, ou atuação da Ouvidoria, Auditoria Interna e Comitê de Conduta Ética. Sendo que o Programa de Compliance propriamente dito será implantado conforme Lei 13.303/2016, regulamentada pelo Decreto Municipal 19.369 de 22 de dezembro de 2016, que determina como prazo de implantação até 30 de junho de 2018.

c) A Seus Acionistas

A Sanasa possui poucos acionistas minoritários, representando menos de 1% da composição acionária da empresa, de forma que as decisões dos mesmos não impactam em riscos para a empresa que possa influenciar a decisão de investimento.

d) A Seus fornecedores

d.1) Energia Elétrica

A falta de energia elétrica pode gerar riscos em todo processo de tratamento e abastecimento de água, desde parada na produção de água, desabastecimento, rompimento de tubulação, bem como o sistema administrativo da empresa, afetando diretamente a população de Campinas com falta d'água.

A falta de energia pode causar também, a paralisação no sistema de afastamento e tratamento esgoto ou extravasamento de esgoto nas ETE e EEE para o corpo receptor, com graves consequências de contaminação ambiental.

d.2) Produtos Químicos

A falta de produto químico gera alto impacto para empresa, tanto financeiro quanto em seu maior bem - a água, causando desabastecimento, redução da

qualidade da água e insatisfação dos clientes. Devendo ser constantemente monitorado. A falta de produto químico afeta tanto o tratamento de água, como de esgoto.

d.3) Riscos referentes à cadeia de fornecedores

A cadeia de fornecedores de uma empresa tem impacto direto na mesma. A ação de um fornecedor, independente do grau que está em sua cadeia, pode impactar fortemente os negócios. A Sanasa é corresponsável com os fornecedores em relação às práticas trabalhistas, direitos humanos e ambiental.

e) A Seus Clientes

e.1) Queda de faturamento

A queda de faturamento da empresa pode ocorrer pelo aumento de inadimplência, utilização clandestina de rede de água em área ocupada, utilização clandestina de rede de esgoto e por não ocorrer a leitura dos hidrômetros pelos agentes de leitura, seja por falta de funcionários ou pane em sistema.

Em caso de crise hídrica, a queda de faturamento poderá acontecer de maneira mais acentuada, face à indisponibilidade hídrica e econômica praticada pela população.

f) Aos Setores da economia nos quais o emissor atue

f.1) Mudança em políticas fiscais e tributárias

A empresa pode ser diretamente afetada por mudanças em regras fiscais, como risco de apuração ou classificação indevida de contas, de informações contábeis que podem gerar uma apresentação de resultado diferente do real ou cálculo de valor indevido de tributos, entre outros.

A Sanasa também corre risco de julgamento improcedente dos processos de planejamento tributário, o que poderia gerar imenso impacto financeiro por pagamentos retroativos de diversos tributos que hoje possui imunidade tributária.

g) À regulação dos Setores em que o emissor atue

As atividades exercidas pela SANASA estão sujeitas à rígida legislação federal, estadual e municipal relativa à preservação ambiental. O Licenciamento Ambiental é um procedimento pelo qual o órgão ambiental competente permite a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades que utilizam recursos ambientais e que possam ser consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.

Nesse sentido, a SANASA faz diversas solicitações aos órgãos municipais e estaduais para aquisição das licenças ambientais para implantação e operação de suas instalações e tem tomado todas as medidas possíveis para cumprir as determinações legais e ou regulamentares, a fim de reduzir os impactos ambientais de suas atividades.

h) A questões socioambientais

Para que a empresa acompanhe o desenvolvimento da cidade, deve estar sempre atenta a falta de licenças e autorizações que podem gerar irregularidade de uma obra. O recebimento de passivos ambientais gerados por terceiros, pela falta da devida regularização ambiental, também deve ser monitorado. A não realização dos projetos de trabalho social vinculados aos recursos financiados pelo Governo Federal também pode gerar paralisação de obras devido à interrupção no repasse de verbas.

A empresa e a sociedade também podem ser afetadas, tanto com ligações clandestinas de esgoto, como com ligações clandestinas de água em áreas ocupadas que podem gerar desde perdas no faturamento até contaminação das redes.

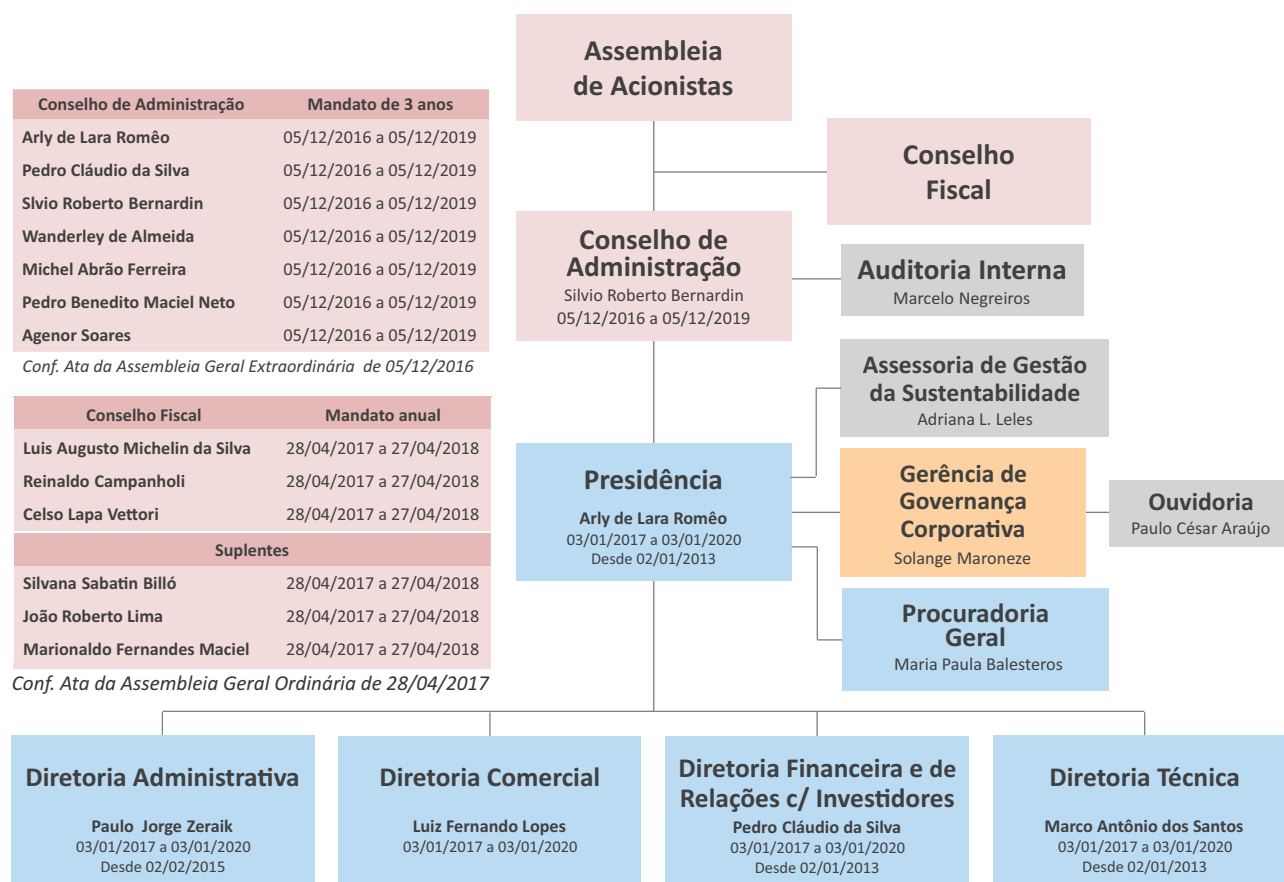
Avaliação Geral da Gestão de Riscos

A Governança Corporativa avalia e acompanha a gestão de riscos desde 2013 e conclui por este período que os trabalhos ocorrem com boa performance junto às áreas, inclusive com uma maior participação e engajamento de suas equipes.

Por consequência da certificação ISO 9001 e da migração da Norma versão ABNT NBR ISO 9001:2008 para a versão ABNT NBR ISO 9001:2015, a Gestão de Riscos Corporativos passou ser integrada a essas normas. Sendo assim, no ano de 2017, a Auditoria Externa feita pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, contemplou o trabalho de Gestão de Riscos na Sanasa, solicitando a demonstração dos mesmos para algumas áreas, bem como, uma explanação da metodologia e todo trabalho desenvolvido pela empresa. Os auditores evidenciaram o excelente trabalho realizado pelas áreas, inclusive com elogios às metodologias e controles internos.

No ano de 2017 a Sanasa iniciou um trabalho com as áreas com a finalidade de instituir metas aos indicadores de cada risco, o que tem sido bem aceito pelas áreas.

Estrutura de Governança (102-18)



Mandato da Diretoria: 3 anos, permitida recondução

Delegação de autoridade (102-19)

A delegação de autoridade para tópicos econômicos, ambientais e sociais é definida no Estatuto Social da empresa, através das atribuições de cada Diretoria, e no Regimento Interno de forma mais detalhada às atribuições de cada Gerência da empresa.

Responsabilidade no nível executivo por tópicos econômicos, ambientais e sociais (102-20)

Os tópicos econômicos, ambientais e sociais são de responsabilidade dos respectivos gestores – conforme organograma e atribuições das gerências definidas no Estatuto Social. Sendo que os gestores se reportam à Diretoria Executiva e a mesma ao Conselho de Administração.

Organograma de Gestão

Diretoria Administrativa Paulo Jorge Zeraik	Diretoria Comercial Luiz Fernando Lopes	Presidência Arly de Lara Romão	Procuradoria Geral Maria Paula Balesteros	Diretoria Financeira e Relações com Investidores Pedro Cláudio da Silva	Diretoria Técnica Marco Antônio dos Santos
Compras e Licitações Mariane de Aguiar Pacini	Atendimento ao Cliente Maria Ap. F. de Rocco	Comunicação Social Luciano Soares Traldi	Jurídica de Assuntos Administrativos Claudete P. de M. Salles	Controladoria Antônio Moreira Franco Jr.	Consultoria Integr. Desenvolvimento Tecnológico Adriana A. R. V. Isenburg
Centro de Documentação e Memória Frederico R. B. R. de Almeida	Comercialização de Redes Álvaro Adelson Selmini	Geotecnologia Walter Francoso Petito	Jurídica do Contencioso Gilberto Jacobucci Jr.	Finanças e Mercado Manuela Gonçalves Garcia	Controle de Perdas e Sistemas Lina Cabral Adani
Logística de Materiais e Inspeção Ricardo Luis Fiorio	Faturamento e Leitura José Roberto Barreto	Governança Corporativa Solange Maroneze	Jurídica de Patrimônio Imobiliário Wladimir Correia de Mello		Distritos Regionais Benevenuto Ap. Sales
Serviços de Infraestrutura Ederson Marcos Barbosa	Novos Negócios Luiz Renato Ribeiro Ferreira	Recursos Humanos Carlos Alberto Barboza	Meio Ambiente Rodrigo Hajjar Francisco		Gestão Qualidade e Relações Técnicas Alessandro S. Tetzner
Transportes Renato Boscolo	Relações com a Comunidade Oldemar Elias	Tecnologia da Informação e Aut. de Processos Carlos Augusto B. Chagas			Manutenção Satoshi Ando
					Manutenção de Emissários e Adutoras Orlando Luiz Biguette
					Obras Sidney Ramos Junior
					Operação de Esgoto Renato Rossetto
					Planejamento e Projetos Luci Lorençon Manara
					Produção e Operação de Água Vladimir José Pastore

Consulta às partes interessadas sobre tópicos econômicos, ambientais e sociais (102-21)

A Sanasa realiza consulta aos stakeholders de forma ampla e democrática. A empresa se propõe a ouvir e a compreender o desejo compartilhado da comunidade moradora no município de Campinas, o que colabora para o alcance da universalização do saneamento de forma justa e igualitária.

Os mecanismos de engajamento promovem a amplitude necessária para que todas as partes interessadas sejam atendidas mediante o plano de negócio da empresa.

As consultas à comunidade foram consolidadas no Plano Municipal de Saneamento, publicado em 2013, o qual define a política pública municipal até o ano de 2025. Além disso, a empresa atende a audiências públicas promovidas pela Câmara Municipal e a reuniões junto aos líderes comunitários, buscando atender ao máximo identificar os anseios dos moradores.

Através do Grupo Especial do Meio Ambiente – GAEMA, do Ministério Público do Meio Ambiente, a empresa conhece a necessidade de ações corretivas para melhoria de sua gestão ambiental.

No parlamento das águas, o Comitê de Bacias Piracicaba, Capivari e Jundiaí – PCJ, a Sanasa compartilha conhecimento em suas câmaras técnicas, em especial na condução do Plano de Bacias, elevando um entendimento holístico sobre o uso responsável e eficiente dos recursos hídricos e da proteção do meio ambiente.

Composição do mais alto órgão de governança e dos seus comitês (102-22)

O Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada, é composto de sete membros, acionistas residentes no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral. Estatuto Social – Art. 15

Compõe o Conselho de Administração:

- o Diretor Presidente da Companhia, membro nato do Conselho de Administração,
- um representante dos empregados,
- no mínimo um conselheiro independente declarado como tal na Assembleia que o eleger, e
- as demais vagas ocupadas por indicações do acionista controlador, sendo um deles Presidente do Conselho. Estatuto Social – Art. 15 §1º,2º,3º

Os membros do Conselho cumprem mandatos de dois anos, permitida a reeleição. Estatuto Social – Art. 16.

Nomeação e seleção do mais alto órgão de governança (102-24)

A Assembleia Geral Extraordinária é responsável pela eleição dos Membros do Conselho de Administração a cada período e fixa sua remuneração. O Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada, é composto por sete membros, acionistas residentes no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral. Estatuto Social – Art. 15.

Na composição do Conselho de Administração, uma vaga é preenchida por um trabalhador do quadro de carreira da Sociedade, eleito em eleição direta organizada pela empresa, em conjunto com a entidade sindical. Estatuto Social – Art. 15 §2º.

No mínimo uma das vagas do Conselho de Administração, obrigatoriamente, é ocupada por conselheiro independente, declarado como tal na Assembleia que o eleger. Estatuto Social – Art. 15 §3º.

Presidente do mais alto órgão de governança (102-23)

O Presidente do Conselho de Administração não pode ser diretor executivo da companhia. “Dentre os membros eleitos, cabe à mesma Assembleia Geral eleger o Presidente do Conselho de Administração, por indicação do Acionista Controlador, não podendo a escolha recair na pessoa do Diretor Presidente da Companhia, membro nato do Conselho de Administração.” – Estatuto Social Art. 15 § 1º.

Conflitos de interesse (102-25)

A fim de evitar qualquer tipo de conflito de interesses com os administradores da Companhia, conforme preceitua a Lei da Estatais que entrará em vigor em 30 de junho de 2018, a Sanasa adequará seu Estatuto Social deixando claro que é vedada a indicação para o Conselho de Administração e para a Diretoria de pessoas que tenham ou possam ter qualquer forma de conflito de interesse com a pessoa político-administrativa controladora da Companhia ou com a própria Companhia.

No novo Código de Conduta também está previsto um Termo de Compromisso para alta gestão, funcionários e fornecedores da SANASA para declarar eventuais situações de conflitos de interesse e situações que se enquadrem no Código de Conduta.

Papel do mais alto órgão de governança na definição de propósito, valores e estratégia (102-26)

Conforme determina a Lei das Estatais Nº 13.303/2016, foi elaborado pela SANASA o Plano de Negócios, que estabelece as diretrizes técnicas, administrativas e financeiras, bem como a declaração de missão, visão e valores e a definição das estratégias e metas para os anos 2017-2025. O plano foi elaborado inicialmente por Gestores Sêniores, que na SANASA são Gerentes de Departamentos e, posteriormente, apresentado e discutido junto à Diretoria executiva. Somente após a aprovação desta, foi encaminhado e aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 20 de dezembro de 2016.

A atualização do Plano de Negócios é apresentada ao Conselho de Administração sempre na última reunião do ano, ou seja, na reunião do mês de dezembro.

Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança (102-27)

Os tópicos econômicos, ambientais e sociais são levados ao conhecimento do Conselho de Administração pelos seguintes meios:

- Relatório de Sustentabilidade/GRI
- Ouvidoria – que presta informações diretamente à Presidência da empresa
- Gestão de Riscos Corporativos – os quais são do conhecimento do respectivo Diretor da área em que ocorre o risco
- Auditoria Interna – através das reuniões do Conselho

Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança (102-28)

A Sanasa passará a realizar a avaliação de desempenho do Conselho de Administração a partir de 30 de julho de 2018, quando a empresa terá concluído a implantação da Lei das Estatais na empresa, conforme Decreto Municipal Nº 19.369/16.

Identificação e gestão dos impactos econômicos, ambientais e sociais (102-29)

O Conselho de Administração participa da gestão dos tópicos a partir dos relatórios e apresentações discutidos nas Reuniões Ordinárias, que ocorrem mensalmente. Para cada reunião, é definida a pauta conforme prioridades e tópicos críticos no período. A Auditoria Interna e o Mapa de Riscos Corporativos são meios para comunicar preocupações críticas.

Para cada assunto em pauta, o gestor responsável pelo tópico apresenta a situação ocorrida e probabilidades, tendo no mapa de riscos uma ferramenta para tomada de decisões, com a linha do tempo de cada indicador e o registro de todas as ações mitigatórias já

implantadas ou que se visualize desenvolver para controle do problema.

As preocupações críticas são também apresentadas através de relatórios e apresentações da Auditoria Interna em reuniões do Conselho de Administração, bem como através do Portal da Auditoria, disponibilizado no site da empresa, com acesso restrito aos Conselheiros.

Eficácia dos processos de gestão de risco (102-30)

O mais alto órgão de governança avalia a eficácia dos processos da empresa através dos relatórios e apresentações discutidos nas Reuniões Ordinárias do Conselho de Administração, que ocorrem mensalmente. Para cada reunião é definida a pauta conforme prioridades e tópicos críticos no período. Para cada assunto em pauta, o gestor responsável pelo tópico apresenta a situação ocorrida e probabilidades, tendo no mapa de riscos a linha do tempo de cada indicador, bem como o registro de todas ações mitigatórias já implantadas ou que se visualize desenvolver para controle do problema. As análises são também apresentadas através de relatórios e apresentações da auditoria interna.

Avaliação de tópicos econômicas, ambientais e sociais (102-31)

O mais alto órgão de governança analisa impactos, riscos e oportunidades conforme tópicos críticos e prioridades apresentadas em pauta das Reuniões Ordinárias do Conselho de Administração pelos respectivos gestores, que tem a gestão de riscos como ferramenta para tomada de decisões. Cada risco tem necessariamente pelo menos um indicador para seu monitoramento, sendo que cada indicador apresenta periodicidade diferente, alguns são mensais, outros bimestrais, semestrais ou anuais – conforme características dos mesmos.

Papel do mais alto órgão de governança no relatório de sustentabilidade (102-32)

O Relatório de Sustentabilidade/GRI é analisado pela Diretoria e aprovado pelo Conselho de Administração.

Comunicação de preocupações críticas (102-33)

A Ouvidoria, a Auditoria Interna e o Mapa de Riscos Corporativos são meios para comunicar preocupações críticas.

A Auditoria Interna da empresa reporta as preocupações críticas, bem como o andamento do trabalho desenvolvido, através do Portal da Auditoria, disponibilizado no site da empresa, com acesso restrito aos Conselheiros. A Auditoria Interna também faz apresentações do trabalho em reuniões do

Conselho de Administração.

Natureza e número total de preocupações críticas (102-34)

A Sanasa finalizou o ano de 2017 com 109 riscos, que são monitorados pelos seus respectivos indicadores – totalizando 155 indicadores. Sendo as preocupações críticas relatadas ao longo deste material pelas referidas áreas, conforme assuntos abordados nos tópicos.

Políticas de remuneração (102-35)

Os membros do Conselho de Administração recebem remuneração no valor de 10% da média mensal da remuneração paga aos membros da Diretoria Executiva, conforme Decreto Municipal 17.673 de 13/08/2012.

Os Diretores, Gerentes e todos os funcionários da empresa recebem PLR – Participação nos Lucros e Resultados, valor parcelado em duas vezes e pago em janeiro e maio. Todos recebem o Adicional por Tempo

de Serviço – ATS, correspondente a 1% do salário por ano trabalhado na empresa.

Envolvimento das partes interessadas na remuneração (102-37)

Sindicato e representantes da empresa (Diretoria) se reúnem anualmente para firmar o acordo coletivo. As discussões ocorrem em abril, para vigência a partir de 1º de maio. As cláusulas sociais são discutidas e revisadas a cada dois anos. O atual Acordo Coletivo tem vigência de 2016 a 2018.

A cada 02 anos todas as cláusulas do Acordo Coletivo são revisadas, o que irá ocorrer em maio de 2018.

Proporção de membros da alta administração contratados na comunidade local (202-2)

A Sanasa possui 100% dos membros da alta administração, ou seja, membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva pertencentes à comunidade local, considerada como a região metropolitana de Campinas.

Concorrência Desleal (206)

Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio (206-1)

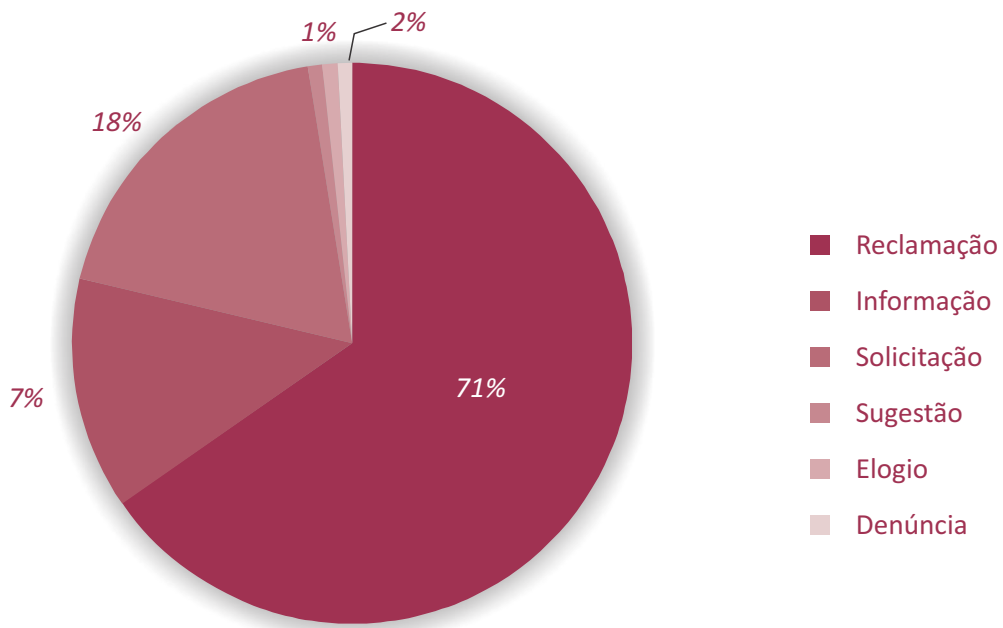
A Sanasa detém o monopólio para prestação de serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário em todo município de Campinas, conforme se define em sua criação através da Lei Municipal 4.356/1973.

Relatório de Atividades da Ouvidoria

Em 2017 a Ouvidoria da SANASA recebeu e analisou 1.670 manifestações, sendo que 99% (1.653) foram respondidas e finalizadas até o dia 31 de dezembro de 2017. O tempo de resposta de 80% dos casos foi de até cinco dias úteis e em 71% dos casos de até três dias úteis.

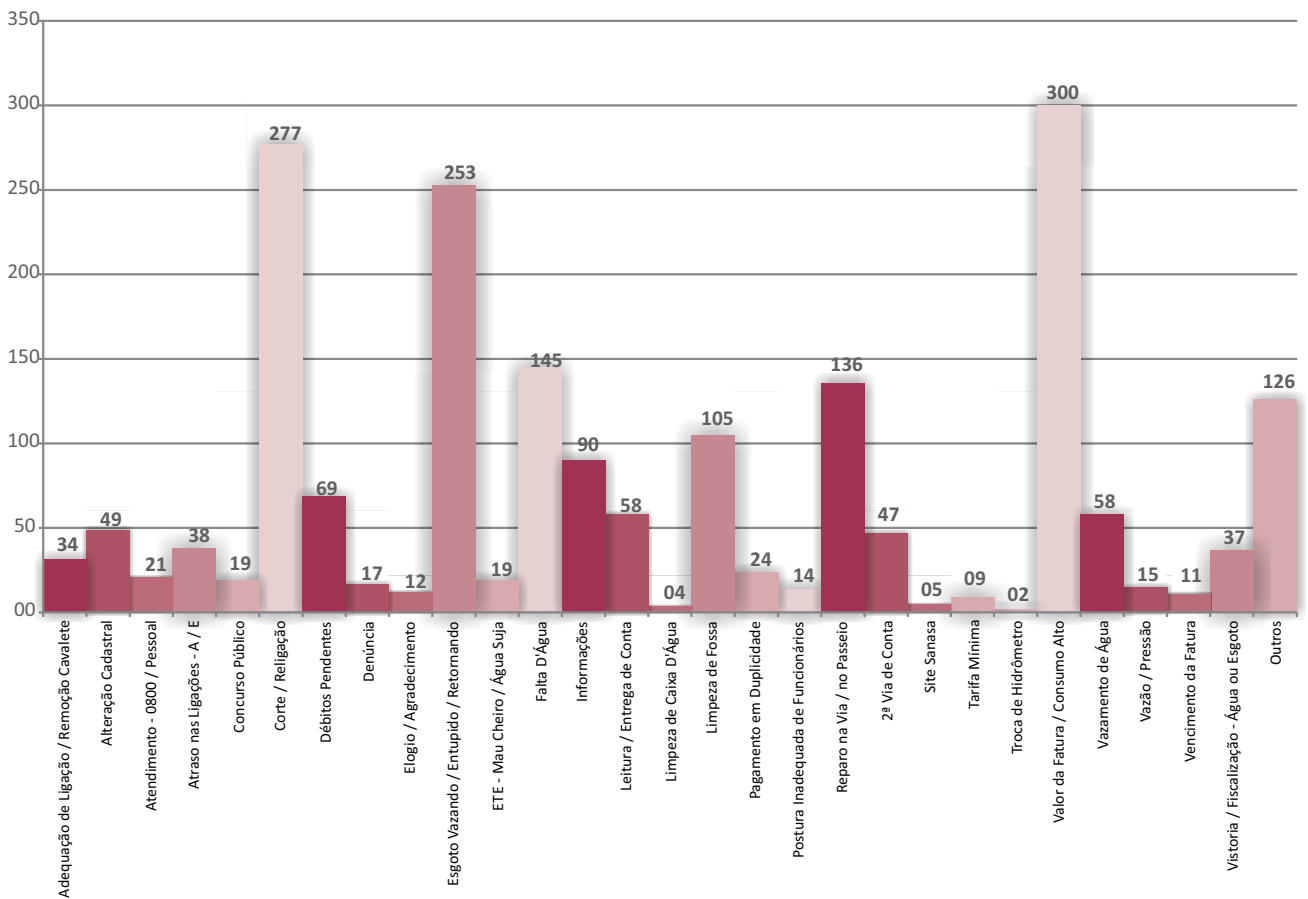
As manifestações recebidas referem-se a: Reclamações (71%), Solicitações de Serviços (18%), Informações (7%), Denúncias (2%), Sugestões (1%) e Elogios ou Agradecimentos (1%).

Tipos de Manifestações Recebidas



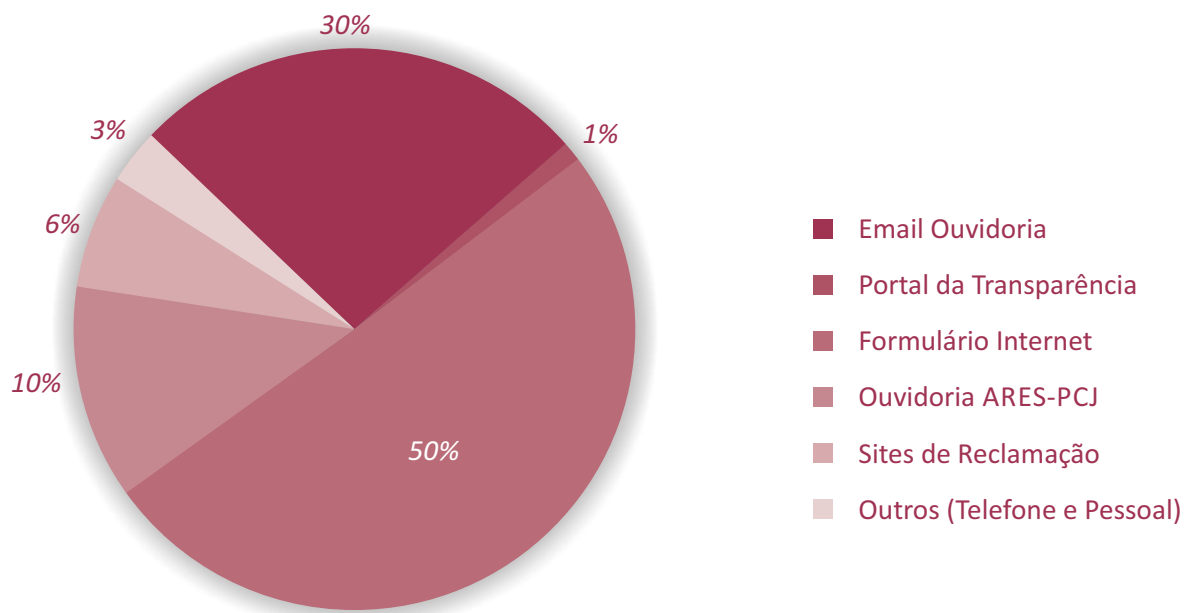
Os assuntos que representaram a maioria das reclamações recebidas pela Ouvidoria, conforme gráfico a seguir, foram: Corte e Religação (16%), Valor da Fatura ou Consumo Alto (14%), Esgoto Vazando, Retornando ou Entupido (12%) e Falta D'Água (7%).

Assuntos das Manifestações Recebidas



Quanto às origens, as manifestações se dividem em: 71% pela Internet (formulário na página da SANASA, Portal da Transparência e E-mail da Ouvidoria), 10% por Sites de Reclamações (ReclameAQUI e Reclamão), 9% pela Ouvidoria da ARES-PCJ (Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí) e 2% Pessoalmente e por Telefone.

Origem das Manifestações



GESTÃO AMBIENTAL

ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

A universalização do saneamento básico é uma política pública no município de Campinas, definida no Plano Municipal de Saneamento Básico/2013, com seu alcance previsto para o ano de 2020; e a missão da SANASA é de contribuir com a qualidade de vida da população, o que tem sido cumprido através da excelência em projetos e inovação tecnológica.

A SANASA investiu entre 1997, quando da abertura de capital, e 2017, R\$ 1,252 bilhão em obras de expansão de abastecimento de água e sistema de esgotamento sanitário. Ao longo desse período, a

população do município cresceu de 924.194 (IBGE/1997) para 1.182.429 (IBGE/2017) habitantes e o índice de abastecimento de água aumentou de 98% para 99,79%. O maior crescimento é percebido na capacidade de tratamento de esgoto, que em 1997 era de apenas 3% e em 2017 chegou a 95%. Seguindo o cronograma de obras e de investimentos, a companhia prevê elevar em 50% o nível de tratamento de esgoto, de secundário para terciário até o ano de 2020. O impacto positivo do saneamento é amplo e promove benefícios de saúde pública e desenvolvimento econômico expandidos, inclusive para Região Metropolitana de Campinas.

Plano de Segurança da Água (416-1)

A SANASA sempre se preocupou com a adoção de medidas eficientes e inovadoras capazes de proporcionar aos moradores do município de Campinas, segurança e confiança na disponibilidade e na qualidade da água para o consumo humano. Uma dessas medidas é o Plano de Segurança da Água de Campinas – PSA Campinas, que tem como objetivo a adoção de metodologias e procedimentos para controle e gerenciamento da qualidade da água na rede de distribuição, em atendimento aos padrões de potabilidade estabelecidos pela Portaria de Consolidação nº 5 do Ministério de Saúde, com ênfase ao Anexo XX, que traz a antiga Portaria 2914/2011.

No ano de 2017 a SANASA iniciou a publicação anual do Relatório do Plano de Segurança da Água, dando transparência ao diagnóstico do sistema de abastecimento de água do município de Campinas, com informações de avaliação e de gerenciamento de risco à saúde, que vão desde a captação até o consumidor. A cobertura do Relatório é de janeiro a dezembro do ano anterior à sua publicação e deverá ser realizada a cada ano, com acesso pelo site da empresa.

Destaca-se ainda a preocupação da SANASA em contribuir para o atendimento às metas estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, especialmente:

- ODS 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos – A SANASA tem como meta atingir a Universalização dos Serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto até o ano de 2020. Esse objetivo vem sendo trabalhado através do PLANO 300% (100% de abastecimento, 100% de coleta de esgoto e 100% de tratamento de esgoto);
- ODS 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos – Com a Crise Hídrica atravessada no período de 2014 / 2015. a SANASA vem tomando uma série de ações visando a garantia do abastecimento da população, tanto quantitativa quanto qualitativamente. Esse objetivo é melhor abordado no Relatório do Plano de Segurança da Água 2017, sendo aqui destacadas alguns temas relatados no citado Relatório.

Recursos Hídricos (303-1/303-2)

Campinas situa-se na região central da bacia hidrográfica do Piracicaba, Capivari e Jundiá – bacia PCJ, sendo o município mais populoso, e destaca-se também por ser localizado num divisor das bacias Atibaia e Capivari, impondo uma necessidade de acompanhamento das características qualitativas e quantitativas dos corpos d'água.

O rio Atibaia é o principal manancial do município de Campinas, responsável pelo abastecimento de 92% da população, o restante é atendido a partir da captação existente no rio Capivari. Entretanto, como o município localiza-se num divisor de bacias, há uma reversão das águas captadas no rio Atibaia para as bacias do ribeirão Quilombo e do rio Capivari, em forma de esgotos. Cerca de 58% do volume de efluentes é encaminhado para a bacia do Capivari, 8% para a do Quilombo e 34% retorna para a bacia do Atibaia.

Preocupada com as características dos esgotos lançados nos corpos d'água, a SANASA tem investido em retrofits (modernização) das Estações de Tratamento existentes para a remoção de Nitrogênio e Fósforo. Hoje já se encontra em operação a EPAR Capivari II e em construção a Boa Vista, na bacia do Quilombo, utilizando a mesma tecnologia. Com a finalidade de melhorar a eficiência das estações de tratamento, visando principalmente a remoção de nitrogênio e fósforo, foram contratadas, junto à Caixa Econômica Federal, Cartas de Crédito, no valor total de R\$ 273.419.285,59, para, dentre outras obras, implantar o retrofit e/ou ampliar as ETEs: Nova América, Capivari I, Piçarrão, na bacia do Capivari; San Martin, na bacia do Quilombo; e Samambaia, na bacia do Atibaia. Além destes, encontra-se em andamento uma Manifestação Pública de Interesse Privado (MPIP), que prevê o retrofit da ETE Anhumas.

Ressalta-se que a SANASA tem como meta o uso das águas provenientes das Estações Produtoras de Água de Reuso, em especial nas indústrias localizadas nos municípios da Região Metropolitana de Campinas, bem como para o Aeroporto Internacional de Viracopos.

Com relação ao aumento da disponibilidade hídrica para a região, destacam-se as iniciativas que governo do Estado de São Paulo vem desenvolvendo, como é o caso das barragens Duas Pontes, no rio

Camanducaia, e Pedreira, no rio Jaguari, as quais foram projetadas com a finalidade de aumentar a disponibilidade hídrica da bacia PCJ. Pretende-se com esses barramentos, a obtenção de uma reserva hídrica estratégica para as bacias PCJ de cerca de 17 mil litros por segundo. Durante o ano de 2017 foram agilizados os procedimentos para a contratação de serviços e obras para a construção destas barragens.

A obra de interligação Jaguari-Atibainha, da bacia do Paraíba do Sul à do Cantareira, permitirá maior segurança hídrica para a bacia do Alto Tietê, desta forma, permitindo maior autonomia para a bacia do PCJ.

Merece destaque ainda a renovação da outorga do Sistema Cantareira, emitida em 29 de maio de 2017, através da Resolução Conjunta ANA / DAEE nº 926.

O documento define as condições de operação para o Sistema Cantareira – SC, estabelecendo as regras operativas, de acordo com os períodos hidrológicos, a saber:

- Período Úmido – de 1º de dezembro de um ano a 31 de maio do ano seguinte;
- Período Seco – de 1º de junho a 30 de novembro do mesmo ano.

Para o Período Úmido, o controle das vazões será realizado no posto de controle da captação de Valinhos, no rio Atibaia da seguinte forma:

- Faixas 1 e 2 (Normal e Atenção) – vazões médias móveis de quinze dias consecutivos mínimas de 12,0 m³/s;
- Faixas 3 e 4 (Alerta e Restrição) - vazões médias móveis de quinze dias consecutivos mínimas de 11,0 m³/s.

Para o Período Seco, nas faixas 1, 2, 3, 4 e 5 (Normal, Atenção, Alerta, Restrição e Especial), as vazões mínimas instantâneas definidas e as vazões mínimas médias diárias observadas no posto de controle da captação de Valinhos serão de 10,0 m³/s.

As faixas do Sistema Cantareira a serem obedecidas são apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Faixas operativas do Sistema Cantareira estabelecidos pela Resolução Conjunta ANA-DAEE 926 de 29/05/2017 - Renovação da Outorga do Sistema Cantareira

Faixa	CARACTERÍSTICA
1 – Normal	Volume útil acumulado igual ou maior que 60%
2 – Atenção	Volume útil acumulado igual ou maior que 40% e menor que 60%
3 – Alerta	Volume útil acumulado igual ou maior que 30% e menor que 40%
4 – Restrição	Volume útil acumulado igual ou maior que 20% e menor que 30%
5 – Especial	Volume útil acumulado inferior a 20%

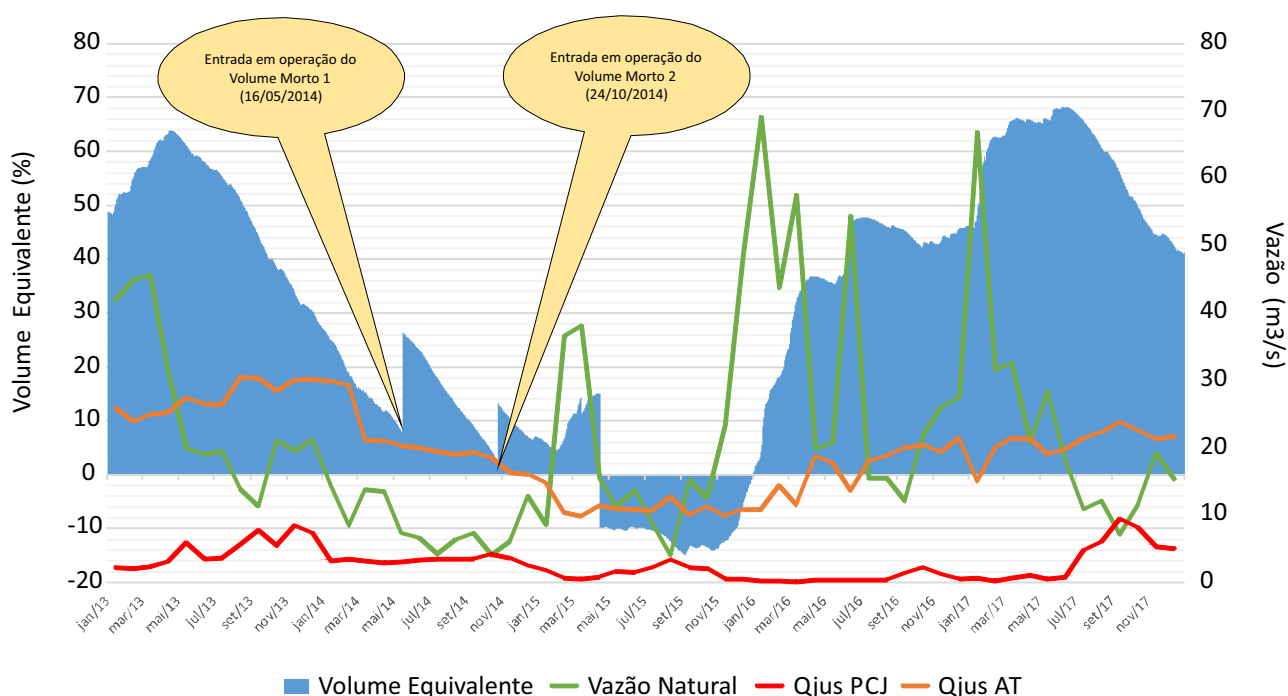
A finalidade destas faixas é proporcionar uma gestão adequada do Sistema para evitar a situação enfrentada no período de 2013 / 2014, gerenciando os níveis do Sistema Cantareira de forma preventiva, antecipando medidas, tanto nos períodos de seca, como nos períodos úmidos.

Disponibilidade dos Recursos Hídricos

Em razão da renovação da outorga do Sistema Cantareira, conforme relatado no caput deste capítulo, verificou-se uma otimização da gestão. A Ilustração 1 apresenta a variação do volume equivalente do Sistema Cantareira no período de 2013 a 2017. Destaca-se que houve uma redução

acentuada da vazão natural que aflui até o Sistema Cantareira e que o volume do sistema iniciou o ano de 2017 com 46,16% e encerrou com 41,29%, ou seja, houve uma redução de cerca de 5% ao longo do período, portanto, é necessário que a gestão do sistema seja acompanhada com muito critério.

Ilustração 1 - Volume Equivalente do Sistema Cantareira, verificado no período de 2013 a 2017



Outro fator relevante foi o volume de chuvas em 2017, que resultou numa média pouco superior ao verificado entre 1993 a 2017, totalizando em 1.405,49 mm. A Tabela 1 apresenta a variação do volume de chuva anual verificada no período de 2010 a 2017, por semestre.

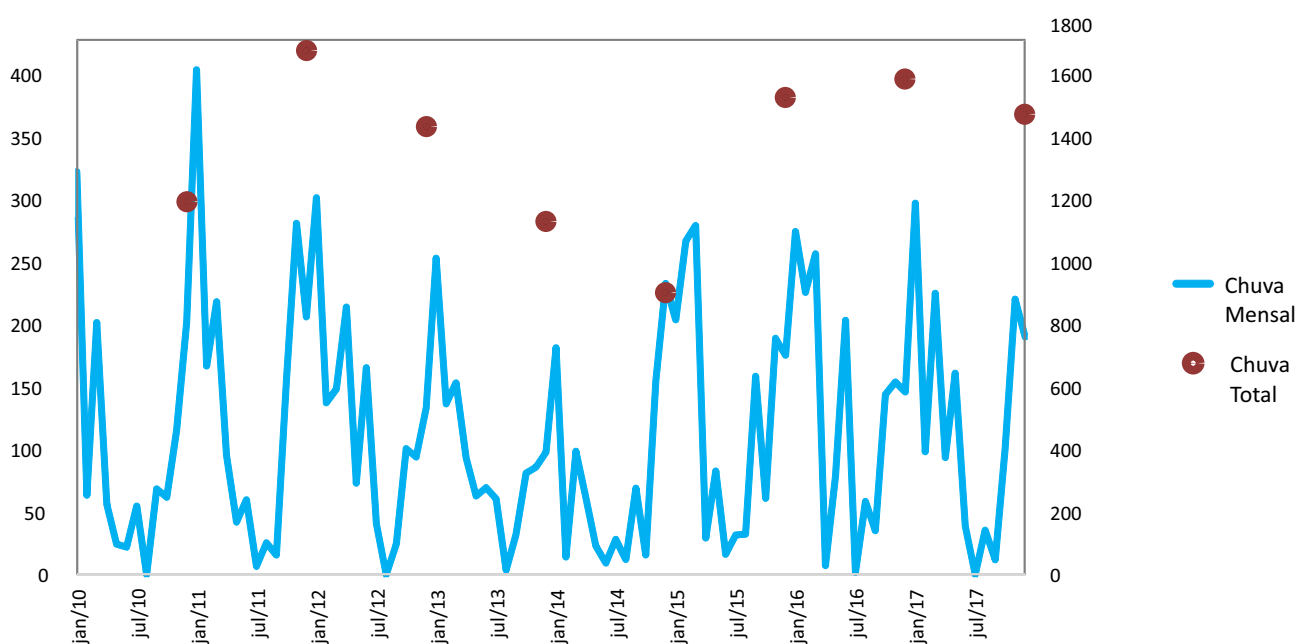
Tabela 1 - Variação do volume de chuva anual verificada no período de 2010 a 2017, em Campinas

Volume de Chuvas (mm)			
Ano	1º Semestre	2º Semestre	Total
2010	689,60	502,30	1.191,90
2011	985,60	690,30	1.675,90
2012	1.039,70	392,80	1.432,50
2013	768,30	360,60	1.128,90
2014	388,10	512,80	900,90
2015	877,70	647,84	1.525,50
2016	1.045,60	539,30	1.584,90
2017	915,50	558,30	1471,80

Fonte: CIIAGRO – Centro Integrado de Informações Agrometeorológicas, disponível em <http://www.ciiagro.sp.gov.br/ciiagroonline/Quadros/QChuvaPeriodo.asp>.

A Ilustração 2 apresenta o gráfico comparativo de chuvas mensal e anual, verificado nos anos de 2010 a 2017, reforçando que o ano de 2017 teve um índice regular de chuvas.

Ilustração 2 - Gráfico comparativo da Chuva Mensal e Anual verificada no período de 2010 a 2017



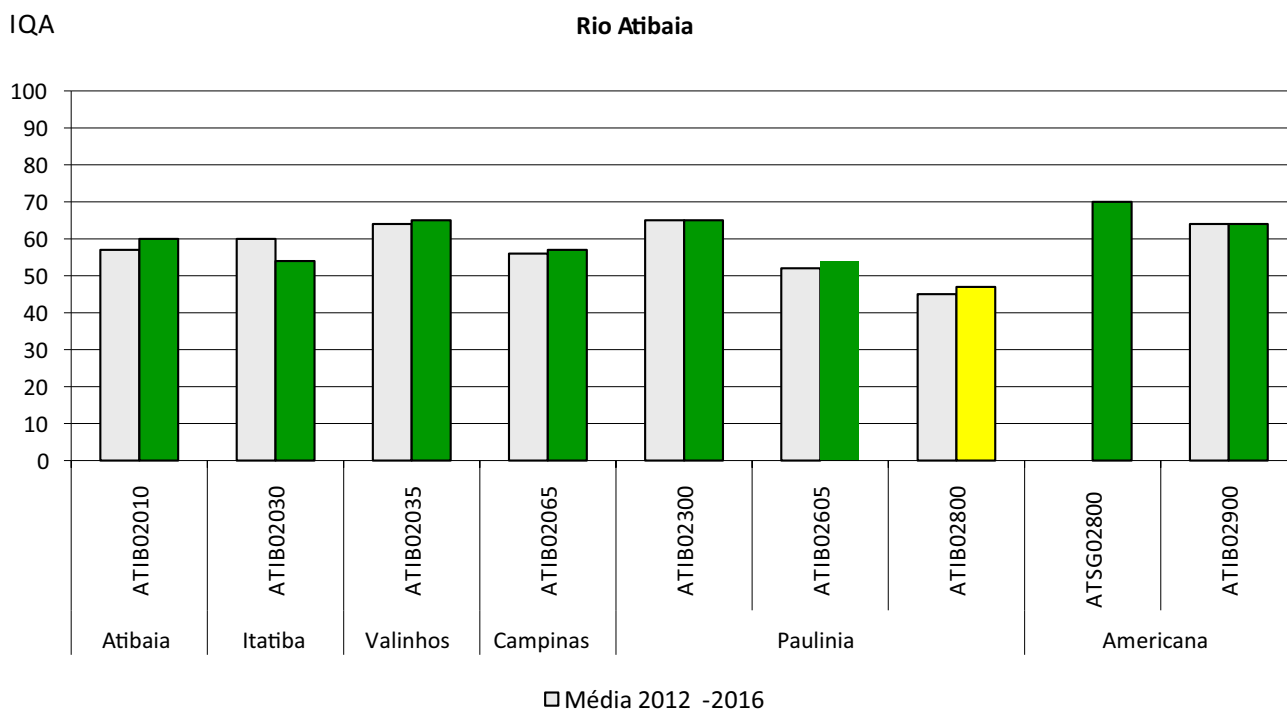
Fonte: CIIAGRO – Centro Integrado de Informações Agrometeorológicas, disponível em <http://www.ciiagro.sp.gov.br/ciiagroonline/Quadros/QChuvaPeriodo.asp>.

Qualidade dos Recursos Hídricos dos rios Atibaia e Capivari (416-1)

Rio Atibaia

O Relatório de Qualidade das Águas Interiores no Estado de São Paulo 2017, publicado pela CETESB, trouxe uma avaliação do rio Atibaia e o perfil do IQA (Índice de Qualidade das Águas) do ano de 2017 apresentou uma predominância de classificação boa, com exceção do ponto de monitoramento no reservatório de Salto Grande (ATSG 02800), conforme mostrado na Ilustração 3.

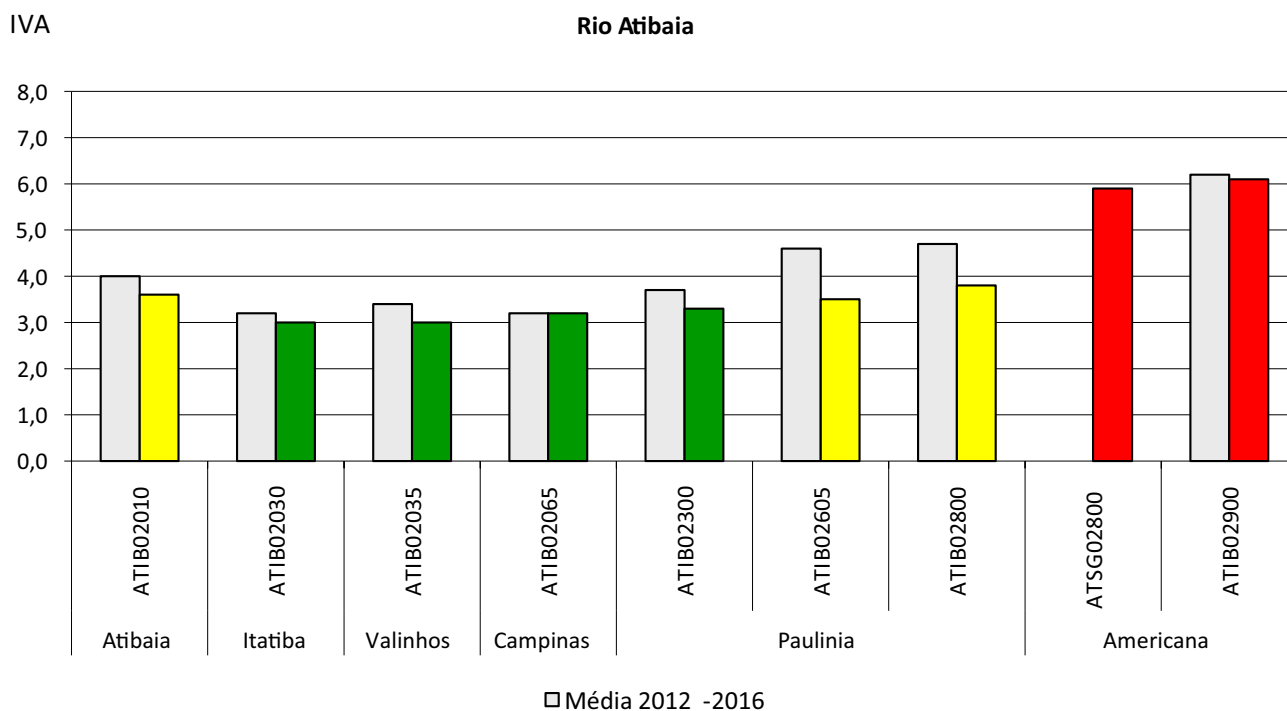
Ilustração 3 - Avaliação do IQA - Índice de Qualidade da Água do rio Atibaia no ano de 2017, comparado com a média verificada no período de 2012 a 2016



Fonte: Relatório de Qualidade das Águas Interiores no Estado de São Paulo – 2017, CETESB, 2018 (p.182).

O perfil do IVA (Índice de Proteção da Vida Aquática) - do rio Atibaia apresentou uma melhora no trecho de Itatiba a Campinas e a partir de Paulínia é constatada uma piora, o que pode ser verificado na Ilustração 4.

Ilustração 4 - Avaliação do IVA - Índice de Qualidade das Águas para Proteção da Vida Aquática e de Comunidades Aquáticas do rio Atibaia em 2017, comparado com a média verificada no período de 2012 a 2016



Fonte: Relatório de Qualidade das Águas Interiores no Estado de São Paulo – 2017, CETESB, 2018 (p.183).

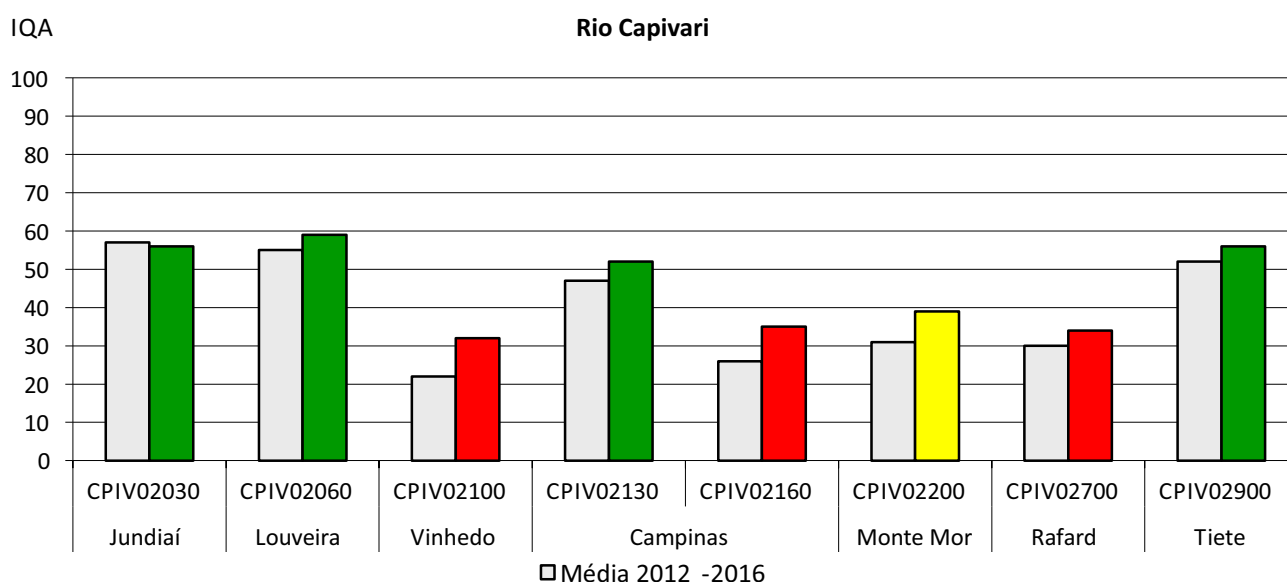
O relatório destaca que a piora verificada se deve ao baixo teor de OD (Oxigênio Dissolvido) e pelo estado supereutrófico constatado no reservatório de Salto Grande em Americana.

Rio Capivari

Da mesma forma que para o rio Atibaia, o Relatório de Qualidade das Águas Interiores no Estado de São Paulo 2017 apresentou o perfil do IQA no ano de 2017 do rio Capivari, sendo verificada uma melhora nos pontos de amostragem, quando comparado com a média verificada no período de 2012 a 2016. Entretanto, o rio continua classificado como RUIM

nos trechos de Vinhedo, Campinas e Rafard, em consequência dos baixos níveis de OD (Oxigênio Dissolvido) e da elevada concentração de DBO (Demanda Bioquímica de Oxigênio) e E. coli, em razão da presença de carga orgânica lançada pelos municípios, conforme mostrado na Ilustração 5.

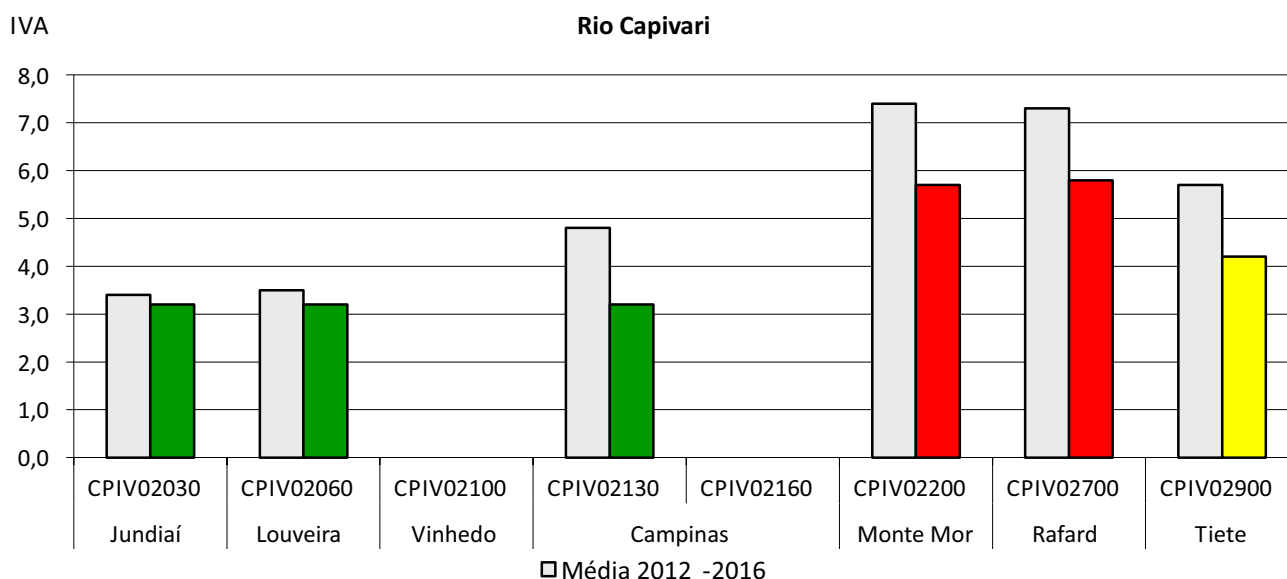
Ilustração 5 - Avaliação do IQA - Índice de Qualidade da Água do rio Capivari no ano de 2017, comparado com a média verificada no período de 2012 a 2016



Fonte: Relatório de Qualidade das Águas Interiores no Estado de São Paulo – 2017, CETESB, 2018 (p.190).

O perfil do IVA - do rio Capivari também apresentou uma melhora, mas continua classificado como RUIM nos trechos de Monte Mor e Rafard, em razão dos baixos níveis de OD verificados, conforme apresentado na Ilustração 6.

Ilustração 6 - Avaliação do IVA - Índice de Qualidade das Águas para Proteção da Vida Aquática e de Comunidades Aquáticas do rio Capivari no ano de 2017, comparado com a média verificada no período de 2012 a 2016



Fonte: Relatório de Qualidade das Águas Interiores no Estado de São Paulo – 2017, CETESB, 2018 (p.190).

É importante ressaltar que a SANASA, preocupada com o lançamento de efluentes sem o tratamento adequado na bacia do Capivari, está implementando a interceptação dos efluentes de esgoto até a EPAR Capivari II.

Sistema de Abastecimento de Água: Captação e Tratamento de Água (303-1 / 303-2)

Conforme já mencionado, o município de Campinas possui uma captação no rio Atibaia, responsável pelo atendimento de 92% da população e outra no rio Capivari, responsável por 8% do atendimento. O Sistema Atibaia possui 4 Estações de Tratamento de Água – ETAs

1, 2, 3 e 4 e o Sistema Capivari tem uma Estação de Tratamento situada junto à captação. Destaca-se que as ETAs 3 e 4 funcionam de forma integrada.

A Tabela 2 apresenta os volumes captados, aduzidos e tratados nas ETAs no ano de 2017.

Tabela 2 - Volumes Aduzido, Perdido e Tratado por ETA, no ano de 2017

CAPTAÇÃO	ETA	VOLUME			% POR MANANCIAL
		ADUZIDO	PERDIDO	TRATADO	
ATIBAIA	ETA 1	10.122.770	749.289	9.373.481	91,85%
	ETA 2	11.081.047	2.355.108	8.725.939	
	ETAs 3 e 4	77.809.310	4.604.097	73.205.213	
CAPIVARI	CAPIVARI	8.557.543	460.202	8.097.341	8,15%
TOTAL	-	107.570.670	8.168.696	99.401.974	100%

RESERVAÇÃO

O sistema de abastecimento de água conta com 69 reservatórios de água, sendo 26 reservatórios elevados e 43 reservatórios semienterrados, totalizando um volume de 128.894 m³ e os reservatórios elevados 5198 m³, totalizando 134.092

m³ de volume. Estes reservatórios estão distribuídos em 41 Centros de Reservação e Distribuição (CRD) e em 31 destes CRDs existem Estações Elevatórias de Água Tratada.

Rede de Distribuição

A malha de distribuição de água está subdividida em 25 setores de abastecimento.

Na Tabela 3 estão apresentados os números de ligações e economias de água, com base em dezembro de 2017, subdivididos por categorias.

Tabela 3 - Ligações e Economias de água, por categoria (base Dez/2017)

Categoria	Nº de Ligações	Nº de Economias
Residencial	310.253	448.315
Comercial	31.995	47.815
Industrial	432	432
Pública	1.330	1.569
Total	344.010	498.131

Fonte: SANASA, Gerência de Controle de Perdas e Sistemas.

A rede existente totaliza 4.676,03 km de extensão, com a finalidade de manter a pressão da água dentro dos limites estabelecidos pelas normas e encontram-se operando 326 unidades de controle de pressão, estrategicamente posicionadas.

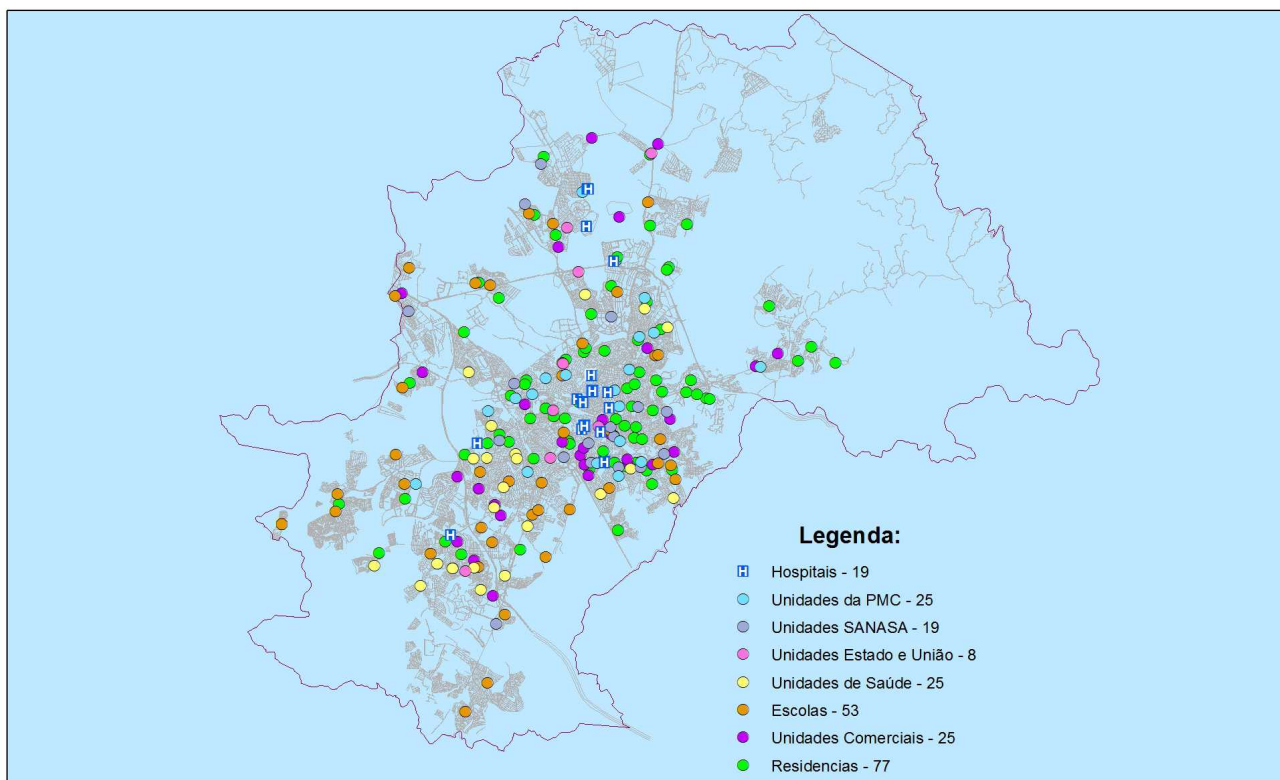
Gestão Operacional (416-1/416-2)

A SANASA possui procedimentos definidos e documentados para todas as unidades do Sistema de Abastecimento de Água, com Pontos de Controle estrategicamente definidos no sistema, em atendimento às exigências legais estabelecidas para o controle da qualidade distribuída à população, em especial a Portaria de Consolidação nº 5 do Ministério da Saúde, que em seu Anexo XX traz a antiga Portaria MS 2914/2011, sendo realizadas

análises em todas as etapas do sistema de abastecimento.

No ano de 2017 os pontos de monitoramento da rede de distribuição foram aumentados, sendo realizadas 16 rotinas para análise de 232 pontos. Existe também uma rotina específica para análise de Hospitais, onde são analisados 19 hospitais. A Ilustração 7 apresenta a espacialização dos pontos de amostragem da rede de distribuição de água.

Ilustração 7 - Situação dos pontos de amostragem na rede de distribuição



São apresentados no Quadro 2 os resultados das análises dos parâmetros de maior importância operacional que foram realizadas mensalmente na rede de distribuição de água, no ano de 2017.

Quadro 2 - Resultados das análises mensais de controle de qualidade realizados no ano de 2017, por ETA

Estação de tratamento – ETA 1 e 2 – Rua Abolição n. 2375 – Swift – Campinas																
Ano de 2017	Número de amostras analisadas	Análises Bacteriológicas				Análises Físico -Químicas										Atende as Legislações
		Coliformes Totais		Escherichia coli		Cor Aparente		Turbidez		Flúor		pH		Cloro Residual Total		
		Dentro do padrão	Fora do padrão	Dentro do padrão	Fora do padrão	Dentro do padrão	Fora do padrão	Dentro do padrão	Fora do padrão	Dentro do padrão	Fora do padrão	Dentro do padrão	Fora do padrão	Dentro do padrão	Fora do padrão	
Jan	75	73	2	75	0	75	0	75	0	75	0	75	0	65	10	Sim
Fev	71	70	1	71	0	71	0	71	0	70	1	71	0	66	5	Sim
Mar	78	78	0	78	0	78	0	78	0	74	4	78	0	72	6	Sim
Abr	71	70	1	71	0	71	0	71	0	68	3	71	0	63	8	Sim
Mai	90	90	0	90	0	90	0	90	0	90	0	90	0	85	5	Sim
Jun	84	81	3	94	0	83	1	83	1	84	0	84	0	78	6	Sim
Jul	92	92	0	92	0	92	0	92	0	92	0	92	0	87	5	Sim
Ago	90	90	0	90	0	90	0	90	0	90	0	90	0	86	4	Sim
Set	88	87	1	88	0	88	0	88	0	88	0	88	0	82	6	Sim
Out	89	87	2	89	0	88	1	89	0	87	2	89	0	81	8	Sim
Nov	86	85	1	86	0	86	0	86	0	86	0	86	0	75	11	Sim
Dez	84	82	2	84	0	84	0	84	0	84	0	84	0	58	26	Sim
Total	998	985	13	1008	0	996	2	997	1	988	10	998	0	898	100	Sim

Estação de tratamento – ETA 3 e 4 – Rod. Heitor Penteado – Km 7 – Sousas / Campinas																
Ano de 2017	Número de amostras analisadas	Análises Bacteriológicas				Análises Físico -Químicas										Atende as Legislações
		Coliformes Totais		Escherichia coli		Cor Aparente		Turbidez		Flúor		pH		Cloro Residual Total		
		Dentro do padrão	Fora do padrão	Dentro do padrão	Fora do padrão	Dentro do padrão	Fora do padrão	Dentro do padrão	Fora do padrão	Dentro do padrão	Fora do padrão	Dentro do padrão	Fora do padrão	Dentro do padrão	Fora do padrão	
Jan	251	246	5	251	0	249	2	249	2	251	0	251	0	219	32	Sim
Fev	237	232	5	237	0	232	5	234	3	237	0	237	0	211	26	Sim
Mar	263	261	2	263	0	261	2	259	4	255	8	263	0	250	13	Sim
Abr	237	233	4	237	0	230	7	232	5	236	1	237	0	227	10	Sim
Mai	302	293	9	301	1	293	9	298	4	301	1	302	0	287	15	Sim
Jun	282	275	7	282	0	277	5	278	4	277	5	282	0	267	15	Sim
Jul	308	302	6	308	0	304	4	305	3	308	0	908	0	299	9	Sim
Ago	302	298	4	302	0	299	3	301	1	302	0	302	0	292	10	Sim
Set	297	290	7	297	0	291	6	291	6	293	4	297	0	284	13	Sim
Out	299	287	12	299	0	296	3	298	1	298	1	299	0	275	14	Sim
Nov	291	288	3	291	0	291	0	291	0	289	2	291	0	277	14	Sim
Dez	282	272	10	282	0	278	4	281	1	282	0	282	0	253	29	Sim
Total	3351	3277	74	3350	1	3310	41	3317	34	3329	22	3951	0	3141	200	Sim

Informações Complementares:

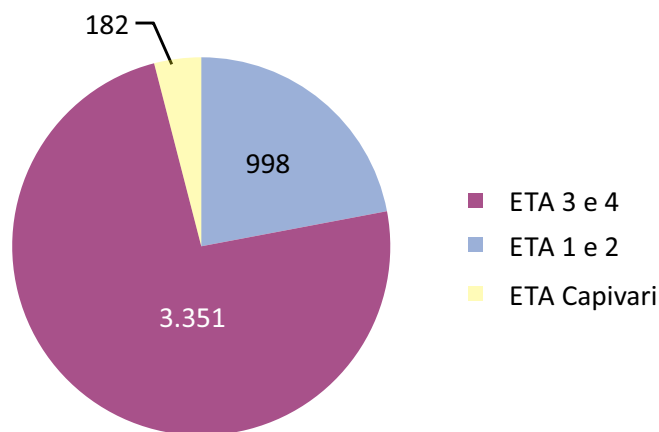
- **Coliformes Totais:** - Indicam presença de bactérias na água e não necessariamente representam problemas para a saúde. É aceitável um percentual de 5% de presença de Coliformes Totais nas amostras analisadas, conforme a Portaria de Consolidação nº 5 do Ministério da Saúde – Anexo XX (Antiga Portaria 2914/11).
- **E. coli:** - Indicam a possibilidade de presença de organismos causadores de doenças na água e sua análise é realizada quando constada a presença de Coliformes Totais. Não é permitido a presença de Coliformes Totais na água para consumo humano, conforme a Portaria de Consolidação nº 5 do Ministério da Saúde – Anexo XX (Antiga Portaria 2914/11).
- **Cor aparente:** - Característica que mede o grau de coloração da água. A Portaria de Consolidação nº 5 do Ministério da Saúde – Anexo XX (Antiga Portaria 2914/11) estabelece o limite máximo aceitável de 15 UH (Unidade de Hazen).
- **Turbidez:** - Característica que reflete o grau de transparência da água. A Portaria de Consolidação nº 5 do Ministério da Saúde – Anexo XX (Antiga Portaria 2914/11) estabelece um limite máximo aceitável de 5 UT (Unidade de Turbidez).
- **Flúor:** - Adicionado à água para a prevenção da cárie dentária. A Resolução Estadual SS-250 estabelece a faixa de concentração entre 0,6 a 0,8 miligramas de Flúor por Litro.
- **pH:** - Indica o quanto a água é ácida (pH baixo) ou alcalina (pH alto). A Portaria de Consolidação nº 5 do Ministério da Saúde – Anexo XX (Antiga Portaria 2914/11) estabelece a faixa de pH entre 6,0 a 9,5 para consumo humano.
- **Cloro Residual Total:** - Indica a quantidade de cloro combinado com amônia presente na rede de distribuição, adicionado no processo de desinfecção da água. A Portaria de Consolidação nº 5 do Ministério da Saúde – Anexo XX (Antiga Portaria 2914/11) estabelece o limite mínimo de 2 miligramas de cloro combinado por Litro, quando se trabalha com o processo de desinfecção de Cloroamônia.

Durante o ano de 2017 foram coletadas 4.531 amostras de água tratada, na rede de distribuição e que resultaram em 104.523 exames de avaliação de potabilidade.

Os gráficos apresentados na Ilustração 8 demonstram o desempenho das coletas realizadas na rede de distribuição e o resultado da avaliação dos exames realizados, em atendimento à Portaria de Consolidação nº 5 do Ministério da Saúde – Anexo XX (Antiga Portaria 2914/11).

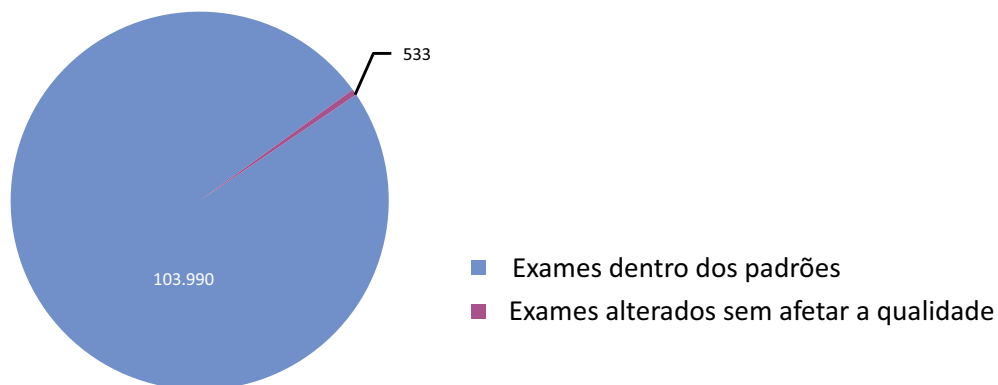
Ilustração 8 - Quantidade de Amostras Coletadas e Avaliação dos Resultados dos Exames em relação ao atendimento à Portaria de Consolidação nº 5 do Ministério da Saúde – Anexo XX (Antiga Portaria 2914/11), realizadas no ano de 2017

Quantidade de Amostras Coletadas na Cidade de Campinas no Ano de 2017



Área de abrangência para abastecimento:
 4 % - ETA Capivari
 21 % - ETA 1 e 2
 75 % - ETA 3 e 4.

Quantidade de Exames que Atenderam aos Padrões de Potabilidade no ano de 2017



Avaliação Final:
 Água potável para consumo

Como avaliação final, a água tratada e distribuída pela SANASA atende aos padrões de potabilidade para consumo humano, sendo considerada como “Água Potável”.
 As informações relacionadas à qualidade da água

fornecida à população constam no Relatório Anual da Qualidade da Água, que é distribuído aos consumidores e que estão disponíveis através do site www.sanasa.com.br, em atendimento à Lei 5440/2005.

Programa de Controle de Perdas (103-1)



ODS6 - Garantir disponibilidade e manejo sustentável de água e saneamento para todos.

6.4 - Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água.

A perda de água na distribuição é reconhecida como um dos grandes desafios para o alcance da universalização do saneamento no Brasil. Conforme estudos do Instituto Trata Brasil, com base no SNIS de 2016, o Índice de Perdas de Água na Distribuição – IPD – nacional apontam 38% o que corresponde a 982 bilhões de litros de água e equivale a seis vezes o volume de capacidade de armazenamento de água do Sistema Cantareira - responsável pelo abastecimento da região de Campinas e de grande parte da região de São Paulo atendendo cerca de 12 milhões de pessoas.

Há 24 anos a SANASA tomou a decisão pelo enfrentamento de perdas de água, o que demandou um investimento de R\$ 218 milhões, com objetivo de garantir o abastecimento ininterrupto através de melhoria da eficiência operacional, a fim de evitar demandas reprimidas, trazendo como consequências, o uso racional do recurso hídrico, adiamento de investimentos em macro infraestruturas, redução dos custos operacionais e no atendimento ao crescimento econômico e vegetativo em busca da universalização do abastecimento de água no município.

Os resultados da melhoria da eficiência no sistema de distribuição, impactando na redução dos custos operacionais, vêm se mantendo satisfatórios e confirmam que, graças ao sucesso do Programa de Controle de Perdas, a empresa teve sustentabilidade financeira para investir no serviço de esgotamento sanitário, elevando a capacidade instalada de tratamento de esgoto de 1,71% para 95% no período.

Entre os anos de 1994 e 2017 o Programa de Controle de Perdas cumpriu uma redução do IPD de 37,7% para 20,91% e do IPF (Índice de Perda de Faturamento) de 34,6% para 12,9%. A meta futura é alcançar o IPD de 15% e que demandará obras de readequação de 1.000 km de rede de cimento amianto com seus respectivos ramais, compreendendo a setorização e a equalização de pressões, representando investimentos que dependem de aprovação pelo Governo Federal em 2018, através da submissão de Cartas de Créditos. Também será necessária a troca de 165 mil hidrômetros velocimétricos por volumétricos, o que a empresa poderá viabilizar com recursos próprios, abrindo processo licitatório nos próximos anos.

Tabela 02: Resultados alcançados com o Programa de Controle de Perdas

RESULTADOS	1994 - 2017
Eficiência do Sistema de Distribuição - ESD	62,3% - 79,1%
Índice de Perdas de Distribuição - IPD	37,7% - 20,9%
Índice de Perdas de Faturamento - IPF	34,6% - 12,9%
Volume de Água Economizado	477 milhões m ³
Recurso Economizado (1)	R\$ 1066 milhões
Recurso Investido (2)	R\$ 218 milhões
Recurso economizado - Recurso Investido	R\$ 848 milhões

1 – Volume economizado no ano, multiplicado pelo custo médio do serviço ÁGUA no mesmo ano

2 – Soma dos valores investidos em cada ano, sem correção monetária

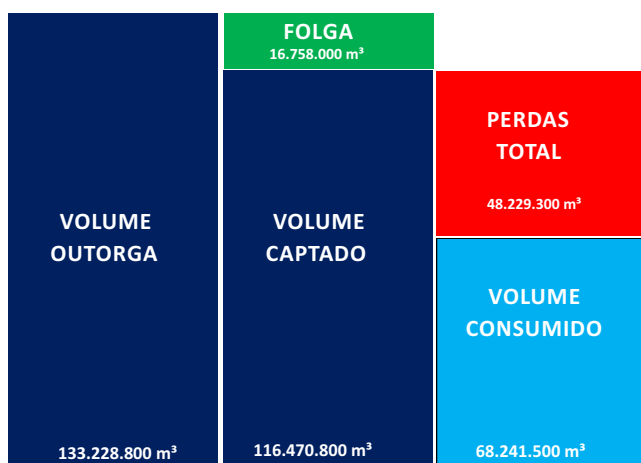
Nesse período de execução do Programa de Controle de Perdas, a população da cidade de Campinas cresceu 32%, saltando de 892.817 milhões de moradores (IBGE/1994) para 1.182.429 habitantes (IBGE/2016). A pressão demográfica, aliada ao desenvolvimento econômico local, elevou o volume de consumo per capita em 10 milhões de m³, porém não foi necessário ampliar o volume anual da outorga, mantendo-se estável em 133 milhões m³. A

análise sobre o programa traz o entendimento de que se nada fosse feito para estancar as perdas em 1994, o IPD de 37,7% teria facilmente saltado a patamares que poderiam comprometer o abastecimento não só de Campinas, mas também das cidades e das indústrias instaladas na bacia dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – PCJ, que congrega 5.418 milhões de habitantes e representa 7% do PIB.

O quadro 01 retrata o comportamento do volume de água captado, que compreende os volumes consumido e perdido, registrados no ano de 1994, início do Programa de Controle de Perdas, quando o IPD era de 37,7% e que indicava folga de 16.758.000m³ (13%) do volume de outorga.

Quadro 1

REALIZADO 1994

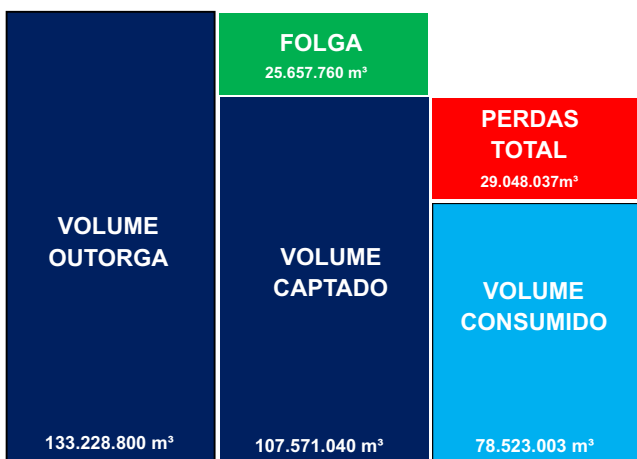


NOTA: Perda total considera perdas de água desde a captação até os hidrômetros

O quadro 02 retrata o comportamento do volume de água captado, que compreende os volumes consumido e perdido, realizado no ano de 2017, quando o IPD apurado foi de 20,09%, indicando, para o volume de outorga, folga de 25.657.760 m³ (19%), que é superior à registrada no início do programa, em 1994.

Quadro 2

REALIZADO 2017



NOTA: Perda total considera perdas de água desde a captação até os hidrômetros

Ações do Programa de Controle de Perdas (103-2/103-3)

O resultado favorável do Programa de Controle de Perdas se deu através da implantação e manutenção das ações de base e das ações de combate e redução das perdas reais e aparentes, descritas a seguir:

AÇÕES DE BASE

- Cadastro Técnico
- Setorização
- Macromedição
- Tecnologia da Informação
- Telemetria/Telecomando – Automação

AÇÕES DE COMBATE E REDUÇÃO PERDAS

- Micromedição
- Combate às irregularidades nas Ligações de Água
- Manutenção
- Pesquisa de Vazamentos
- Controle de Pressão
- Qualidade de Materiais, Equipamentos e Obras
- Readequação da Infraestrutura
- Ensaio de Estandarização

A crise hídrica dos anos de 2014 e 2015 trouxe grandes aprendizados tanto para SANASA quanto para Administração Municipal. A seguir, seguem ações que já faziam parte do escopo do programa, mas que a partir deste evento climático passaram a integrar as políticas públicas do município:

1 - Combate à submedição dos volumes apurados pelos hidrômetros

A submedição dos volumes apurados pelos

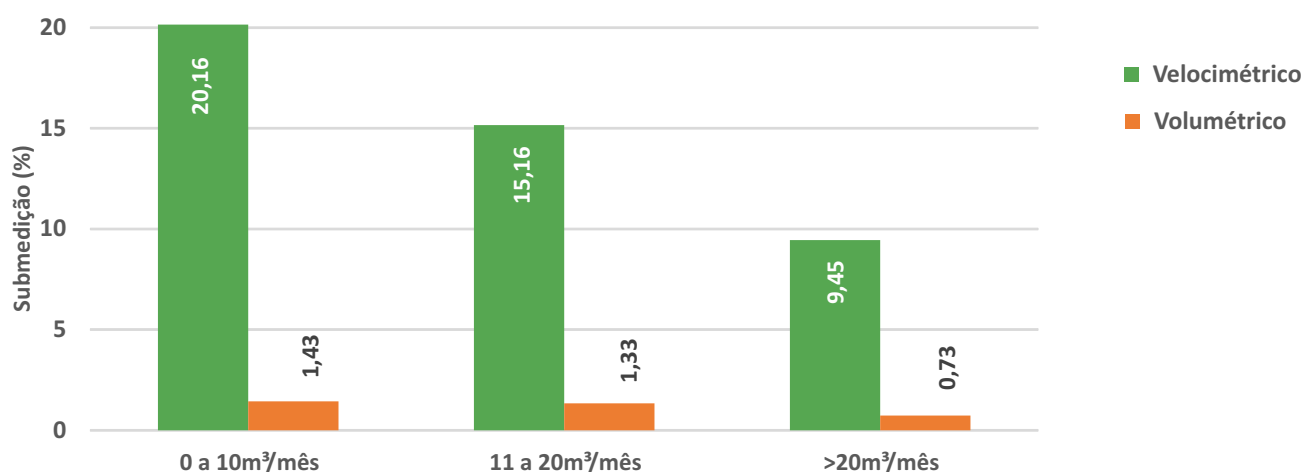
hidrômetros é minimizada pela utilização de medidores de água do tipo volumétricos em larga escala, que apresentam diversas vantagens em relação aos medidores tradicionais do tipo velocimétricos, como maior sensibilidade para registrar baixas vazões com precisão, menor submedição, maior precisão metrológica, manutenção da curva de erros por maior período e maior durabilidade estimada em 10 anos, entre outros.

Atualmente a SANASA conta com cerca de 143.592 hidrômetros volumétricos instalados, que representam aproximadamente 42% do total de medidores, situação que contribui diretamente para a redução das perdas aparentes (submedição) e recuperação do volume marcado, impactando positivamente no aumento de faturamento.

A padronização foi possível porque a SANASA possui 95% de suas ligações de água com caixas de proteção de hidrômetros, fato que permite a utilização de um dispositivo denominado “retentor de partículas”, desenvolvido para evitar que a eventual presença de partículas na água possa comprometer o funcionamento do equipamento de medição. Outra característica positiva é a existência de válvulas ventosas, corretamente dimensionadas e instaladas em pontos estratégicos da rede de distribuição de água, que minimizam os efeitos da eventual presença de ar nos consumos e no funcionamento dos medidores de água.

No gráfico 01 são indicadas as submedições médias em cada faixa de vazão para medidores dos tipos velocimétricos e volumétricos.

Gráfico 01: Submedições médias por faixa de vazão



A localização de vazamentos não visíveis é realizada com equipe própria treinada pela SANASA e certificada pela ABENDI – Associação Brasileira de Ensaio Não Destrutivos e Inspeção, utilizando equipamentos acústicos de última geração, tais como geofone eletrônico, sensor armazenador de ruído e correlacionador.

No processo de gestão da pesquisa de vazamentos, além da metodologia de trabalho, equipamentos de vanguarda e equipes altamente capacitadas e treinadas, destacamos entre estes aparelhos os sensores armazenadores de ruídos, que são acoplados às redes e ramais e indicam ou não a presença de ruídos de vazamentos.

Todo processo é acompanhado até a realização do reparo, confirmando a eficiência da pesquisa. Os resultados obtidos e a inserção em base cartográfica digital dos vazamentos localizados possibilitam a rastreabilidade dos serviços executados, consulta e análise dos dados, incorporando novos

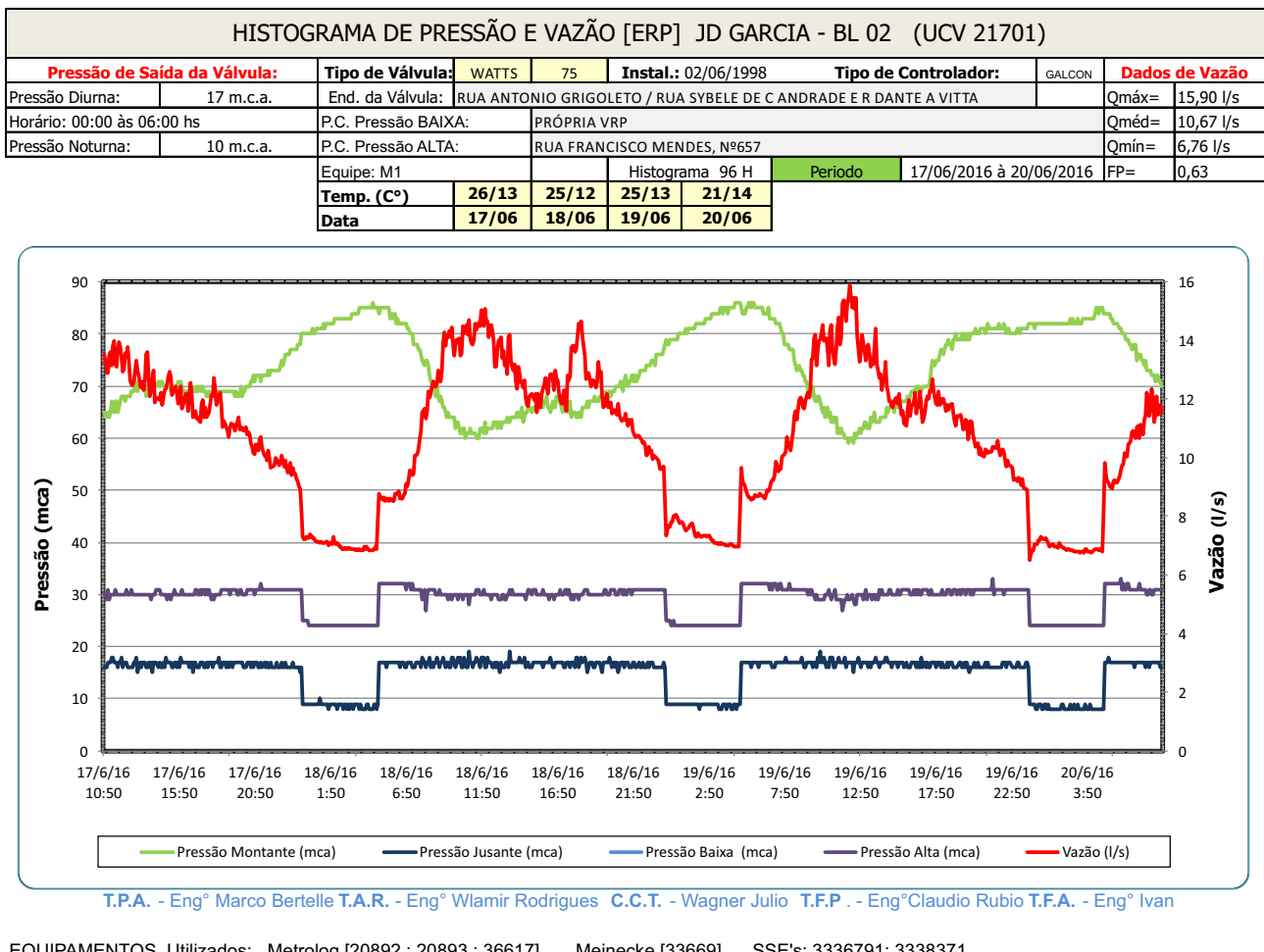
procedimentos e critérios de priorização das áreas a serem pesquisadas.

Em 2017 foram realizadas pesquisas de vazamentos em 1.042.648 m de redes e ramais e localizados 942 vazamentos, com índice de 0,90 vazamentos/ km e 4,81 hora homem/vazamento localizado.

Através do monitoramento e análise dos indicadores técnicos e de desempenho dos setores de medição, são priorizadas áreas para pesquisa de vazamentos não visíveis, visando o combate às perdas reais. Um dos principais indicadores técnicos analisados é o Fator de Pesquisa, em que se divide a vazão mínima pela vazão média, cujo resultado indica possíveis vazamentos em redes de distribuição de água e ramais. Esses dados são disponibilizados pelo Setor de Macromedição, Estruturas de Controle, Estanqueidade e Pesquisas de Vazamentos através de histograma.

A seguir, um exemplo em que o setor de medição analisado apresenta um fator de pesquisa elevado.

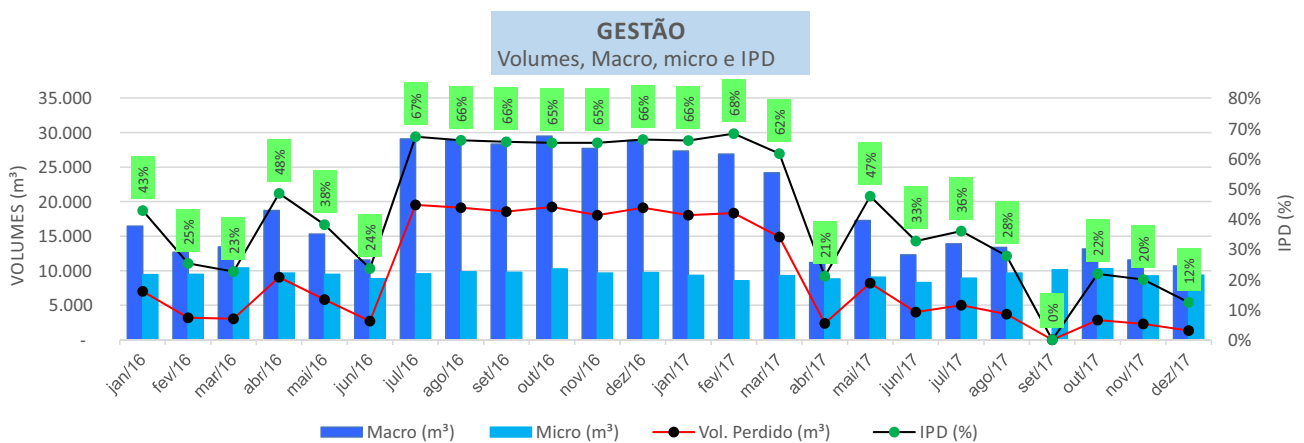
Figura 03 – Histograma de Pressão e Vazão



Além do Fator de Pesquisa, também são analisados o volume macromedido e o volume micromedido, resultando no volume perdido e no indicador de perdas na distribuição. Pode-se observar que o setor de medição analisado apresentava perdas elevadas

e que, após o trabalho de pesquisa de vazamento, com a localização de rompimentos não visíveis, o indicador de perdas apresentou uma redução considerável e se mantém estável.

Gráfico 02: Volumes macromedido e micromedido e Indicador de Perdas de Distribuição



4 - Readequação da infraestrutura de redes e ligações de água

Para garantir a eficiência da distribuição de água no sistema de abastecimento público, a SANASA vem investindo na readequação das redes, ligações e seus componentes, através de priorização das áreas com maiores índices de perda física de água, provocados por rompimentos devido à deterioração dos materiais, estando também previstos nesses projetos a setorização do abastecimento, controle/redução de pressão, macromedição, padronização das ligações, substituição de hidrômetros preparados para telemetria.

Em 2017 foi realizada a readequação de 10.377 m de rede e 514,5 ramais, em seis bairros, sendo que 3

bairros ainda estão com obras em andamento. A metodologia adotada pela SANASA para substituição das redes e ligações é o MND – Método Não Destrutivo, com instalação de tubulações soldadas em material PEAD – Polietileno de Alta Densidade e, durante a execução da obra, o abastecimento é garantido através de tubulação aérea provisória. A metodologia MND traz como principais vantagens, a redução das perdas físicas e o menor impacto ao ambiente e à mobilidade urbana, pois dispensa abertura de vala contínua.

A integração da nova infraestrutura ao sistema de abastecimento é condicionada à aprovação do teste de estanqueidade, realizado por equipe própria e com a entrega do cadastro técnico.

Figura 04 – Redes de cimento amianto no município de Campinas

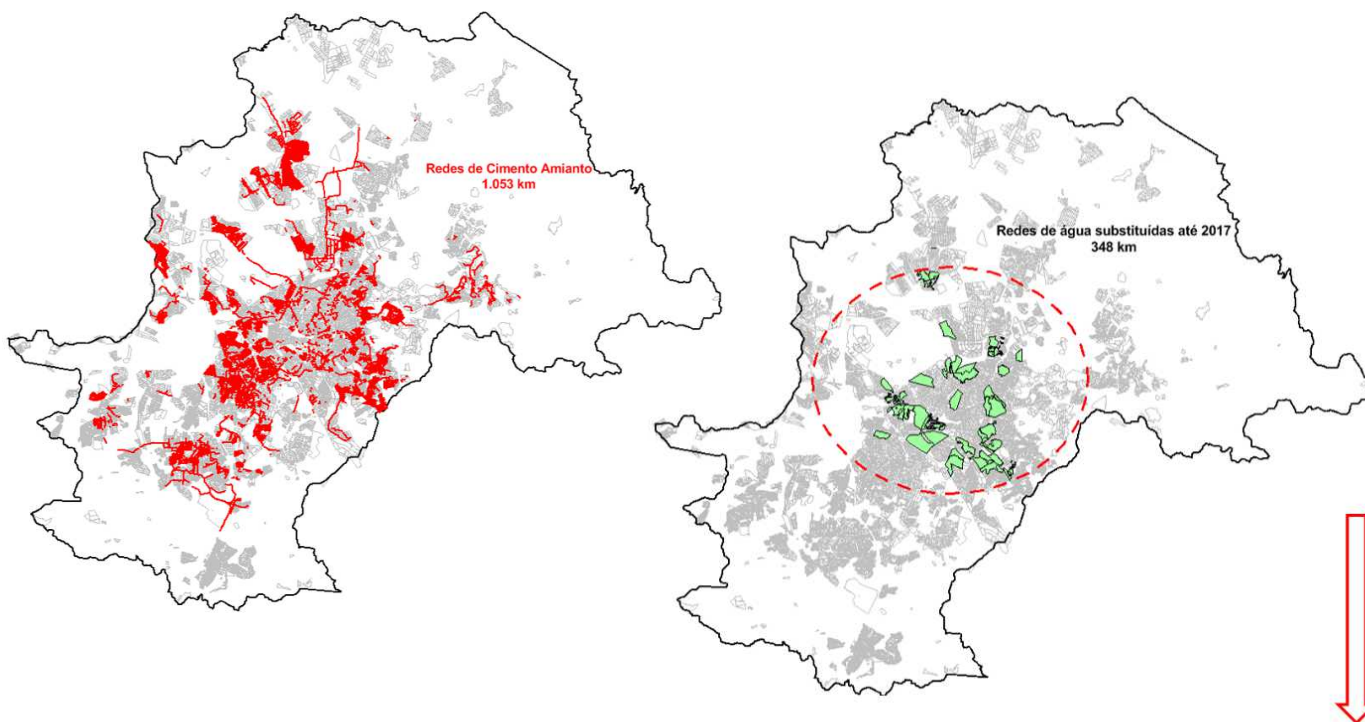
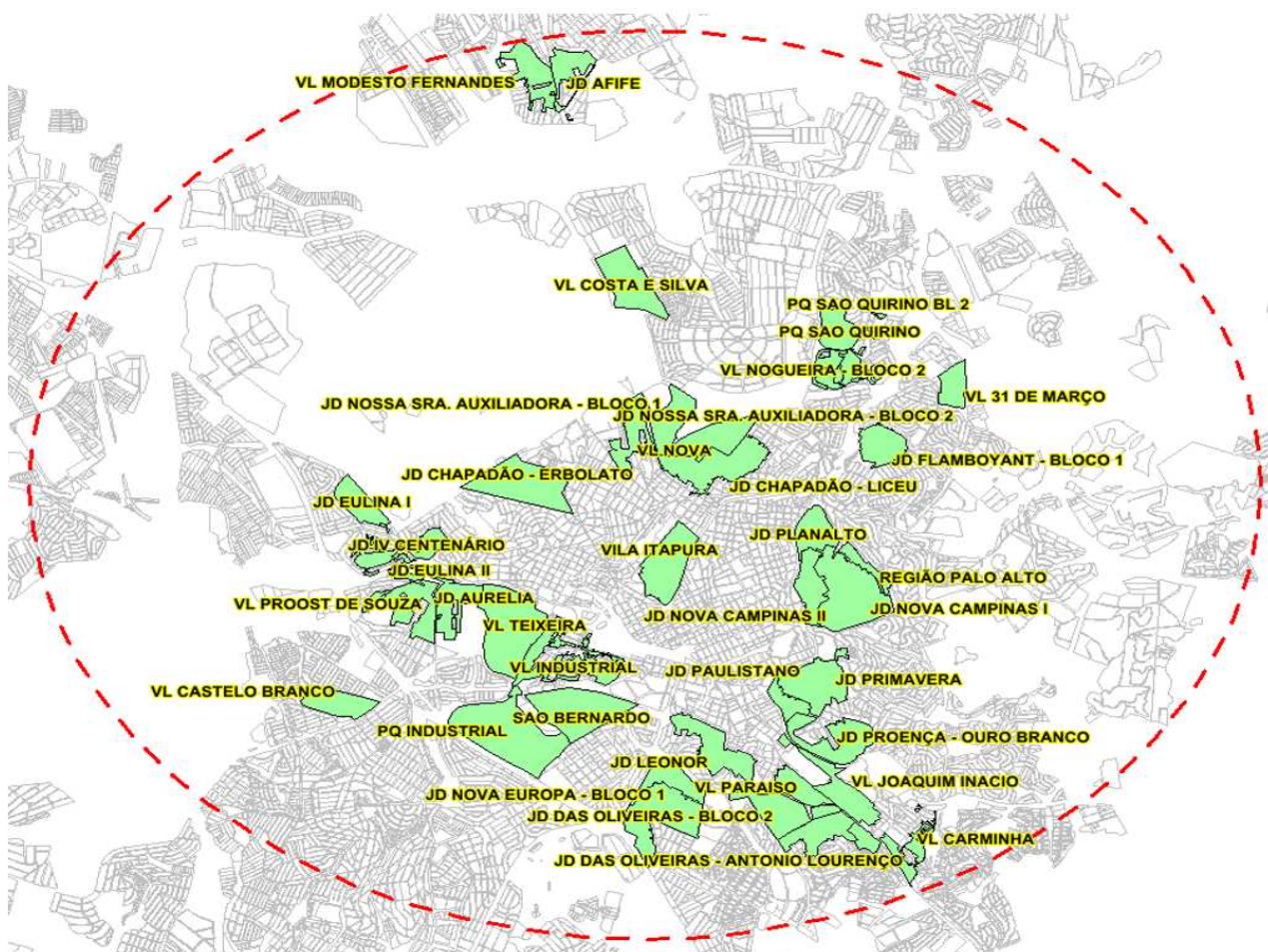


Figura 05 – Bairros com substituição de redes de água no município de Campinas



Índices de Perdas

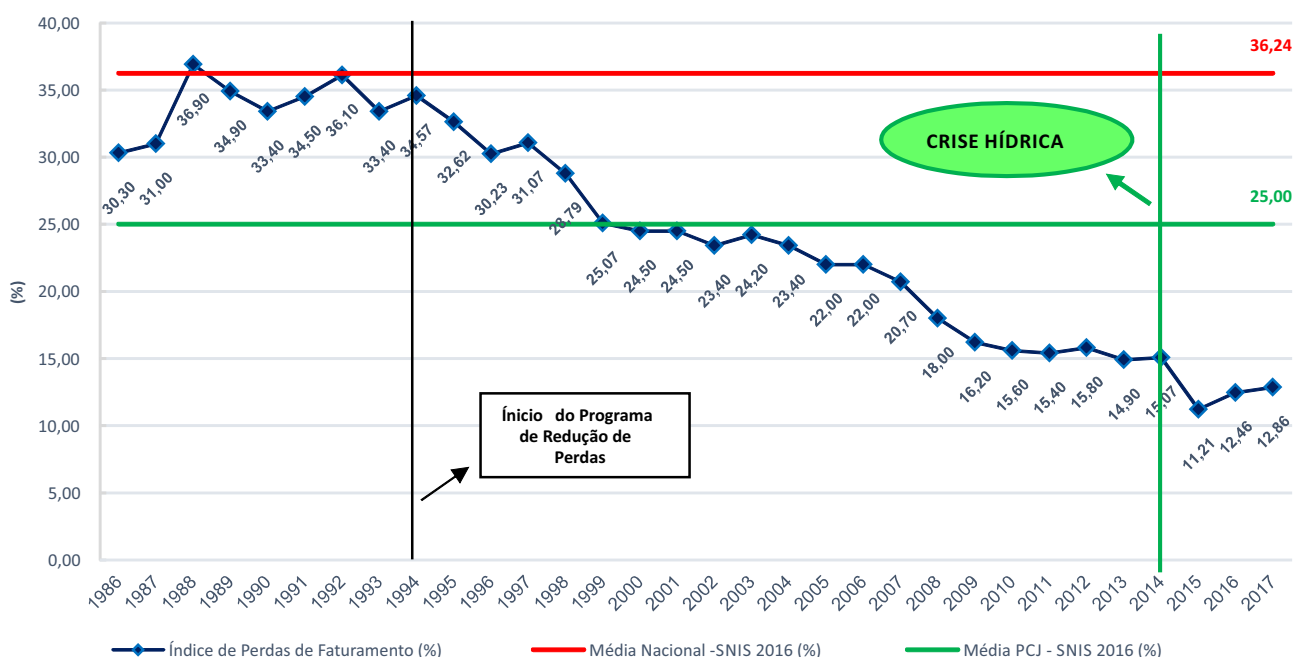
A SANASA utiliza três índices de perdas, o IPF, IPD e IPL com os quais a empresa apura e analisa a perda física (real) de água, provocada principalmente por vazamentos na infraestrutura de adução, reservação e distribuição de água; e a perda não física (aparente), provocada principalmente por submedição nos hidrômetros e fraudes nas ligações. Todos esses índices são, permanentemente, monitorados e submetidos à auditoria mediante o programa da Gestão da Qualidade da companhia.

• **IPF – Índice de Perdas de Faturamento:** representa o percentual do volume de água tratado e não faturado. Em 2017 o IPF apurado foi de 11,2%, uma redução de 1,3% em comparação ao ano de 2016. Essa queda ainda é considerada como reflexo da mudança no padrão de consumo de água da população, após o período de crise hídrica ocorrida nas bacias PCJ entre os anos de 2014 e 2015.

Índice de Perdas de Faturamento (SNIS)

$$\frac{\text{Volume de Água (Produzido + Tratado Importado - de Serviço)} - \text{Volume de Água Faturado}}{\text{Volume de Água (Produzido + Tratado Importado - de Serviço)}} \times 100$$

Gráfico 03: Índice de Perdas de Faturamento



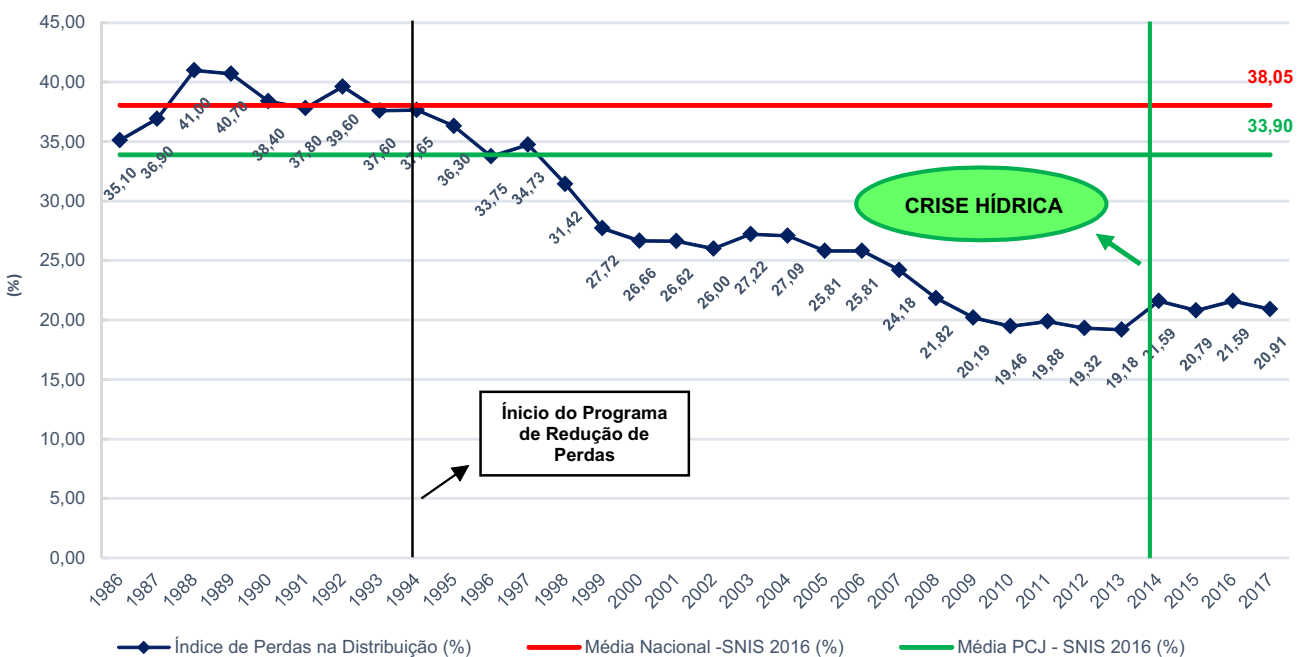
• **IPD- Índice de Perdas de Distribuição:** representa o percentual do volume de água tratada e perdida na distribuição. Em 2017 o IPD foi de 21,1%, uma redução de 0,5% em comparação ao ano de 2016. Apesar desta queda, observa-se uma apuração ainda acima das registradas entre os anos anteriores à crise

hídrica de 2014 e 2015, confirmando uma mudança no padrão e no perfil de consumo dos clientes e consumidores. Ao mesmo tempo, isso provocou um aumento significativo nas perdas aparentes, provocadas por submedição nos valores apurados nos hidrômetros e pelas fraudes nas ligações.

Índice de Perdas na Distribuição (SNIS)

$$\frac{\text{Volume de Água (Produzido + Tratado Importado - de Serviço) - Volume de Água Consumido}}{\text{Volume de Água (Produzido + Tratado Importado - de Serviço)}} \times 100$$

Gráfico 04: Índice de Perdas na Distribuição



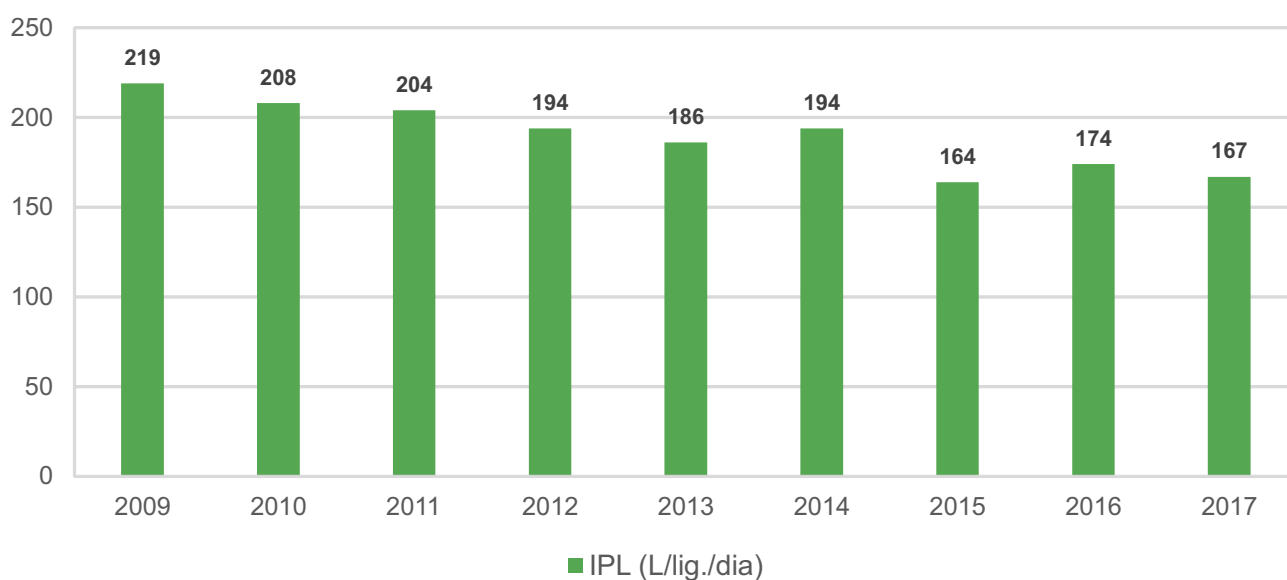
• **IPL – Índice de Perdas por Ligação:** representa o volume de água tratada perdida na distribuição, por ligação. Em 2017 foi apurada uma redução de 6 litros/ligação dia, correspondendo -3,5% em relação ao ano de 2016 e registrando um índice de 168 litros/ligação dia.

Índice de Perdas por Ligação (SNIS)

$$\frac{\text{Volume de Água (Produzido + Tratado Importado) - Volume de Água Consumido}}{\text{Quantidade de Ligações Ativas de Água}^*} \times 1.000.000 = 365$$

* utiliza-se a média aritmética dos valores do ano de referência e do ano anterior ao mesmo.

Gráfico 05: Índice de Perdas por Ligação/dia

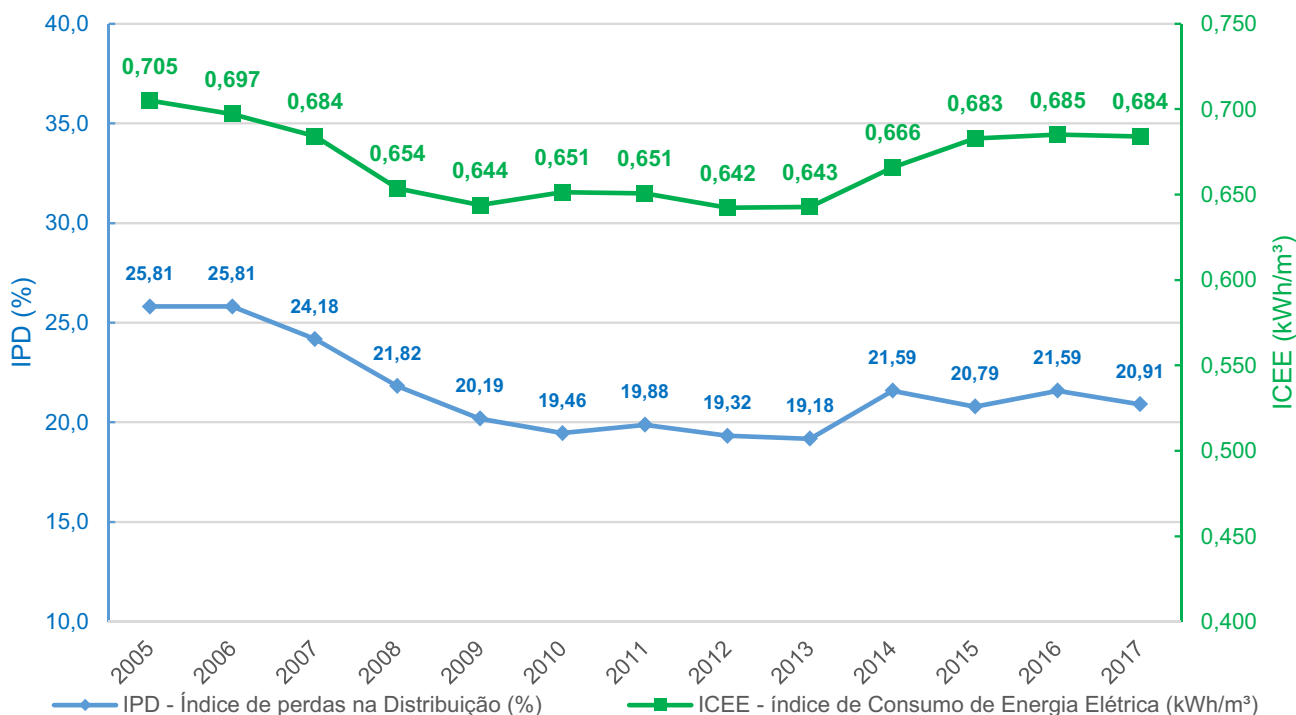


Consumo de Energia Elétrica

O gráfico 06 apresenta o comportamento dos indicadores IPD e ICEE – Índice de Consumo de Energia Elétrica, que compreende o consumo de energia elétrica de todas as captações e ETA – Estações de Tratamento de Água, entre os anos de 2010 a 2017.

O mesmo comportamento de tendência entre os indicadores evidencia a consistência dos resultados anuais do IPD, pois quanto menor a perda de água, menor o gasto de energia elétrica, desde que sejam mantidas as principais características das unidades consumidoras de energia elétrica, que é o caso SANASA neste mesmo período.

Gráfico 06: Indicadores de Perdas e Eficiência Energética

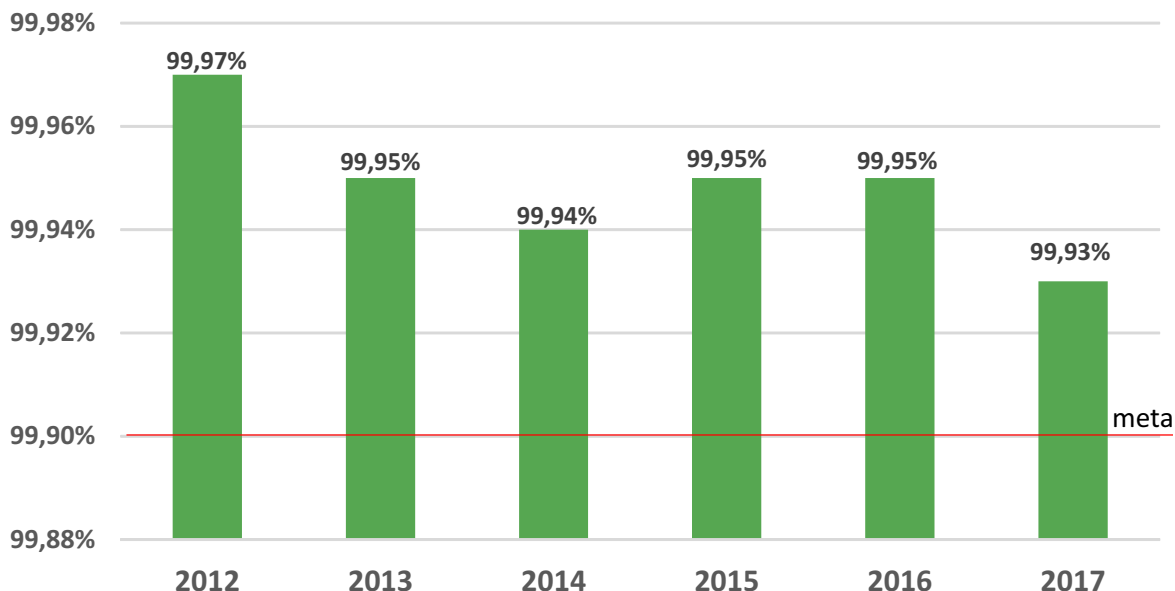


Sistema de Gestão da Qualidade

Para o monitoramento do Programa de Combate às Perdas, além dos índices já citados, também são utilizados os descritos a seguir, de acordo com a metodologia do SNIS e do Sistema de Gestão da Qualidade SANASA.

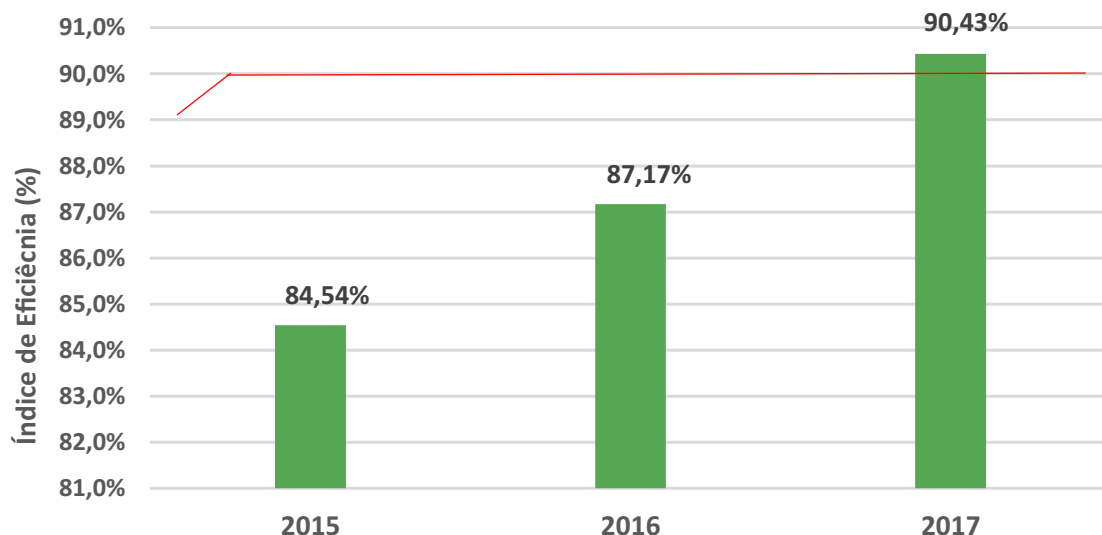
- **IH - Índice de Hidrometração:** Percentual de ligações ativas com hidrômetros instalados e em funcionamento.

Gráfico 07: Índice de Hidrometração



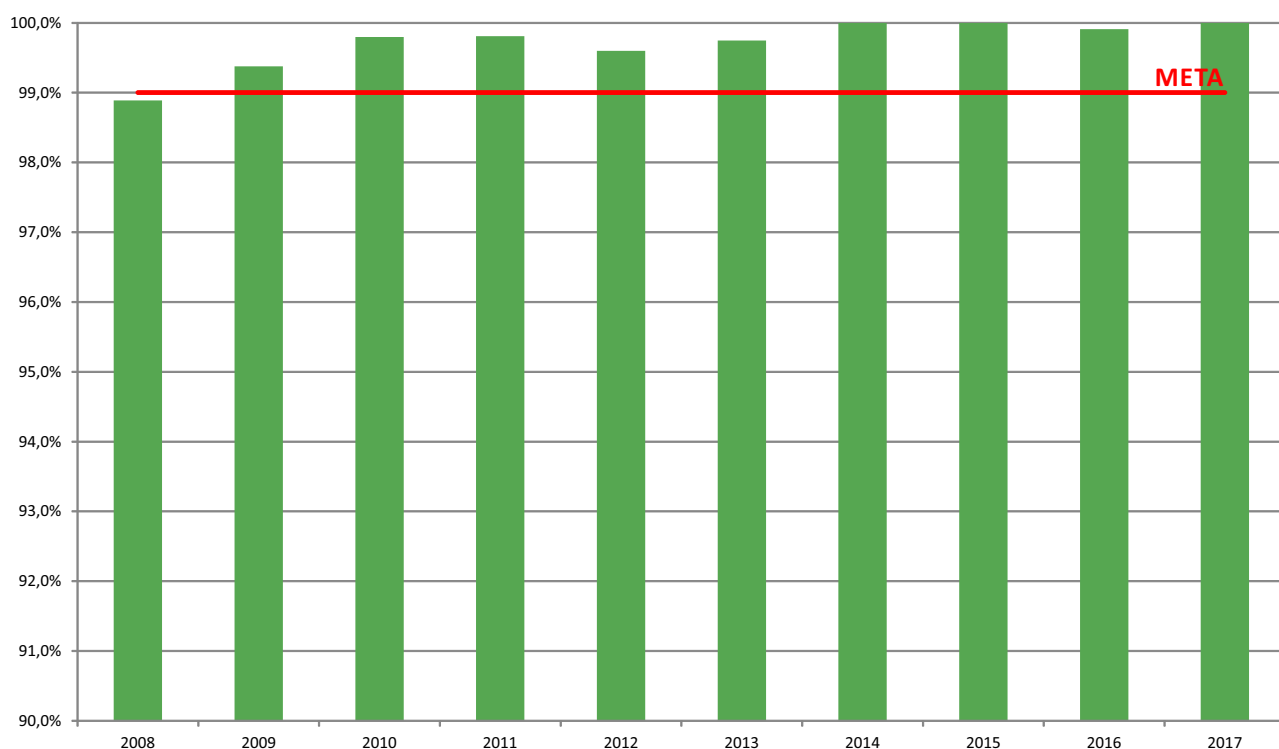
- **IEM – Índice de Eficiência da Micromedição:** Percentual de eficiência da micromedição, calculado utilizando critérios da Norma ABNT NBR 15538/2014.

Gráfico 08: Índice de Eficiência da Micromedição



- **IM – índice de Eficiência da Macromedição:** Percentual do volume de água produzido, apurado através de macromedidores instalados e em funcionamento.

Gráfico 09: Índice de Eficiência da Macromedição

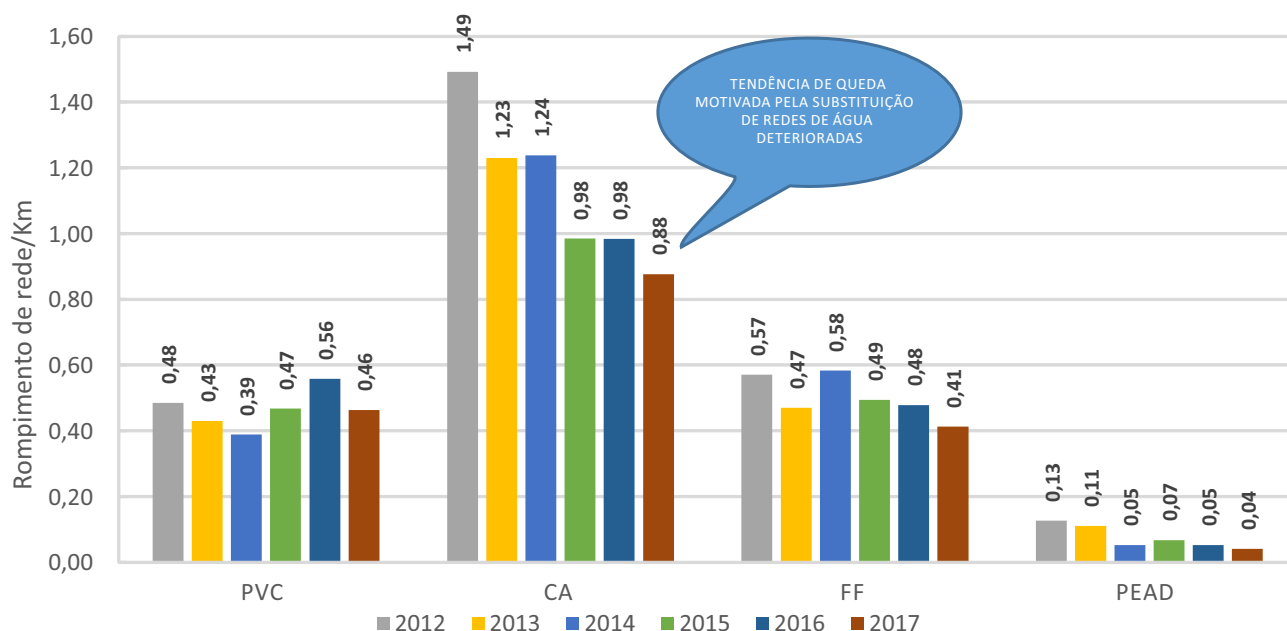


• **IMCA – Índice de Manutenção Corretiva de Água:** Quantidade de manutenções corretivas por tipo de material e por extensão de rede.

O gráfico 10 confirma que, ao longo dos últimos anos, a densidade de manutenções corretivas (vazamentos) por quilômetro, nas redes de cimento

amianto – CA, vem apresentando redução. Essa redução evidencia a eficácia da ação de substituição das redes e ramais, nos locais priorizados com maior incidência de perdas de água, devido aos materiais deteriorados. A seguir, demonstra-se graficamente a evolução dos índices citados.

Gráfico 10: Comparativo das manutenções na rede de água por material



• **Índice de Vazamentos Não Visíveis Encontrados, por quilômetro:** Relação de vazamentos não visíveis encontrados por quilômetro em tubulações de redes e ramais de água, que indica a eficiência da metodologia empregada quanto ao desempenho do conjunto funcionário/equipamento.

Gráfico 11: Pesquisa de Vazamentos não Visíveis x Vazamentos Encontrados

Inovação Tecnológica

A SANASA investe na aplicação de novas tecnologias capazes de colaborar com a melhoria contínua das ações de controle e combate às perdas e que resultem na maior agilidade, segurança e gestão de processos.

Sistema de Medição Remota de Consumos – Telemetria (103-3)

A SANASA possui uma infraestrutura de Rádio Frequência – RF, com equipamentos instalados em reservatórios elevados, que garante cobertura de praticamente todo o território de Campinas. Este sistema é utilizado para monitoramento remoto do uso da água em escolas do Projeto de Uso Racional – REÁGUA, macromedidores e grandes consumidores, onde os dados de consumo são transmitidos diariamente ao Banco de Dados da SANASA, otimizando a gestão da micro e macromedição.

Outra tecnologia em operação em Campinas é a telemetria em condomínios, sendo de responsabilidade do empreendimento a aquisição dos equipamentos, instalação e manutenção de um sistema de medição remota, que transmite as informações de consumo diariamente para o Banco de Dados da SANASA. Este sistema permite eliminar a necessidade de leituras presenciais, e aos clientes, o histórico do acompanhamento de consumo de

água de seu imóvel, além da possibilidade de enviar alarmes de vazamento em caso de consumos anormais. Esta solução utiliza sinais de Rádio Frequência para comunicação com um concentrador, que após coletar os dados de consumo de todos os medidores de água, transmite-os para o Banco de Dados da SANASA, via celular (GPRS). Atualmente existem cerca de 1.200 pontos de consumo de água com sistema de medição remota em condomínios de Campinas, número este que aumentará significativamente nos próximos anos, pois a instalação do sistema é obrigatória para novos empreendimentos desde 2015.

A tecnologia de telemetria em operação na SANASA dispõe de sistema de rede móvel (Drive By), em que as leituras e demais informações de 1.800 hidrômetros são captadas por equipamento instalado em veículo da empresa, com maior rapidez, confiabilidade e com índice de eficiência superior a 99%.

Ferramenta de Gestão da Micromedição (103-2/103-3)

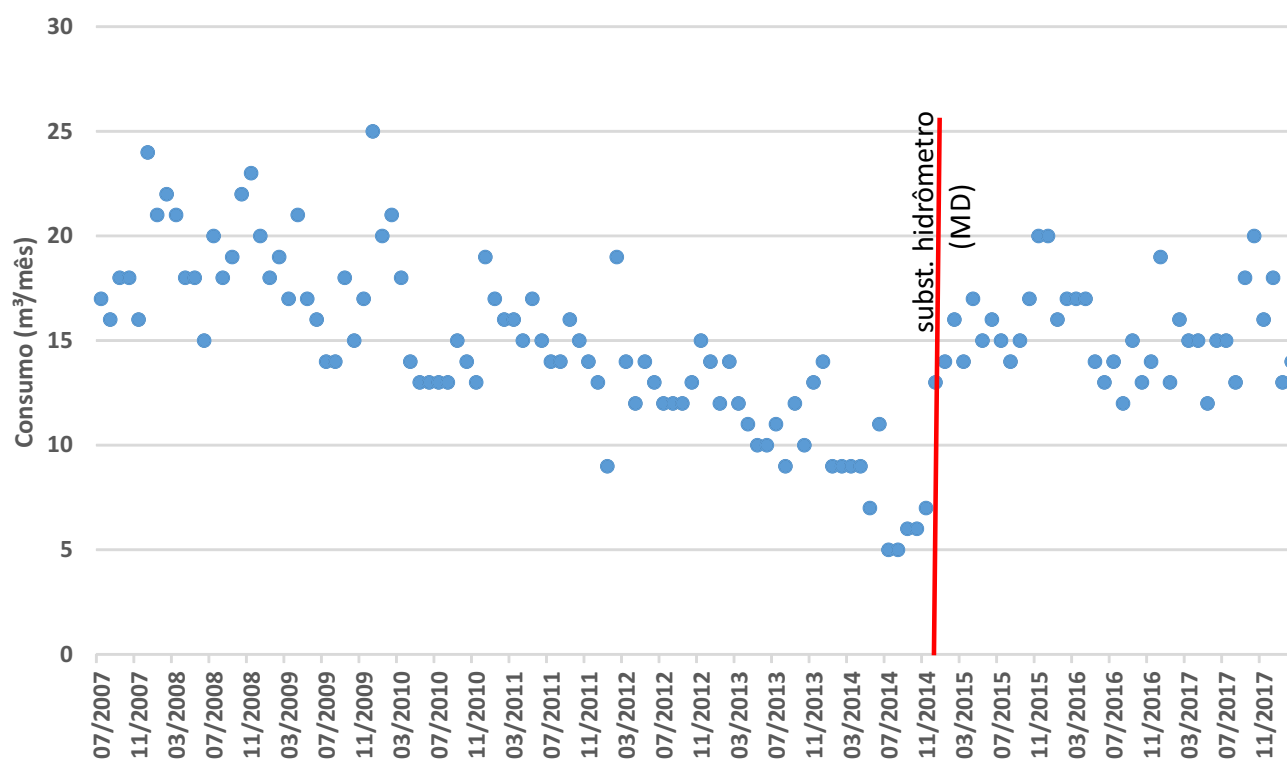
A equipe de profissionais da SANASA desenvolveu em conjunto com prestador de serviço em tecnologia da informação e estatística, uma importante ferramenta para gestão do parque de medidores, que permitiu a implantação da Manutenção Preditiva de Hidrômetros, e contribuiu diretamente para a redução do índice de perdas de água, nestes últimos anos.

A ferramenta, pioneira no Brasil, utiliza o banco de

dados histórico da SANASA, com informações de consumo desde 1992 para identificar com segurança os medidores que apresentam perda de desempenho metrológico e priorizar as ações preditivas.

Os gráficos 12 e 13 apresentam o consumo de ligações de água monitoradas pelo software da SANASA, nas quais foram efetuadas substituições de hidrômetros pela ocorrência MD – Manutenção Preditiva.

Gráfico 12: Exemplo de monitoramento de consumo de uma ligação de água



Legenda:

- Consumo registrado em cada mês
- Linha vertical vermelha: indica o mês da substituição do medidor
- MD: Substituição pela ocorrência Manutenção Preditiva

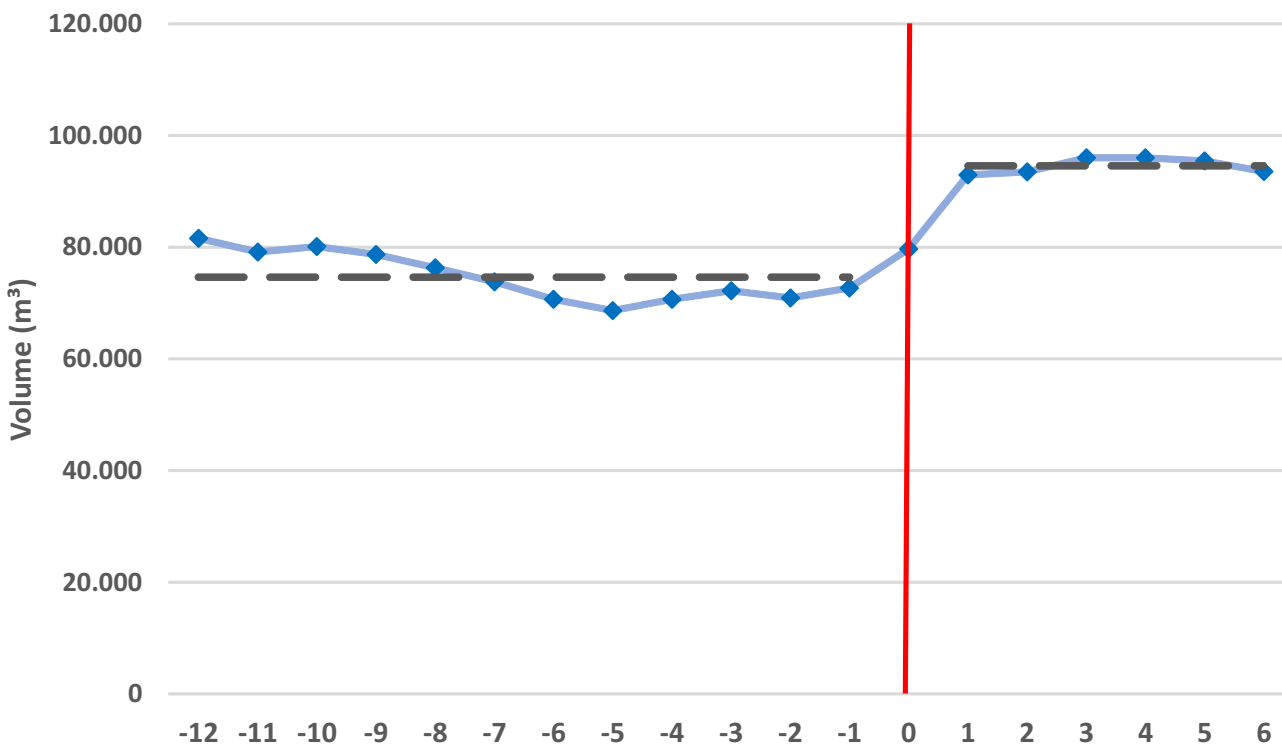
As substituições de hidrômetros realizadas utilizando esse software apresentaram melhores resultados, com retorno do investimento em menos de um ano, comprovando a eficiência do método científico adotado.

O gráfico 13 retrata os resultados das substituições de hidrômetros realizadas entre os períodos de julho/2016 a junho/2017. No quadrante da esquerda é indicada a somatória de consumo dos últimos 12 meses anteriores às trocas, e no quadrante da direita a somatória de consumo dos 12 meses posteriores às intervenções realizadas.

É possível verificar que existia uma tendência de queda nos consumos, e, após as trocas, houve uma importante elevação, resultando na redução de perdas aparentes; recuperação de faturamento; melhoria da qualidade da medição; maior eficiência na gestão dos medidores.

Desde 1998 são realizadas substituições de hidrômetros pelo critério de Manutenção Preditiva, e o software “Sistema de Análise de Hidrômetros” é ferramenta indispensável para a gestão dos medidores instalados.

Gráfico 13: Resultados alcançados com a substituição de hidrômetros entre o período de julho/16 a junho/17 – Ocorrências MD



6.270 clientes – aumento de 27% no volume e 27% no faturamento

Laboratório de Hidrometria (103-3)

A SANASA possui um Laboratório de Hidrometria com bancadas de calibração de hidrômetros verificadas anualmente pelo INMETRO, fato que garante a qualidade e a credibilidade dos ensaios que são realizados a pedido dos clientes, para inspeção de lotes de medidores novos e para prestação de serviços a terceiros. Em 2017 foram realizados 375 serviços a terceiros com arrecadação de aproximadamente R\$ 133.387,00.

O Laboratório conta com quatro bancadas de calibração fixas e uma unidade móvel, além de uma bancada de desgaste acelerado (fadiga), que simula as condições de utilização dos medidores em campo, de modo a permitir a determinação do Índice de Desempenho da Medição - IDM, estabelecido pela norma ABNT NBR 15538/2014. Em 2017 foram adquiridas novas bancadas de aferição de hidrômetros, ampliando a capacidade de prestação

de serviços do Laboratório de Hidrometria, que agora tem capacidade para realizar ensaios em medidores de Dn ¾ até 4”.

O Laboratório Móvel possui uma bancada, também verificada anualmente pelo INMETRO, que permite a calibração do medidor na presença do cliente, que pode acompanhar a realização do teste e receber orientações técnicas sobre o hidrômetro, procedimentos para detecção de vazamentos e uso racional da água, garantindo a transparência e a qualidade da medição do consumo mensal.

A SANASA está se preparando para futura acreditação do Laboratório de Hidrometria junto ao INMETRO, participando do Programa Permanente Interlaboratorial em Hidrometria, coordenado pelo – Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT e pelo INMETRO.

Cadastro Técnico das Redes de Água em Banco de Dados

A SANASA possui cadastro técnico informatizado das infraestruturas de água e esgoto, utilizando a plataforma SIG – Sistema de Informação Geográfica – MapInfo Professional, com ferramentas customizadas e equipe própria treinada, sendo o armazenamento das informações em banco de dados MS SQL Server – Structured Query Language, compreendendo a indexação de projetos executados e fichas de levantamento de cadastro de campo, denominadas CCPN – Cadastro de Cruzamento de Ponto Notável, em imagem digital. A disponibilização do cadastro técnico é realizada através da ferramenta MapInfo Proviewer,

para uso no desenvolvimento das diversas atividades: técnica, operacional, manutenção, planejamento, ambiental, comercial, financeira, entre outras.

No ano de 2017 foi iniciado processo de melhoria da ferramenta de cadastro técnico, com a contratação de empresa especializada, visando ao desenvolvimento de aplicativo de customização de regras de negócio, para manutenção e atualização das informações cadastrais, de forma padronizada e segura, com a disponibilização aos diversos usuários através da WEB.

Sistema de Esgotamento Sanitário (103-1)



ODS6 - Garantir disponibilidade e manejo sustentável de água e saneamento para todos.

6.3 - Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente.

O avanço no sistema de esgotamento sanitário é uma meta de negócio estabelecida no Plano de Negócios e Estratégia de Longo Prazo, com o objetivo de alcançar a universalização do saneamento básico no município de Campinas.

Ao longo dos últimos 20 anos a SANASA tem

investido R\$ 899.600 milhões, registrando em 2017 o índice de tratamento de esgoto de 86,75%, com atendimento oferecido a 93,4% da população urbana. Esse investimento também projetou uma satisfatória elevação da capacidade instalada de tratamento de esgoto, que saltou de 3% em 1997 para 95% em 2017.

Figura 1. Crescimento exponencial do tratamento de esgoto em Campinas

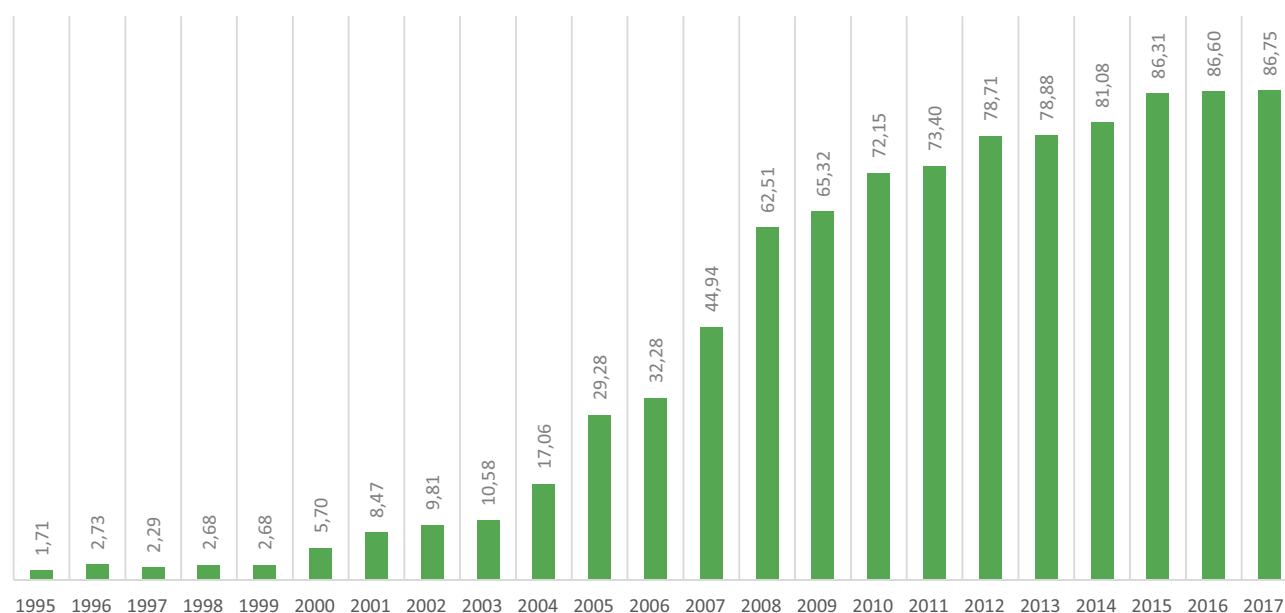
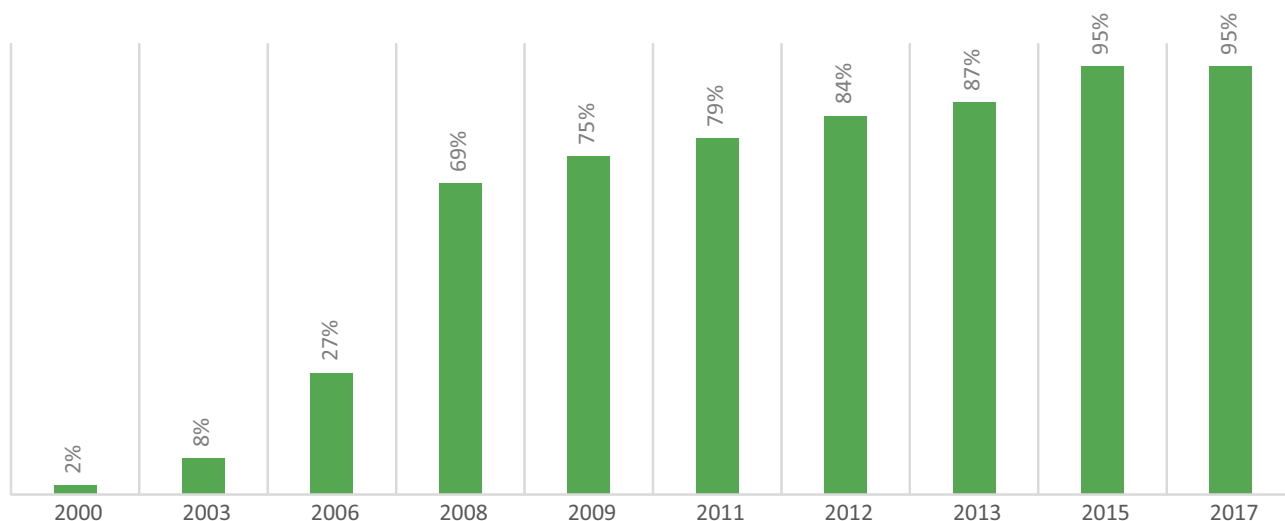


Figura 2. Histórico da capacidade instalada de tratamento de esgoto em Campinas

Sistema de tratamento (303-3)

Nesses últimos anos, a SANASA vem se empenhando para elevar o nível de tratamento de esgoto no município de Campinas, minimizando ao máximo a poluição das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí, com impacto direto em segurança hídrica.

A operação de esgoto realizada pela SANASA evita

que aproximadamente 1.320 toneladas de DBO/mês sejam lançadas nos corpos hídricos todos os meses. Para que isto ocorra efetivamente, a empresa utiliza em suas estações de tratamento de esgoto, processos aeróbios, anaeróbios e físico-químicos, apresentando diferentes combinações que promovem a melhoria da qualidade dos corpos d'água.

Qualidade do tratamento do efluente

Os processos de tratamento aplicados nas Estações de Tratamento de Esgoto – ETE em operação são hoje diversificados e, em sua maioria, removem compostos em nível secundário, suficientes para que todo efluente lançado nos corpos d'água receptores estejam enquadrados à legislação ambiental vigente. Já a Estação Produtora de Água de Reuso – EPAR – CAPIVARI II foi concebida com a mais recente tecnologia para tratamento de efluentes, capaz de remover 99% da carga orgânica, além de nutrientes, bactérias, entre outros, resultando em um efluente de qualidade elevada, acima dos índices estabelecidos pela legislação.

A eficiência da EPAR é garantida por conta do uso de tecnologia MBR (Membrane Biological Bioreactor) que é composto de reatores biológicos (desoxigenação, anóxico, anaeróbio e aeróbio), seguido de membranas filtrantes com porosidade de 0,04 µm, cuja concepção elimina a necessidade de unidades de tratamento tradicionalmente adotadas nos projetos de ETE convencionais, tais como decantadores primários e secundários, digestores de lodo, tanques de contato para desinfecção do efluente final, utilizando para tal uma área de terreno bastante reduzida em relação às outras alternativas.

Figura 3. Imagem aérea da Estação Produtora de Água de Reúso – EPAR Capivari II



A EPAR Capivari II dispõe de capacidade de tratamento de 364 L/s e está em operação desde 2012. As análises laboratoriais do efluente tratado têm respostas altamente satisfatórias, inclusive atendendo aos requisitos da Portaria de Consolidação nº 5 do Ministério de Saúde, com ênfase ao Anexo XX, que traz a antiga Portaria 2914/2011, destinada a garantir os níveis de potabilidade da água para o consumo humano.

Atualmente, a água da EPAR vem sendo utilizada dentro das finalidades permitidas pela legislação vigente, mas é importante destacar que o descarte dessa mesma água contribui para minimizar a

poluição nos corpos d'água receptores e na bacia hidrográfica como um todo.

A eficiência da aplicação da tecnologia MBR encorajou a SANASA a definir seu uso em suas novas unidades de tratamento de esgoto e, também, na remodelagem de algumas ETE existentes. Desta forma, a empresa será capaz de elevar o nível de tratamento de esgoto para terciário, no município de Campinas, em 50% até o ano de 2020, conforme o cronograma de obras e de financiamento.

O quadro a seguir apresenta as unidades em operação em 31 de dezembro de 2017.

Quadro 1. Estações de Tratamento de Esgoto operadas pela SANASA em 2017.

Nº	Estação de Tratamento de Esgoto	Concepção de Tratamento	Inauguração	Vazão média tratada (l/s)			Capacidade instalada vazão (l/s)
				2015	2016	2017	
1	Ciatec	Lagoa Aerada seguida de Lagoa Aerada Facultativa e Sedimentação	1994	14,34	14,72	14,44	25,00
2	Icaraí	Fossa Séptica seguido de Filtro Biológico Anaeróbio de Fluxo Ascendente	1996	2,66	3,21	4,09	2,67
3	Arboreto	Lodos Ativados por batelada e Desinfecção	2000	4,64	4,97	5,11	12,00
4	Vila Reggio	Fossa Séptica seguido de Filtro Biológico Anaeróbio de Fluxo Ascendente	2000	7,77	9,05	10,63	5,60
5	Samambaia	Lagoas Aeradas de Mistura Completa seguidas de Decantadores	2001	48,37	58,99	57,27	151,00
6	Alphaville	Lodos Ativados por batelada	2002	18,35	21,16	20,89	23,00
7	Terras de Barão	Lodos Ativados por batelada	2003	2,31	6,90	2,45	6,00
8	Santa Mônica	UASB seguido de Lodos Ativados e Decantação Secundária e Desinfecção	2004	53,27	39,92	44,33	85,00
9	Piçarrão	UASB seguido de Tanque de Aeração seguido de Decantadores	2005	437,04	430,83	451,76	417,00
10	Anhumas	UASB seguido de tratamento Físico-químico seguido de Flotação	2007	617,00	662,01	637,59	1200,00
11	Eldorado	Fossa Séptica seguido de Filtro Biológico Anaeróbio de Fluxo Ascendente e Desinfecção	2007	3,47	4,06	3,64	5,60
12	Barão Geraldo	UASB seguido de Filtro Biológico Percolador seguido de Decantador	2008	80,67	102,56	84,36	240,00
13	Mirassol	Lodos Ativados utilizando Aeração Prolongada e Desinfecção	2009	3,08	4,01	3,10	8,00
14	Capivari I	UASB seguido Câmara Anóxica, Filtro Aerado Submerso, Decantador Secundário e Desinfecção	2009	68,66	71,33	87,18	86,00
15	EPAR - Estação de Produção de Água de Reúso Capivari II	Tecnologia MBR - Reator Biológico com Membranas de ultrafiltração: câmara anaeróbia, câmara anóxica, tanque de aeração, tanques de membranas e tanque de desoxigenação.	2011	125,32	173,81	184,18	360,00
16	Bosque das Palmeiras	Fossa Séptica seguido de Filtro Biológico Anaeróbio de Leito Fixo e Fluxo Ascendente	2012	2,90	3,62	3,57	6,37
17	São Luis	Sistema compacto, composto por Reator UASB, Filtro Aerado Submerso, Decantador Secundário	2012	2,18	2,07	2,33	5,00
18	Móvel Santa Lúcia	Tratamento Primário Quimicamente Assistido, Filtro Aerado Submerso de Mídia Livre, Filtro Aerado Submerso de Mídia Fixa e Decantador Secundário.	2012	1,63	1,76	1,50	1,40

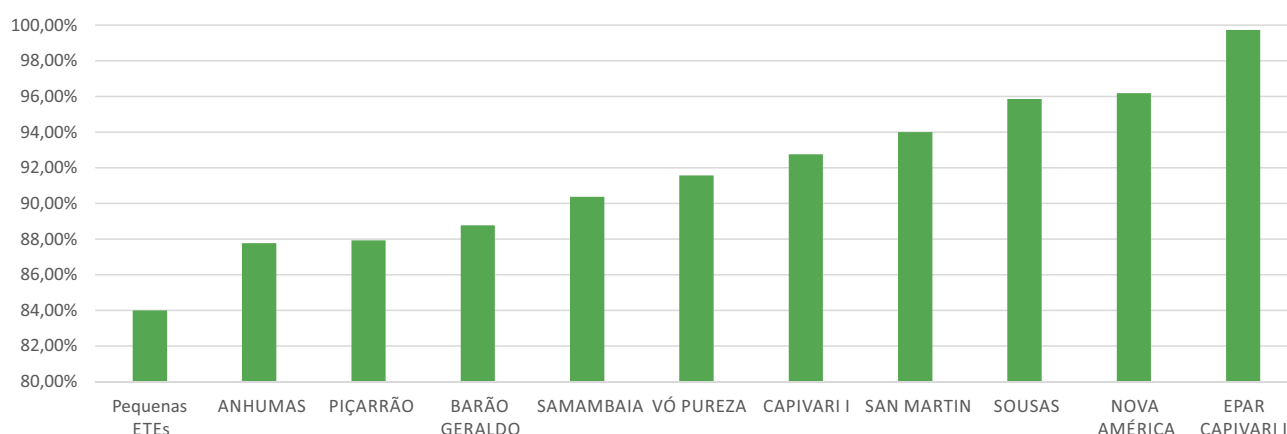
Nº	Estação de Tratamento de Esgoto	Concepção de Tratamento	Inauguração	Vazão média tratada (l/s)			Capacidade instalada vazão (l/s)
				2015	2016	2017	
19	Nova Bandeirante	Fossa Séptica seguido de Filtro Biológico Anaeróbio de Fluxo Ascendente	2012	3,56	3,31	3,48	7,02
20	Sousas	UASB seguido de tratamento Físico-químico seguido de Flotação e Desinfecção	2013	21,89	26,02	26,82	99,00
21	Abaeté	Tratamento Primário Quimicamente Assistido, Filtro Aerado Submerso de Mídia Livre, Filtro Aerado Submerso de Mídia Fixa e Decantador Secundário.	2014	5,81	6,19	6,51	7,00
22	Nova América	Sistema compacto, composto por Reator UASB, Filtro Aerado Submerso, Decantador Secundário e Desinfecção	2015	-	7,13	17,25	70,00
23	San Martin	Lodos Ativados por batelada e Desinfecção	2015	-	18,70	14,98	35,00
24	ETE Móvel Taubaté	Tratamento Primário Quimicamente Assistido (pac e tanino), Filtro Aerado Submerso de Mídia Livre, Filtro Aerado Submerso de Mídia Fixa e Decantador Lamelar Secundário	2016	-	2,12	2,37	3,0
25	ETE Móvel Santa Luzia	Tratamento Primário Quimicamente Assistido, Filtro Aerado Submerso de Mídia Livre, Filtro Aerado Submerso de Mídia Fixa, Decantador Secundário.	2016	-	1,71	1,06	1,71
26	ETE Parque da Constelações	Lodos Ativados com aeração prolongada combinado com tratamento físico-químico e desinfecção	2017	-	-	0,81	2,94

O monitoramento analítico de todas as unidades ocorre frequentemente e é extremamente importante para o controle da qualidade e acompanhamento da eficiência das ETEs na remoção dos poluentes. Além do cumprimento da legislação ambiental vigente, a SANASA está

preocupada em manter e conservar a qualidade dos corpos d'água.

A Figura 4 apresenta a eficiência média de remoção em termos de Demanda Bioquímica de Oxigênio - DBO registrada em 2017.

Figura 4. Eficiência média das ETE em termos de remoção DBO



Histórico quantitativo das EEE em operação pela SANASA

Especificação	2015	2016	2017
EEEs em operação	88	88	95

Estações Elevatórias de Esgoto em Operação

Nº	Estação Elevatória de Esgoto	Inauguração
1	Tarcília	1973
2	Santana	1974
3	Independência	1979
4	Figueira I	1980
5	Figueira II	1980
6	Santa Isabel	1984
7	Vila Ipê	1985
8	Universitário	1988
9	Valença I	1988
10	Esplanada	1995
11	Indústrias	1995
12	Von Zuben	1995
13	Aparecidinha	1996
14	Valença II	1996
15	Arboreto da Fazenda	2001
16	CDHU – Sul	2001
17	Jambeiro I	2002
18	Jambeiro II	2002
19	Alphaville I	2003
20	Alphaville II	2003
21	Andorinhas	2003
22	Camélias	2003
23	Via Norte	2003
24	Beira Rio	2004
25	Mirian I	2004
26	Gramado	2005
27	Mirian II	2005
28	Bosque de Barão	2006
29	Cerejeiras I	2006
30	Cerejeiras II	2006
31	Novo Cambuí	2006
32	Olímpia	2006
33	Real Parque	2006
34	Amarais	2007
35	Satélite Iris (Nave Mãe)	2008
36	Vila Vitória	2008
37	Anhumas	2009
38	Morumbi	2009
39	Uruguaí	2009
40	Pirelli	2009
41	Novo Mundo	2009
42	Nova Esperança	2009
43	Alto Taquaral	2010
44	Centro Sousas	2010
45	Chapadão Cadetes	2010
46	Chapadão Pedreira	2010
47	Jatibaia 1	2010
48	Jatibaia 5	2010

Nº	Estação Elevatória de Esgoto	Inauguração
49	Santa Genebra	2010
50	Botânico 1	2011
51	Botânico 2	2011
52	Jardim do Lago	2011
53	Joaquim Egídio	2011
54	Oziel	2011
55	Resedás	2011
56	Santos Dumont	2011
57	Sorirama	2011
58	PUCC	2012
59	Colinas das Nascentes 1	2012
60	Colinas das Nascentes 2	2012
61	Parque Prado	2012
62	EPAR 1 - Campina Grande 1	2012
63	EPAR 2 - Campina Grande 2	2012
64	EPAR 3 - Itajaí	2012
65	Santa Cândida	2012
66	CDHU - H	2013
67	Sousas	2013
68	Jatibela	2013
69	Moscou	2013
70	Alecrins	2014
71	Azurra	2014
72	Parque Fazendinha 1	2014
73	Parque Fazendinha 2	2014
74	Páteo (Pq) Santa Fé	2014
75	Plátanos	2014
76	San Martin - Quilombo	2014
77	Santa Bárbara	2014
78	Swiss Park Geneve	2014
79	Swiss Park moinho	2014
80	EEE 2 Nova América	2015
81	EEE 4 Fernanda	2015
82	EEE 5 Itaguaçu	2015
83	EEE 7 São João	2015
84	EEE 8 Campo Belo	2015
85	EPAR 4 - Recanto do Sol	2015
86	Parque das Universidades 1	2015
87	Parque das Universidades 2	2015
88	Santa Ana do Atibaia	2016
89	Parque dos Pomares	2017
90	Cittá Di Salerno	2017
91	Solar Campinas	2017
92	Satélite Iris 1	2017
93	Satélite Iris 2	2017
94	Pedra Alta	2017
95	Entreverdes 2	2017

Eficiência do Sistema (103-2/ 103-3)

Para análise da eficiência e diagnóstico dos sistemas de esgotamento do município de Campinas, a SANASA combina informações técnicas, operacionais, comerciais e financeiras geoprocessadas em Sistema de Informação Geográfica – SIG no software MapInfo, onde são formatados os indicadores de desempenho.

Por meio da plataforma MapInfo são desenhados os limites de cada sistema de esgotamento, traçados em função de áreas planejadas para o atendimento de esgoto nas bacias. Também são desenhadas as

áreas de contribuição de esgotamento de cada sistema, sendo sua abrangência definida, visualmente, pelo alcance das redes coletoras e de afastamento de esgoto, que estão conectadas às Estações de Tratamento de Esgoto – ETE.

Estas áreas são utilizadas para a gestão de diversas informações, inclusive para definição dos consumidores, que são atendidos com o serviço de tratamento de esgoto, possibilitando ações de melhoria da eficiência na coleta e tratamento de esgoto e no faturamento, pela prestação dos serviços.

Coleta e afastamento

Em 2017, o sistema de coleta e afastamento de esgoto registrou 317.932 ligações e 453.932 economias, através de uma rede de interceptores e emissários de 4.385,74 quilômetros, além de 95 Estações Elevatórias de Esgoto – EEE – e 25 Estações de Tratamento de Esgoto – ETE – e uma Estação de Produção de Água de Reuso – EPAR.

Evolução das redes, ligações e economias atendidas com esgotamento sanitário de 2014 a 2017

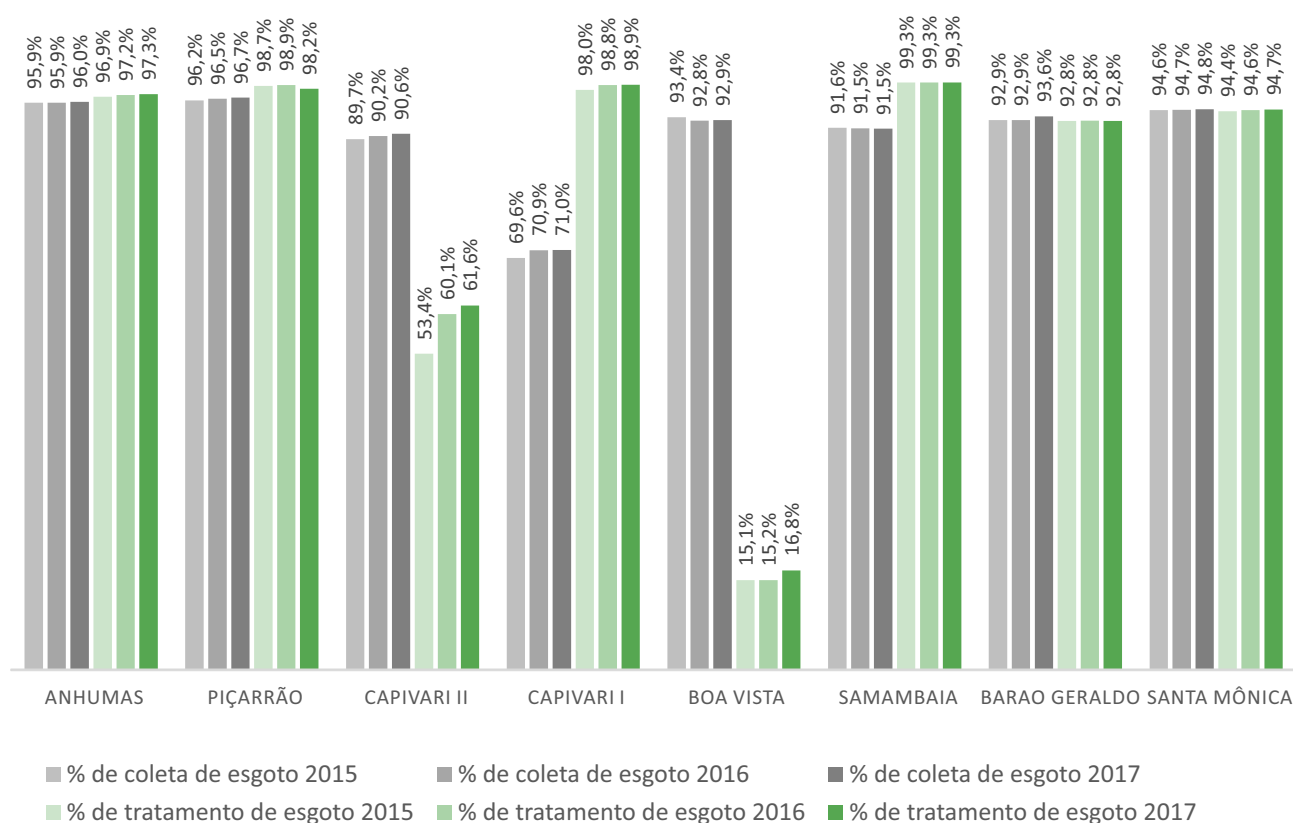
Redes/Ligações/ Economias de esgoto	Anual			
	2014	2015	2016	2017
Redes (Km)	4.251	4.303	4.355	4.386
Ligações (nº)	289.268	297.602	311.609	317.932
Economias (nº)	424.105	432.683	446.632	453.737

Índices de atendimento dos serviços de esgotamento por sistemas

No ano de 2017 os principais sistemas de esgotamento sanitário de Campinas apresentaram índices de atendimento dos serviços de coleta, afastamento e tratamento de esgoto, tendo como referência o número de economias atendidas para o mês de dezembro de 2017.

No gráfico 1 são apresentados os índices percentuais de coleta e de tratamento de esgoto por sistema, sendo que o índice de coleta representa a relação em percentual, entre o número de “economias com ligações de esgoto” e o número de “economias com ligação de água e ligação de esgoto”. Já o índice de tratamento, representa a relação em percentual de “economias com ligações de esgoto conectadas à ETE – Estação de Tratamento de Esgoto” e o número de “economias com ligações de esgoto”.

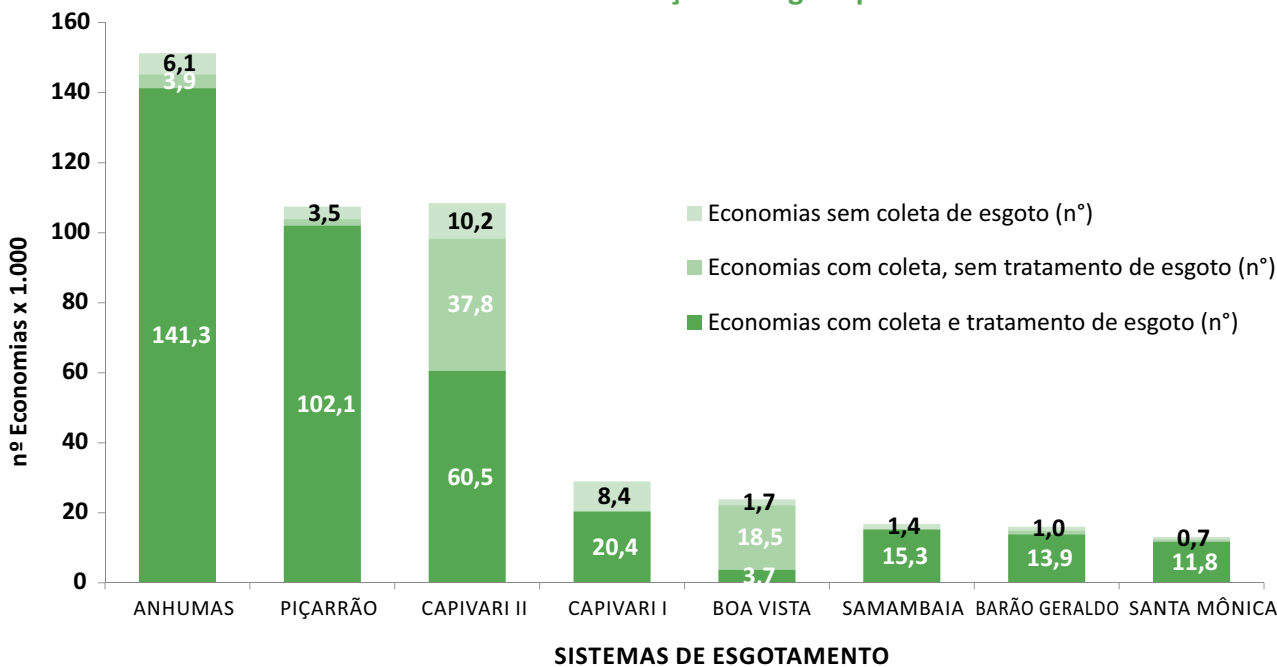
Gráfico 1: Índice de Coleta e Tratamento de Esgoto por Economias



O gráfico 2 considera o número de economias por sistemas, no qual “economias com coleta e tratamento de esgoto” referem-se àqueles consumidores atendidos plenamente com os serviços; “economias com coleta e sem tratamento de esgoto” representam a parcela dos consumidores

onde falta somente interligar no tratamento; e as “economias sem coleta” são relativas aos consumidores que necessitam dos serviços de coleta e tratamento de esgoto. A somatória desses grupos perfaz o número total de economias atual dos sistemas.

Gráfico 2: Atendimento dos Serviços de Esgoto por Economias

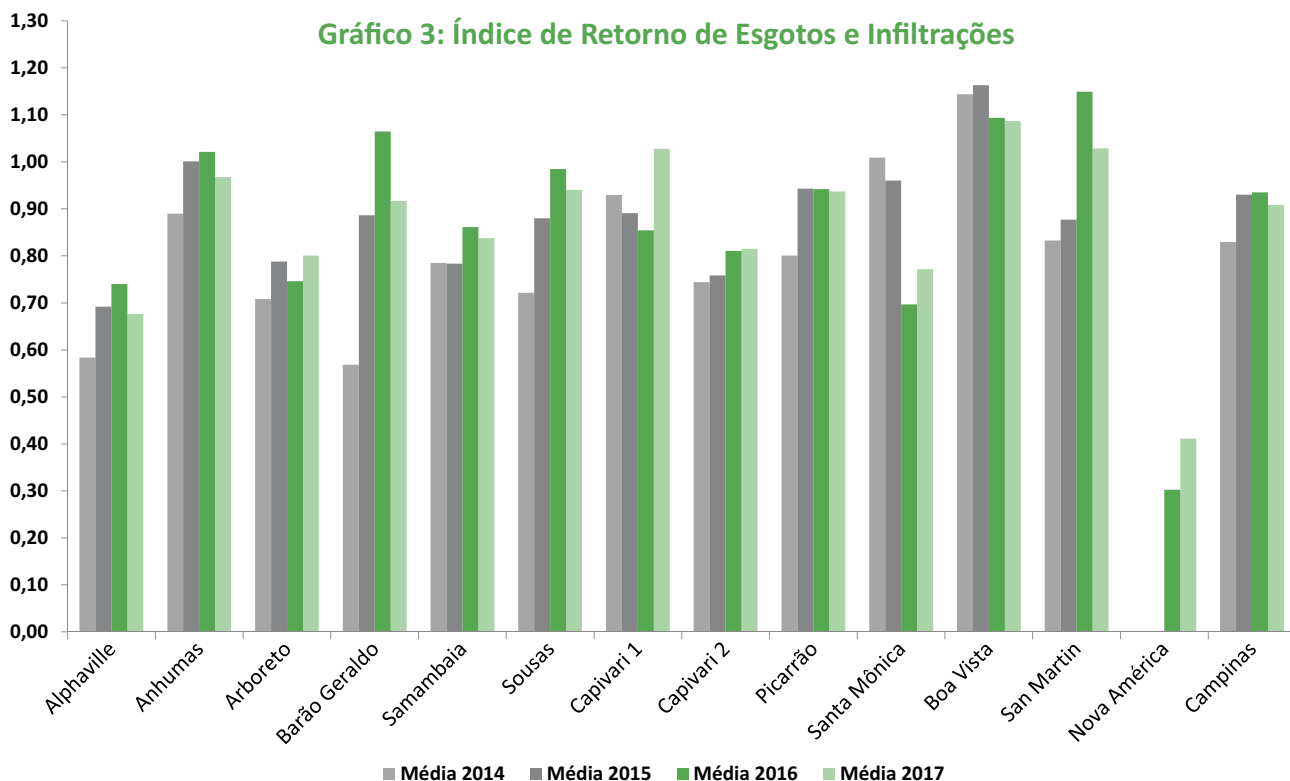


IREI – Índice de Retorno de Esgoto e Infiltrações

A SANASA apura e monitora o Indicador IREI - Índice de Retorno de Esgoto e Infiltrações, que representa a relação entre o “volume de esgoto medido na entrada da ETE” e o “volume disponibilizado de água aos consumidores da bacia de esgotamento, conectados à ETE”, a fim de identificar comportamentos fora dos padrões projetados e

diagnosticar a sua causa como, por exemplo, infiltrações de águas pluviais às redes de esgoto, rompimentos de emissários, entrada de novos consumidores contribuintes no sistema, esgoto proveniente de fraudes de água, etc. O gráfico 3 mostra o indicador IREI médio mensal entre os anos de 2014 e 2017, para os principais sistemas.

Gráfico 3: Índice de Retorno de Esgotos e Infiltrações



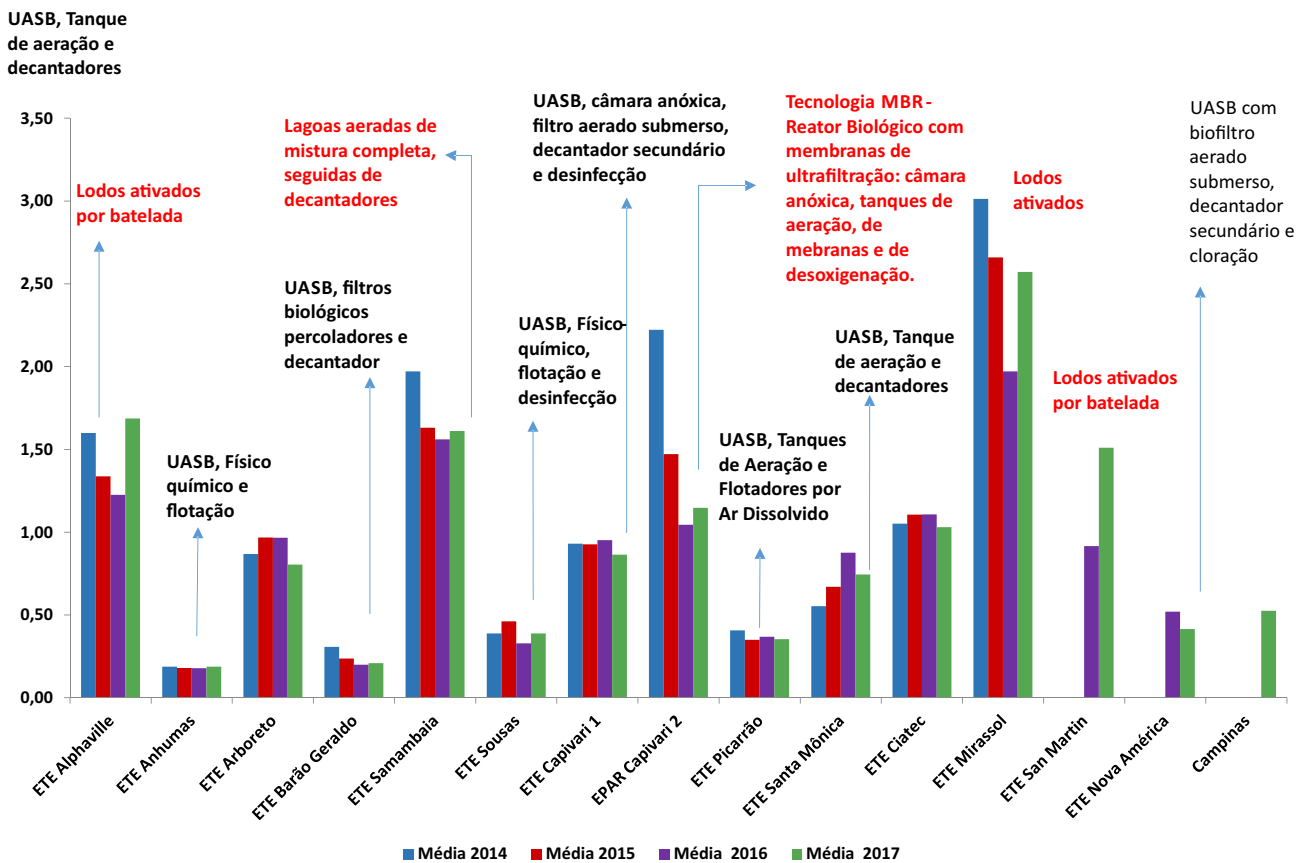
ICEE – Índice de Consumo de Energia Elétrica (kwh/m³)

O ICEE trata da relação entre o “consumo de energia elétrica nas ETE” e o “volume de esgoto tratado”, sendo apurado e analisado mensalmente por sistema de esgotamento. Através da análise do indicador é possível identificar erros de medição do volume de esgoto tratado, o início ou parada de

funcionamento de equipamentos nas ETE, etc.

O gráfico 4 mostra o indicador ICEE médio mensal entre os anos de 2014 e 2017, para as principais ETEs de Campinas e a descrição do tipo de tratamento empregado.

Gráfico 4: Índice de Consumo de Energia Elétrica – Kwh/ m³



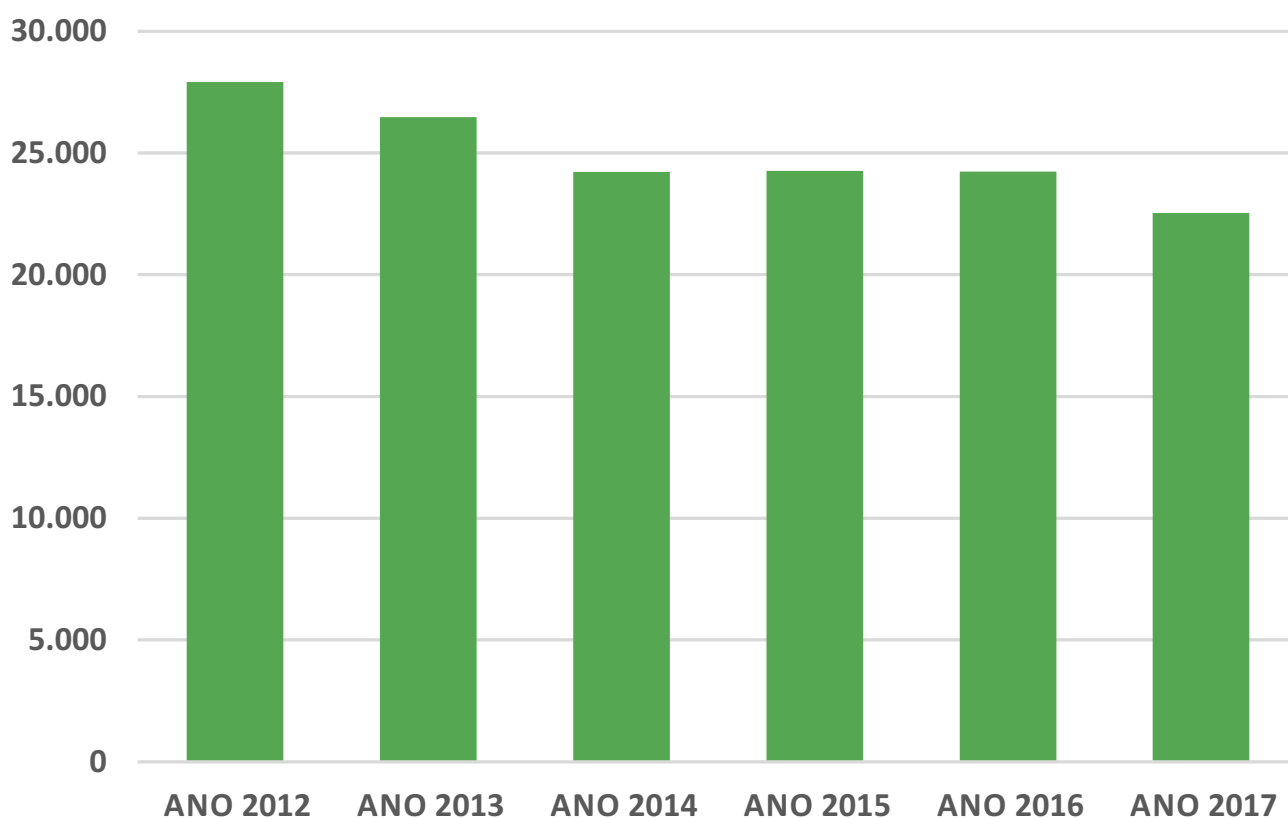
Pela análise do gráfico 4 observa-se que as ETEs apresentam uma ampla faixa de variação do indicador ICEE em função da concepção do tratamento.

Número de Manutenções Corretivas de Esgoto

A SANASA monitora, mensalmente e com fechamento anual, a quantidade de manutenções corretivas nos sistemas de esgotamento, a fim de avaliar as condições de funcionamento dos processos e detectar oportunidades de melhoria.

O gráfico 5 mostra o quantitativo anual das manutenções corretivas nas redes coletoras de esgoto, que foram realizadas entre os anos de 2012 e 2017.

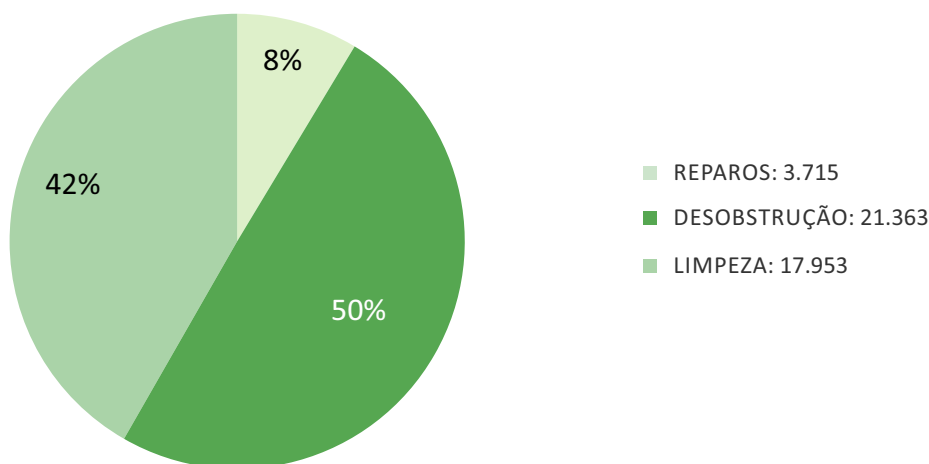
Gráfico 5: Manutenções Corretivas de Esgoto em Campinas



Pela análise do gráfico 5, percebe-se uma tendência de queda nos anos de 2012 e 2013, onde o indicador se estabiliza até 2016, quando diminuiu novamente em 2017, cerca de 7%, para 22.539 manutenções. Isso se deu porque em 2017 a SANASA passou a realizar manutenção preventiva com equipamento de hidrojato.

O gráfico 6 mostra a distribuição percentual dos tipos de serviços realizados em manutenção corretiva de esgoto em 2017. Observa-se que cada manutenção pode gerar até seis serviços na infraestrutura de esgotamento sanitário, sendo que 92% desses serviços são de desobstrução e de limpeza das redes.

Gráfico 6: Total de Serviços Realizados em 2017

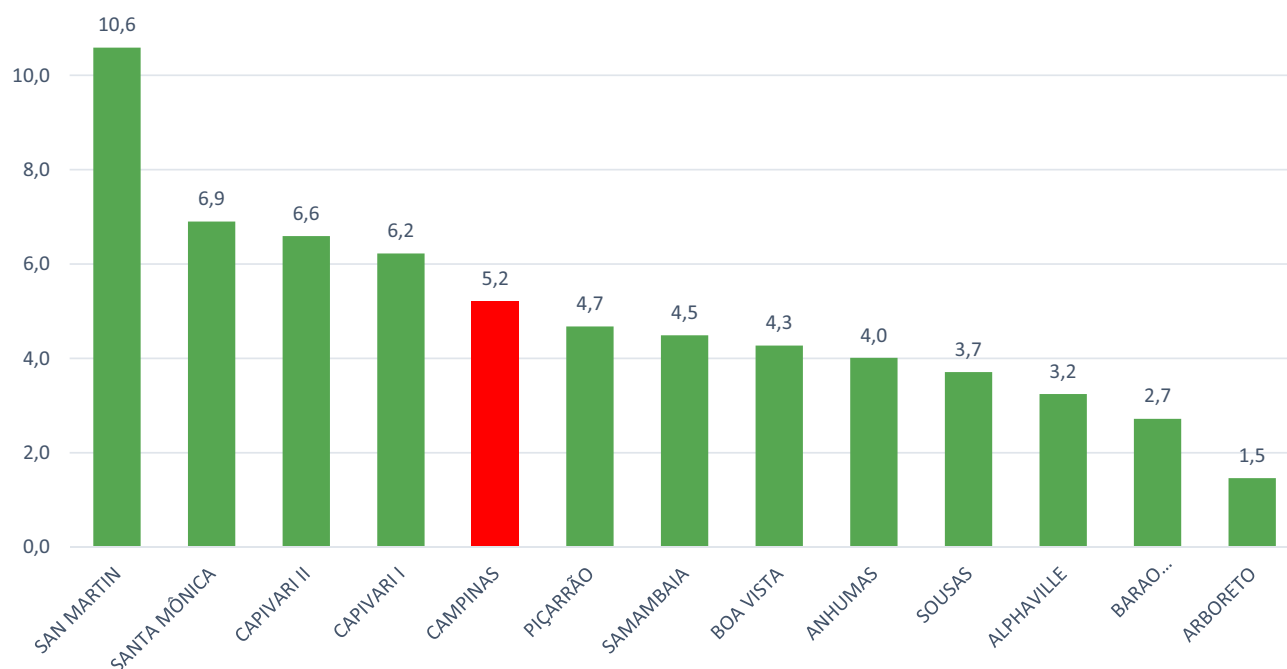


IMCE – Índice de Manutenções Corretivas de Esgoto

Anualmente calcula-se o IMCE, que trata da relação do número de manutenções corretivas de esgoto no ano, pela somatória das extensões de redes de esgoto dos sistemas, calculadas em quilômetros. A análise e o monitoramento desse indicador permitem avaliar a eficácia e eficiência das manutenções corretivas efetuadas nas redes coletoras, bem como o apontamento de sistemas

que apresentam maior incidência de intervenções. O gráfico 7 mostra o IMCE, por sistemas de esgotamento, no ano de 2017, em que é possível comparar e selecionar os sistemas com maiores valores de IMCE, permitindo o direcionamento das ações corretivas para os sistemas selecionados. A barra em vermelho trata-se do IMCE calculado para o Sistema de Esgotamento de Campinas.

Gráfico 7: Índices de manutenções corretivas dos sistemas de esgotamento



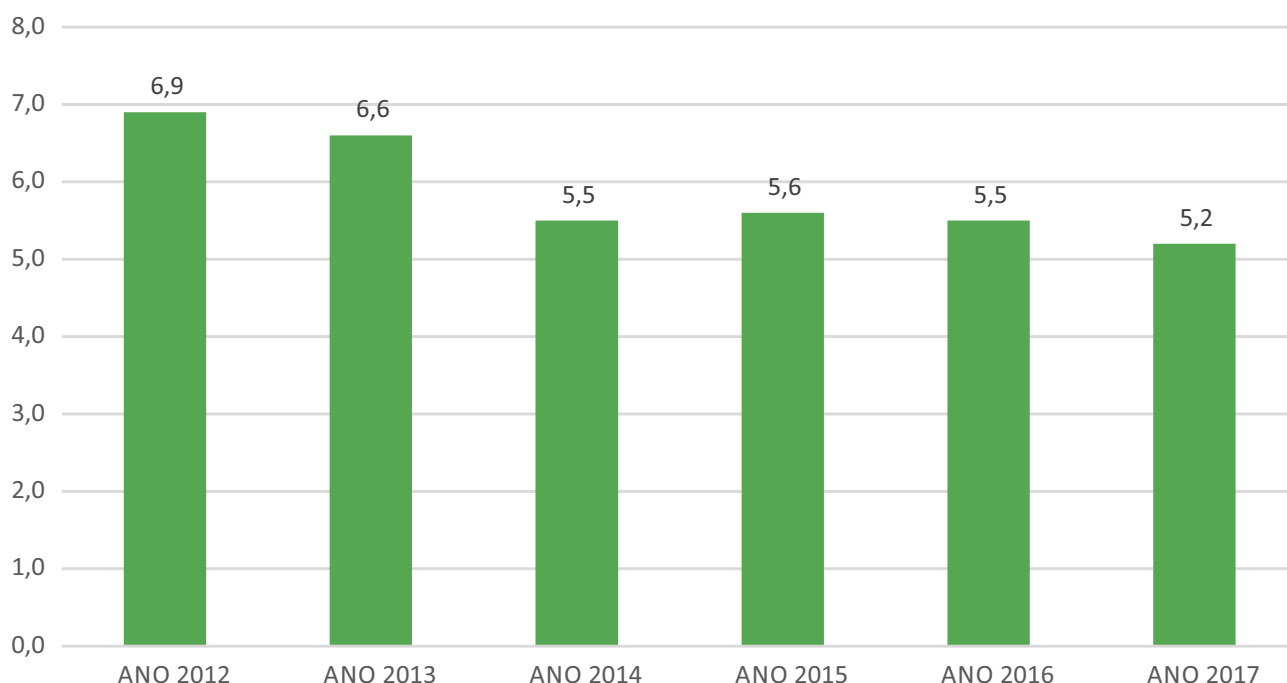
Pelo gráfico 7 observa-se que o sistema San Martin apresenta o índice mais elevado de manutenções por extensão de rede de Campinas e o sistema Arboreto apresenta o menor índice.

O processo de análise do IMCE possibilita identificar situações em que há recorrência de manutenção corretiva em função do mau uso da rede coletora pelos moradores. Para reverter este índice, a SANASA atua junto à comunidade local com ações que permitem o entendimento das interações individuais e coletivas no sistema de esgotamento

sanitário, ampliando as possibilidades de mitigar os impactos negativos e potencializar os impactos positivos para maior eficiência operacional. Esta ação é realizada por meio do programa CASA – Ciclo da Água no Saneamento, apresentado no capítulo Comunidade.

O gráfico 8 mostra a variação do IMCE de Campinas entre os anos de 2012 e 2017. Percebe-se uma melhora do indicador no ano de 2017 em decorrência da queda das manutenções corretivas naquele ano, em 7%.

Gráfico 8: Índices de manutenções corretivas dos sistemas de esgotamento de Campinas



Com o objetivo de gerenciar o funcionamento adequado dos coletores de esgoto em nível mais detalhado, a SANASA realiza análise do desempenho operacional das redes coletoras por logradouros, através da aplicação do indicador IMCE – Índice de Manutenções Corretivas de Esgoto.

O excesso de manutenções corretivas em determinados trechos de rede indica a ocorrência frequente de problemas operacionais, tais como: obstruções, vazamentos, arriamentos, etc. e que podem ser causados por diversos fatores como baixa declividade do trecho de rede, água pluvial nas

redes, uso inadequado dos coletores, idade dos materiais, tipo de material da tubulação, alteração do regime hidráulico projetado, etc.

Assim como as redes coletoras, as manutenções corretivas são georreferenciadas na plataforma MapInfo, onde é feita a soma das manutenções e das extensões de rede por logradouro, sendo então calculado o seu IMCE. Em seguida, selecionam-se os logradouros com maior IMCE para análise e diagnóstico dos problemas operacionais recorrentes na sua rede.

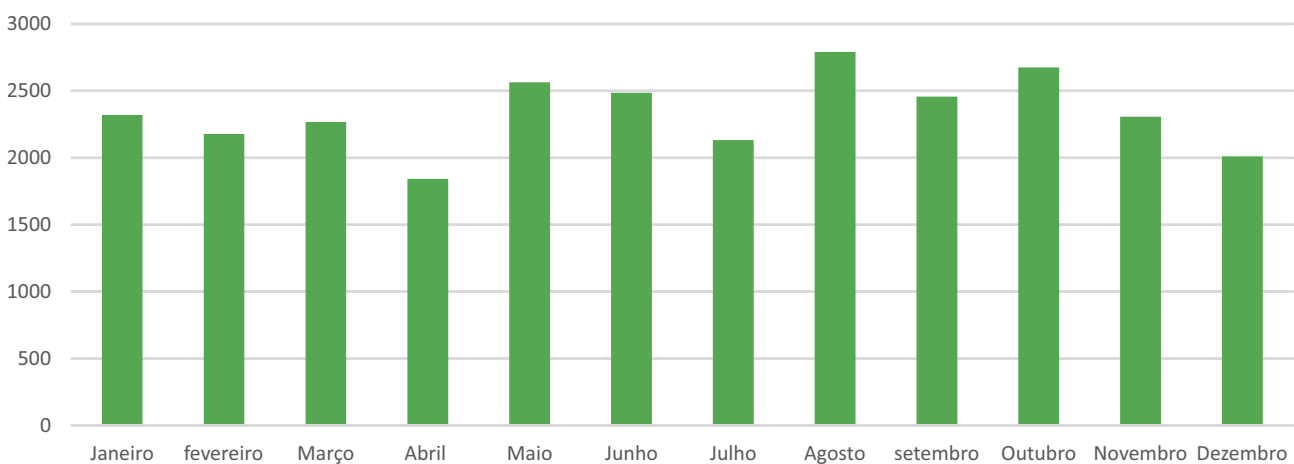
A SANASA realiza vistorias técnicas nas instalações prediais dos imóveis residenciais, comerciais, industriais e públicos, para eliminação de possíveis irregularidades que possam causar retorno de esgotos aos imóveis, bem como desabastecimento de água e para isso toma as seguintes ações:

- Verificar a conectividade dos imóveis nas redes coletoras de esgotos e se as redes de água estão de acordo com as normas da SANASA;
- Promover orientação à população quanto ao lançamento consciente do esgoto, focando a forma com que as instalações prediais e a utilização da faixa de viela devem ser preservadas, evitando retorno de esgotos para dentro dos imóveis, bem como rompimentos de redes;

- Fiscalizar os imóveis com o objetivo de verificar se as instalações prediais de água e esgoto estão de acordo com as normas da SANASA e legislações pertinentes, para que os esgotos sejam conduzidos de forma adequada às ETEs e também para evitar desabastecimento de água à população. Fiscalizar também o funcionamento inadequado das redes coletoras de esgotos públicas e o recebimento de efluentes não conformes nas redes de esgoto internas aos imóveis e nas redes públicas, prevenindo a ocorrência de rompimentos e retorno de esgoto.

O gráfico 9 apresenta o número de vistorias realizadas em imóveis, por mês, ao longo do ano de 2017.

Gráfico 9: Vistorias realizadas nos imóveis em 2017

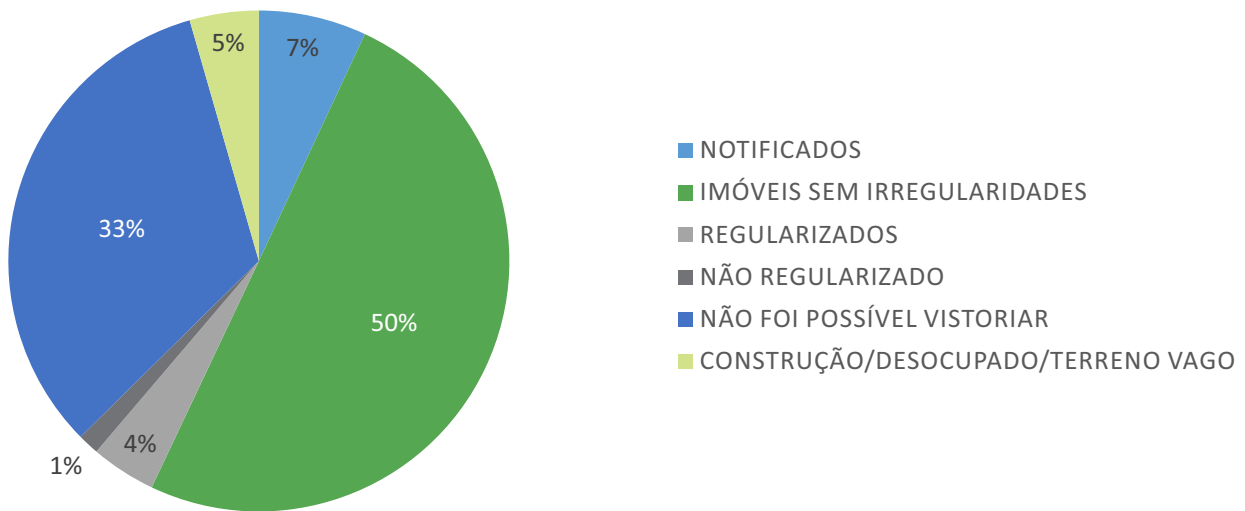


RESULTADOS/ 2017

- Realizada a orientação à população para o lançamento consciente do esgoto, por meio da apresentação do Laboratório Móvel (programa CASA), devidamente equipado para essa atividade, com participação de 10.445 pessoas.
- Efetuada a alteração do cadastro comercial de 290

imóveis da categoria água para a categoria água + esgoto, após vistoria técnica da conectividade de esgoto.

Em 2017, foram realizadas 28.028 visitas técnicas, cujos resultados estão demonstrados no gráfico 10.

Gráfico 10: Resultado das Visitas Técnicas realizadas nos imóveis em 2017

COMUNIDADES



ODS6.1 - até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos.

Comunidade Local (413) Benefícios do Saneamento (103-1)

A SANASA reconhece que a expansão dos serviços de saneamento pode provocar impactos negativos junto à comunidade onde as obras de infraestrutura são executadas. O engajamento junto à comunidade local se faz imprescindível, possibilitando uma melhor compreensão do nível de vulnerabilidade dessa população e auxiliando no desenvolvimento de programas sociais capazes de minimizar o impacto

negativo. Esse engajamento, também, contribui para sensibilizar a comunidade sobre os benefícios que o saneamento promove. A percepção dos impactos positivos é fundamental para elevar o nível de consciência e de maturidade sobre o papel, que a comunidade local exerce, enquanto mantenedora primária do bom funcionamento dos serviços ofertados.

Sanasa na Comunidade (130-2 e 413-1)

O programa SANASA na Comunidade é uma estratégia da empresa para estabelecer a sua relação com o usuário dos serviços, definidas, principalmente, através de ações planejadas de acordo com demandas sociais e territoriais específicas. A principal ferramenta do programa é a educação socioambiental, que prioriza a conexão entre o saneamento e a sociedade. O programa está firmado na premissa dos Direitos Humanos à Água e ao Saneamento Básico e promove a reflexão sobre o saneamento como direito individual e coletivo, além de serviço público essencial, que atua e interage com outras políticas públicas.

Objetivos do programa SANASA na Comunidade:

- Sensibilizar os moradores sobre a importância social, ambiental e econômica da água;
- Estimular a participação comunitária;
- Desenvolver a compreensão sobre o sistema de esgotamento sanitário e a sua relação com a promoção da saúde e a prevenção de doenças;
- Promover a reflexão sobre novos hábitos, despertando a consciência ambiental, oportunizando a inclusão social e formando agentes multiplicadores para o uso sustentável dos recursos naturais, em especial a água;

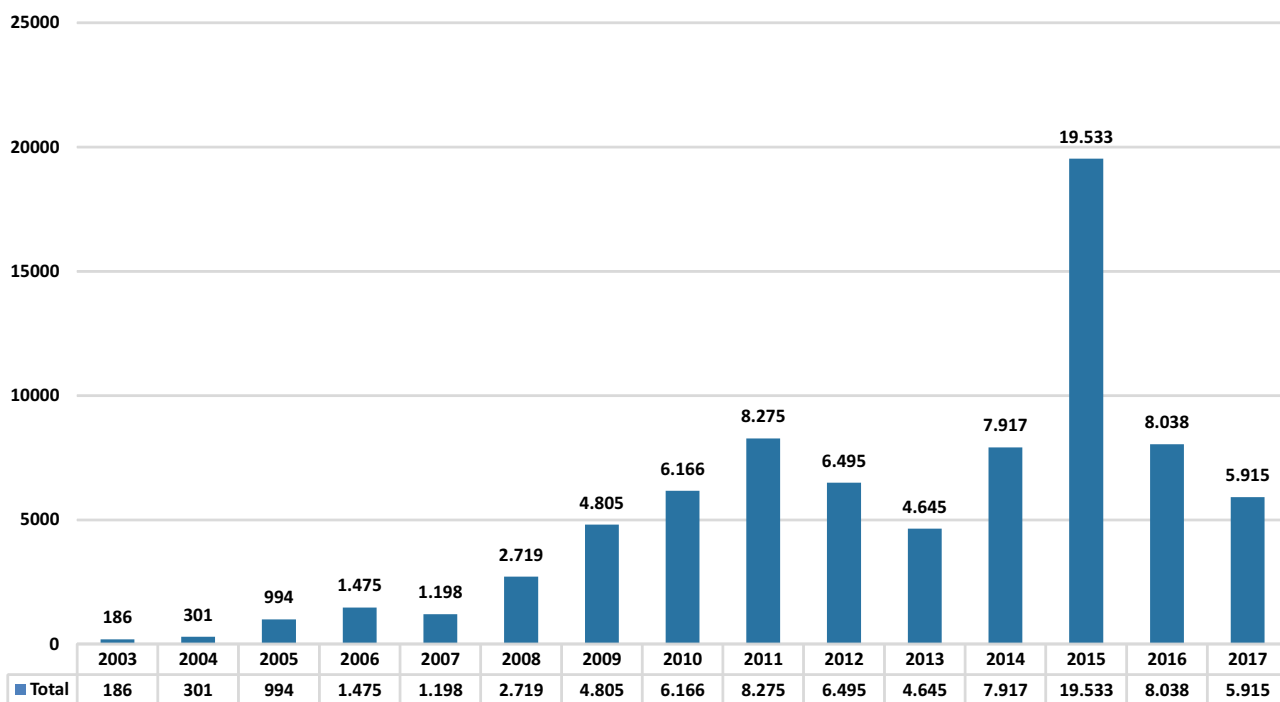
- Disseminar boas práticas de uso dos serviços oferecidos, promovendo a integração entre a SANASA e a comunidade.

O SANASA na Comunidade realiza o engajamento a partir de metodologia própria, com intervenções sociais adaptadas para atender às características de cada grupo local. As atividades promovem ações de educação, sensibilização e de mobilização sobre os temas socioambientais e de saneamento com foco em água, esgoto e resíduos, realizadas em parceria com as lideranças locais e organizações da sociedade civil, essas atividades são contínuas e se expandem por todo município.

O programa se utiliza de parcerias com a rede intersetorial do município, a fim de reconhecer as demandas existentes, colaborando para atender os grupos já mobilizados por essa rede e potencializando o sucesso de suas ações.

O gráfico 1 apresenta a série histórica de participantes das ações, desde a sua criação no ano de 2003 até o ano de 2017.

Gráfico 1 – SANASA na Comunidade participantes 2003 a 2017

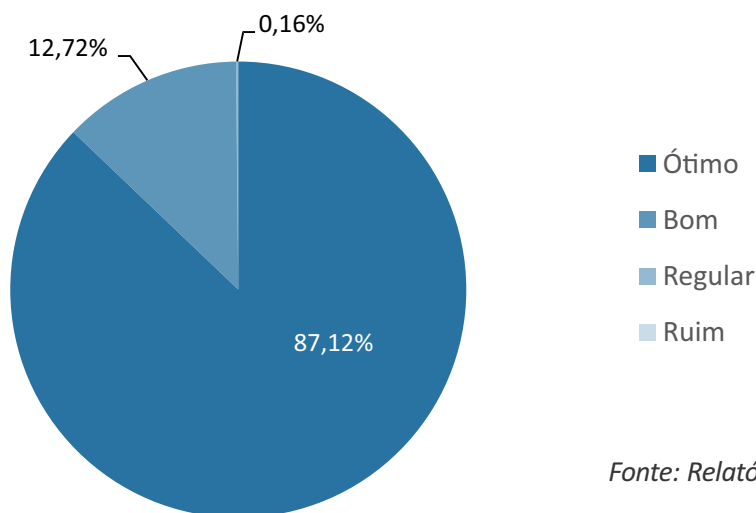


Fonte: Relatório Estatístico do Programa SANASA na Comunidade.

Observação: Neste gráfico estão destacadas todas as atividades do SANASA na Comunidade, incluindo aquelas relacionadas aos Projetos de Trabalho Social (PTS), o que explica o maior número de registros no ano de 2015.

Em 2017 o SANASA na Comunidade envolveu 5.915 participantes, que avaliaram as atividades, conforme representado no gráfico 2.

Gráfico 2: Avaliação dos participantes - 2017

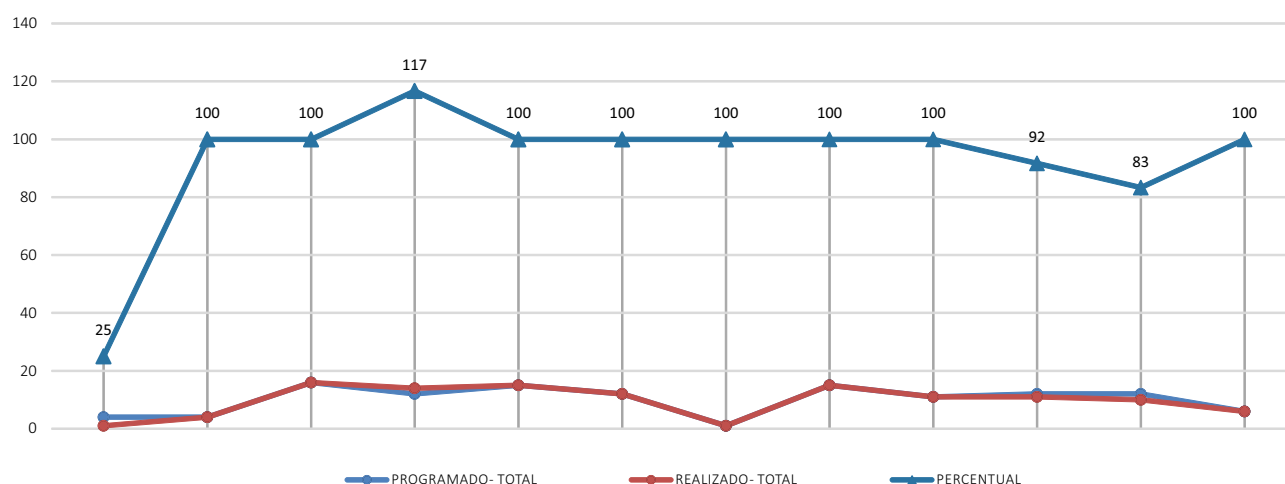


Fonte: Relatório Estatístico do Programa SANASA na Comunidade.

O gráfico 3 destaca o perfil sobreposto das atividades planejadas e das atividades realizadas em 2017, mensalmente, evidenciando a importância do planejamento na gestão do programa.

Gráfico 3: Atividades programas e realizadas em 2017

Gráfico 3: Atividades programas e realizadas em 2017



Fonte: Relatório Estatístico e Cronograma de Atividades do Programa SANASA na Comunidade.

Gestão da Comunidade Local (103-1/103-2 e 413-1/403-2)

A SANASA compreende que o engajamento comunitário é imprescindível para boa gestão de toda infraestrutura de saneamento instalada na cidade de Campinas. As atividades da empresa são orientadas para promoção do impacto positivo através da eficiência e da evolução dos seus serviços, elevando a qualidade de vida dos munícipes. Mas, também, se faz necessário engajar os moradores com o objetivo de minimizar o impacto negativo que, eventualmente, possa ser causado pelo mau uso da infraestrutura de redes e ligações, como no caso do lançamento incorreto da água da chuva na rede de esgoto. Isso pode acarretar a sobrecarga no sistema de coleta, afastamento e tratamento de esgoto, com prejuízos para saúde pública e o meio ambiente, além de não utilizar o sistema de drenagem urbana, instalado para afastar as águas pluviais até os corpos d'água.

Ao longo dos anos, a SANASA tem mantido atividades

efetivas e multidisciplinares, a fim de orientar e de promover a utilização correta do sistema de saneamento. Em 2017, motivada pela experiência bem-sucedida do REÁGUA, a empresa decidiu criar o CASA – Ciclo da Água no Saneamento. O programa é executado com o uso de laboratórios móveis, que se deslocam por todo território da cidade de Campinas e seus distritos, garantindo um amplo engajamento entre as escolas e a comunidade como um todo.

A proposta do CASA é promover a reflexão sobre as questões que geram impacto na saúde pública e na disponibilidade hídrica em quantidade e qualidade. A temática das atividades desenvolvidas é a água na cadeia de valor do abastecimento público, enquanto recurso hídrico, produto de consumo e efluente. Essa abordagem atua em duas vertentes, o lançamento consciente do esgoto e o consumo consciente da água.

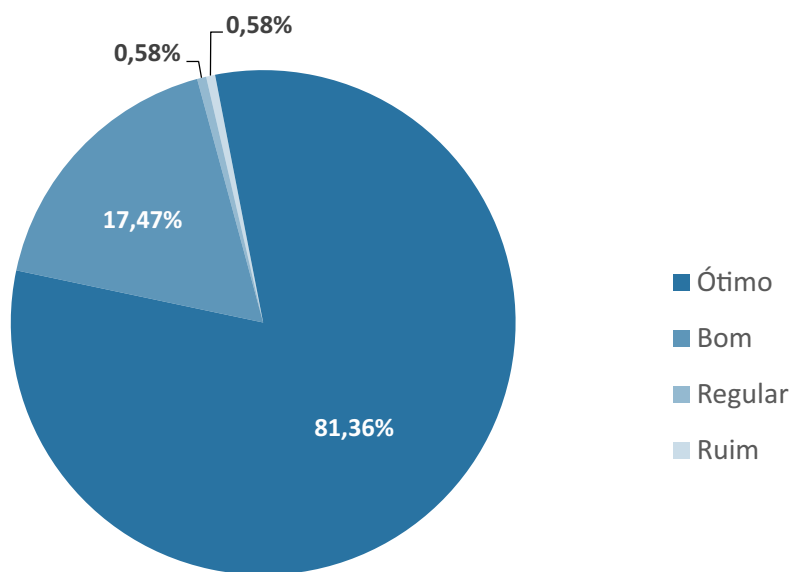
Laboratório Móvel de Uso Consciente da Água:

- Equipamentos e dispositivos economizadores;
- Abordagem sobre riscos no armazenamento e reuso de água quando feitos de forma inadequada;
- Abordagem sobre dimensionamento de reservatórios prediais;
- Abordagem sobre os cuidados para com a manutenção da qualidade da água.

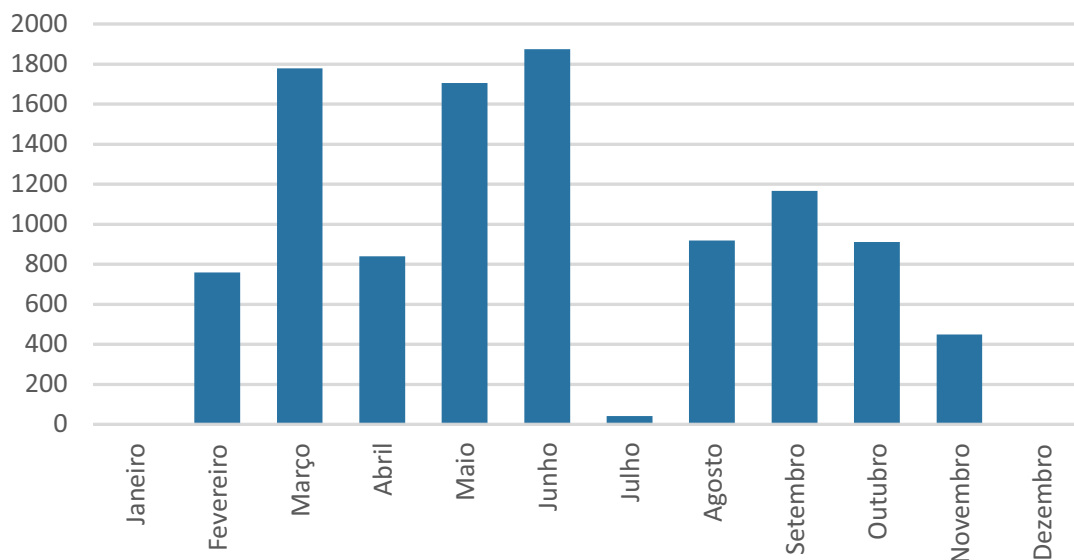
- Abordagem sobre a importância da caixa de gordura/ dimensionamento adequado;
- Abordagem sobre os impactos causados por gordura na rede coletora;
- Abordagem sobre os impactos do uso do vaso sanitário como lixeira;
- Abordagem sobre os impactos causados por equipamentos hidrossanitários inadequados;
- Esclarecimentos sobre água de chuva na rede de esgoto.

Laboratório Móvel de Lançamento Consciente do Esgoto:

Gráfico: Avaliação do Programa CASA



Participantes



Projeto Trabalho Social – PTS (413-1)

Em bairros onde são realizadas obras financiadas com recursos da Caixa Econômica Federal, o SANASA na Comunidade atua através do Projeto Trabalho Social – PTS, nome definido pela própria instituição financeira, com o objetivo minimizar os impactos, eventualmente, causados na comunidade local durante a execução de obras de infraestrutura. Posteriormente à entrega dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, o PTS trabalha com ações educativas sobre o uso adequado dos sistemas.

O PTS é realizado a partir de uma ampla parceria com a Prefeitura de Campinas e as organizações da sociedade civil, prestadoras de serviços locais de saúde, educação e assistência social. As ações preveem o reconhecimento do nível de vulnerabilidade dos grupos sociais, sendo que alguns

se encontram em moradias precárias, com pouca escolaridade, baixa renda e aspectos culturais consolidados no que se refere a comportamentos inflexíveis, representando um desafio importante para os agentes técnicos. E é através de uma ação articuladora com essas parcerias que o PTS desenvolve suas atividades, adaptadas à realidade de cada grupo atendido, se utilizando de equipamentos públicos ou privados disponíveis na localidade.

Em 2017 as atividades do Projeto de Trabalho Social – PTS – foram reduzidas em relação aos anos anteriores, por conta do cronograma de obras, que já se encontra em fase de finalização. A previsão de encerramento das atividades do PTS é maio de 2018. O projeto teve início em 2015 e até dezembro de 2017 recebeu investimentos de R\$ 176 mil.

Programa de Ação Sustentável – PAS

O Programa de Ação de Sustentável – PAS – traz em sua essência o fundamento da dignidade da pessoa humana expresso na Carta Magna. O programa foi instruído mediante a preocupação da SANASA de oferecer condições de igualdade e equidade aos moradores de comunidades instaladas em áreas de invasão e em núcleos habitacionais. A vulnerabilidade dessas populações resulta em restrição cadastral para o acesso ao emprego e ao crédito comercial, por falta de comprovação de residência. A emissão da fatura de consumo inclui esses moradores na sociedade produtiva e passa a lhes proporcionar garantias mínimas de cidadania.

A contrapartida empresarial do PAS é o monitoramento de perdas de água por furto e a facilitação na regularização de débitos pendentes, com impacto direto na redução da inadimplência.

A contrapartida empresarial do PAS é o monitoramento de perdas por furto, eliminado o risco de contaminação, o que compromete a qualidade e a segurança da água com impacto direto na saúde pública. O programa também possibilita o controle sobre o impacto negativo financeiro causado pelo risco da inadimplência.

Objetivos

- Oferecer tratamento isonômico entre as famílias de baixa renda
- Proporcionar a redução de perdas no consumo de água
- Promover o consumo consciente da água
- Aumentar a adimplência aos consumidores que se utilizam do abastecimento

Engajamento com a Comunidade Local

O PAS é desenvolvido em regiões periféricas do município, suscetíveis de remoção. Essa população atendida apresenta traços de vulnerabilidade social e um comportamento singularizar, principalmente, em relação ao consumo, retratando cultura e hábitos peculiares. A gestão do programa mantém permanente atenção às necessidades especiais de cada grupo, trabalhando com metodologias que resultam no atendimento isonômico a todos os beneficiados.

O engajamento com a comunidade acontece a partir de vistas locais, sendo incorporadas também as solicitações geradas através do call center, dos DOMASAS (distritos de manutenção de serviços) e do serviço social da empresa. Já os relatórios de

consumo funcionam como um alerta, que apontam as prioridades que precisam ser enfrentadas, como as ligações com consumo registrado acima da média de 30 metros cúbicos por família para ligações coletivas, nas quais só podem estar interligadas até 20 economias, e as ligações individuais que ultrapassam o consumo médio de 30 metros cúbicos por família. Também é dada atenção às ligações de consumo zerado, tratadas como alerta para possíveis irregularidades.

As equipes do programa recebem preparo técnico e psicológico para lidar com as possíveis adversidades deste trabalho. Mediante resistência, ligações irregulares ou eventual furto de água, intervenções em equipamentos e obstrução dos hidrômetros, as equipes são orientadas a promover o bom convívio, em qualquer situação, visando sempre estabelecer um elo de confiança e de harmonia entre empresa e consumidor.

A missão das equipes de trabalho é levar à população

atendida informação de forma simples e contextualizada, não se preocupando apenas com a comercialização da água, mas sim com a formação de uma nova consciência sobre o seu uso. As atividades promovem o estímulo ao debate sobre a qualidade da cobertura de serviços de saneamento básico e de saúde pública no município. O resultado pretendido é que essa população possa se sentir mais segura e confiante, despertando nela um senso de pertencimento.

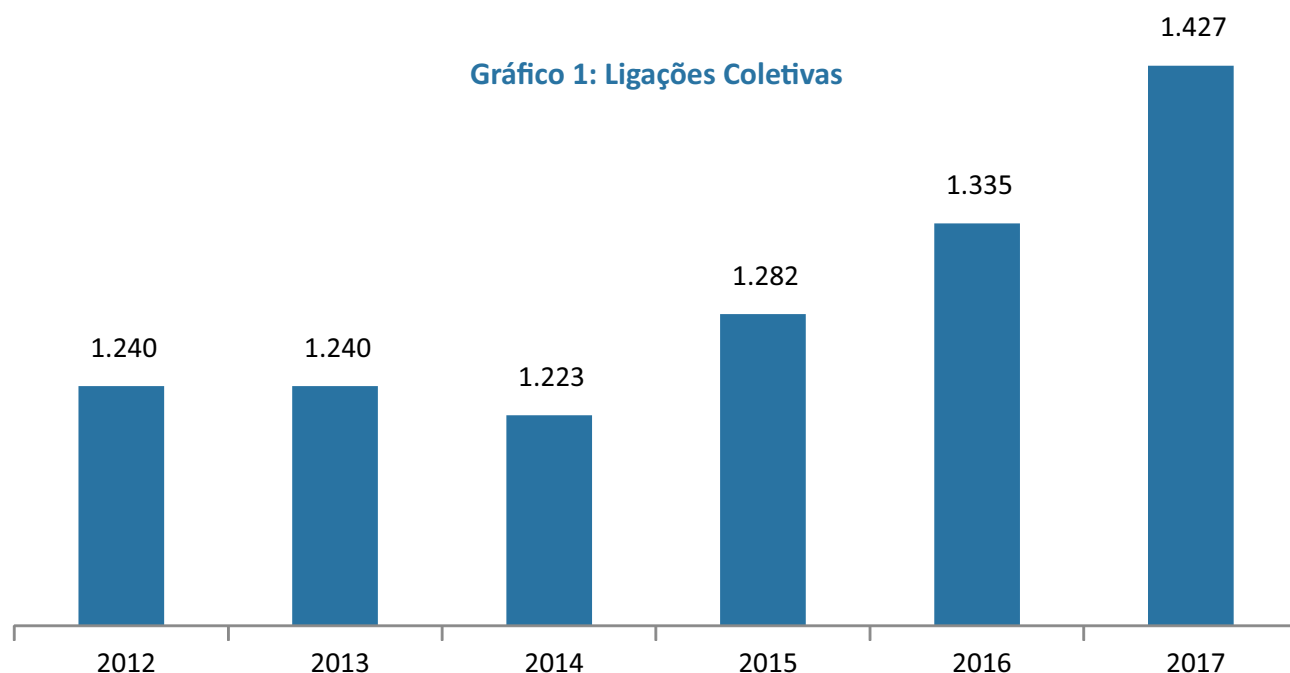
Resultados do PAS

O aumento no número de ligações coletivas no ano de 2017 se deu por meio de uma nova estratégia de redução do consumo inapropriado para ligações com excesso de economias e diminuição da inadimplência.

A divisão das ligações para utilização com até 15 economias resulta em melhor qualidade do abastecimento, além de reduzir, consideravelmente, o desperdício de água.

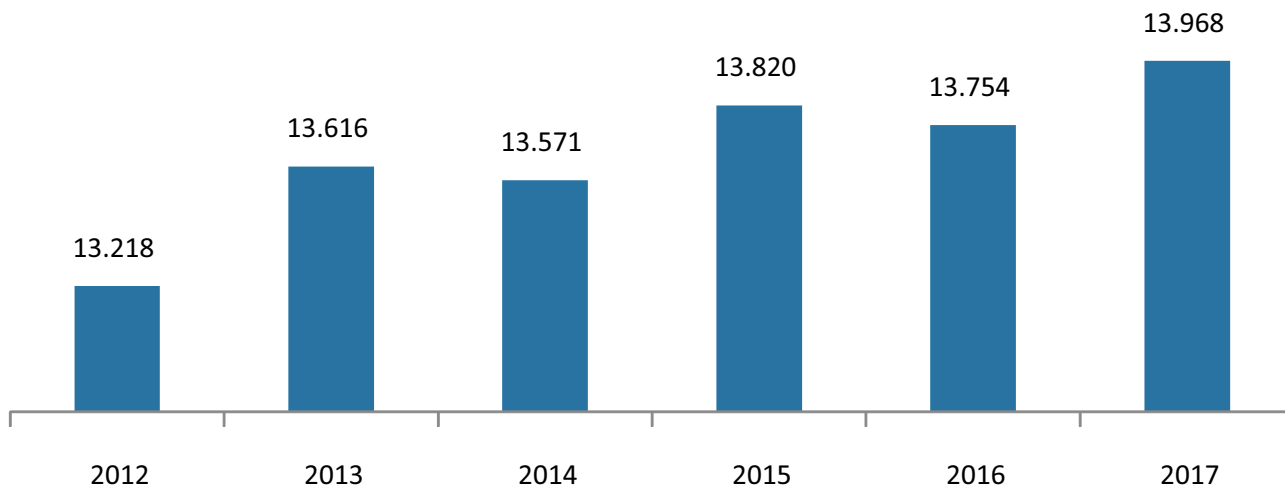
Residencial Ligações Coletivas – Locais onde a rede de distribuição não está disponível em frente ao imóvel

O gráfico 1 apresenta o total de hidrômetros instalados em ligações coletivas, que teve aumento de 15,1% entre os anos de 2012 e 2017, resultado da estratégia da empresa de divisão de grupos entre essas ligações.



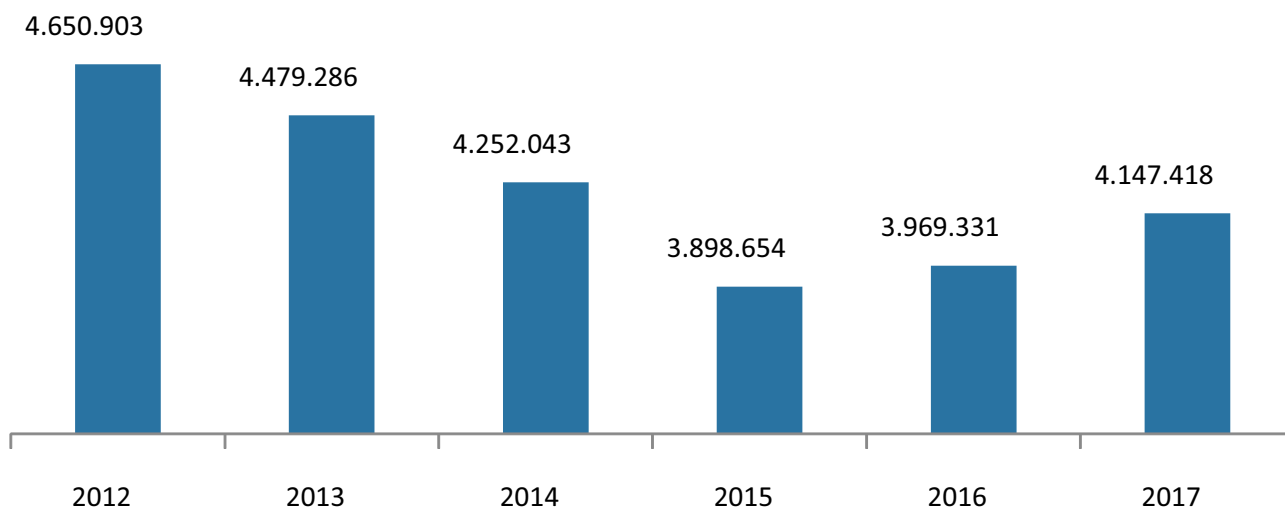
Em 2017, 13.968 famílias foram atendidas com abastecimento de água através de ligações coletivas, um resultado que vem crescendo gradativamente a cada ano, conforme representado no gráfico 2.

Gráfico 2: Economias

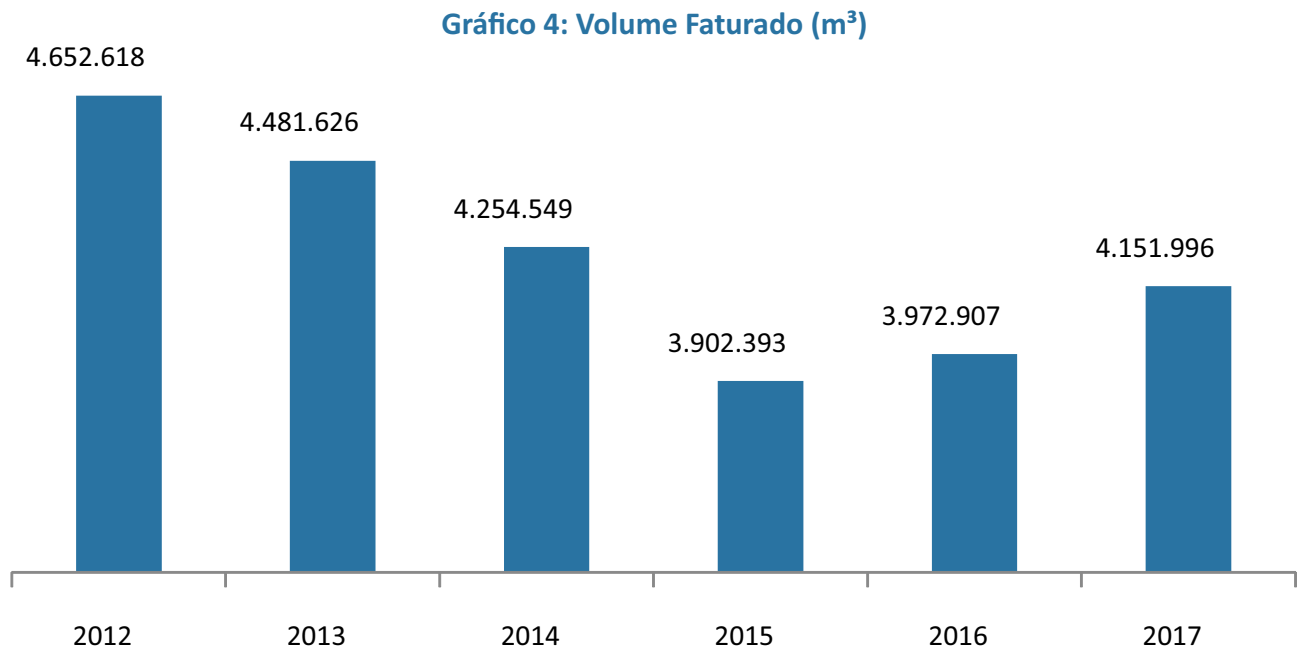


Entre os anos de 2012 e 2017 a SANASA registrou um aumento no atendimento de famílias, conforme gráfico 2, e redução de consumo de 10,8% mediante o volume medido, representado pelo gráfico 3. Nota-se entre 2014 e 2015 uma redução considerável de 8,3% no volume medido, resultante da crise hídrica ocorrida no período.

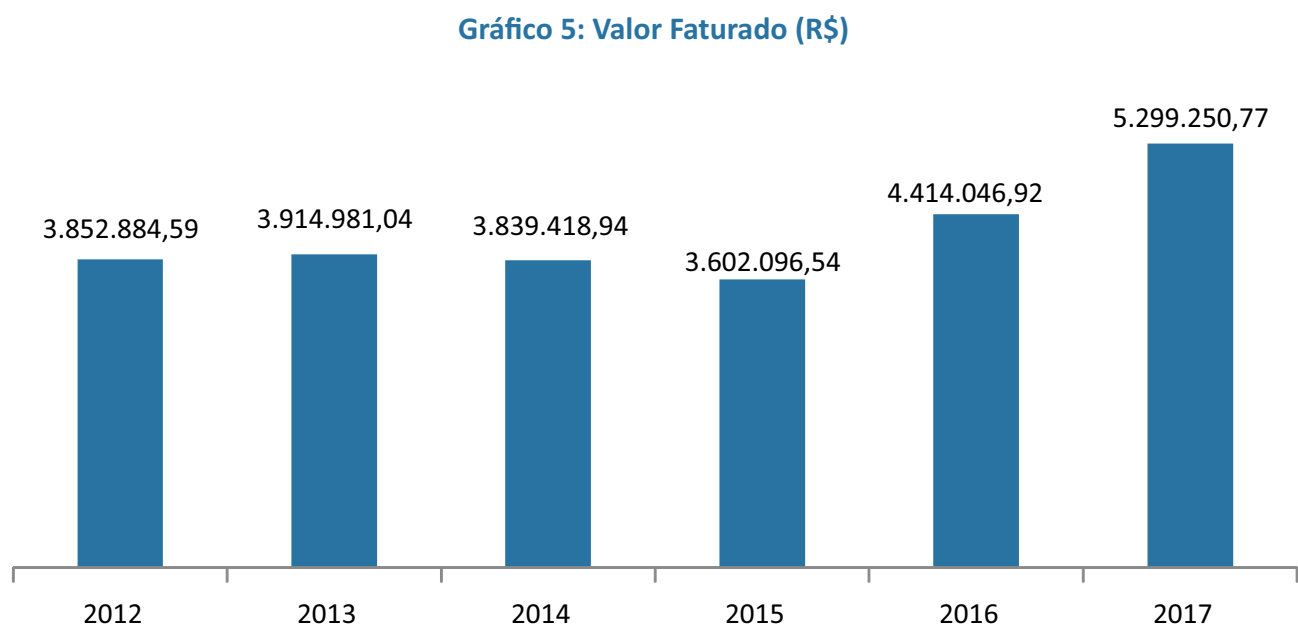
Gráfico 3: Volume Medido (m³)



O gráfico 4 ilustra o total faturado em ligações residenciais coletivas, que acompanha a diferença entre os anos anteriores a 2017.



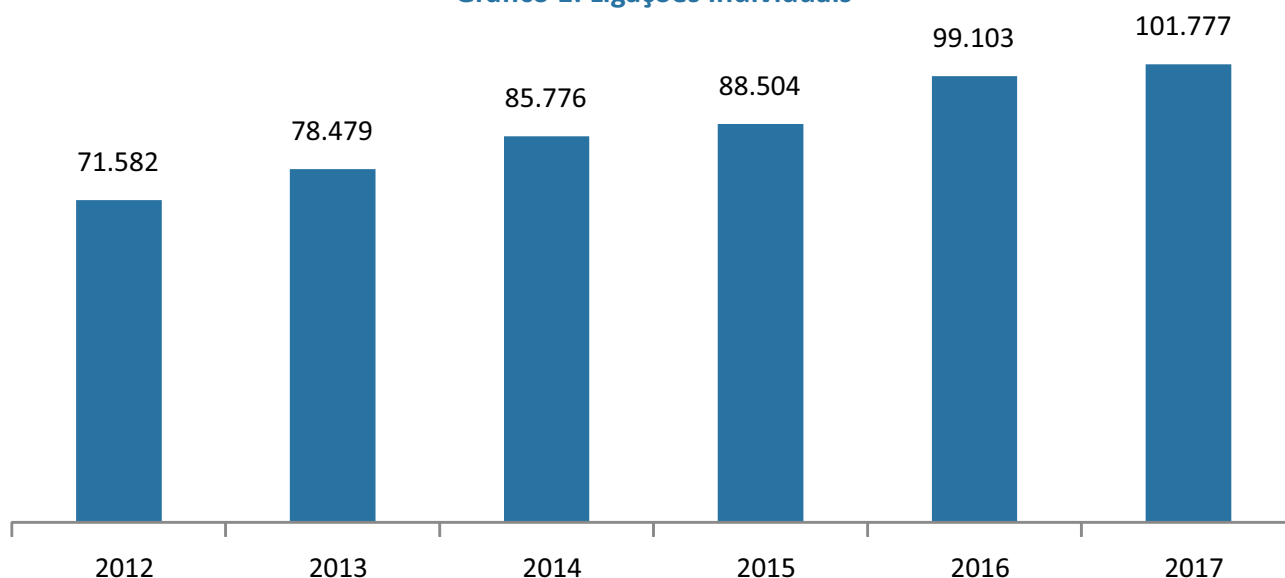
O gráfico 5 traz a proporção do faturamento total das ligações residenciais coletivas, complementando o ciclo do programa em seu aspecto financeiro.



Residencial Consolidado

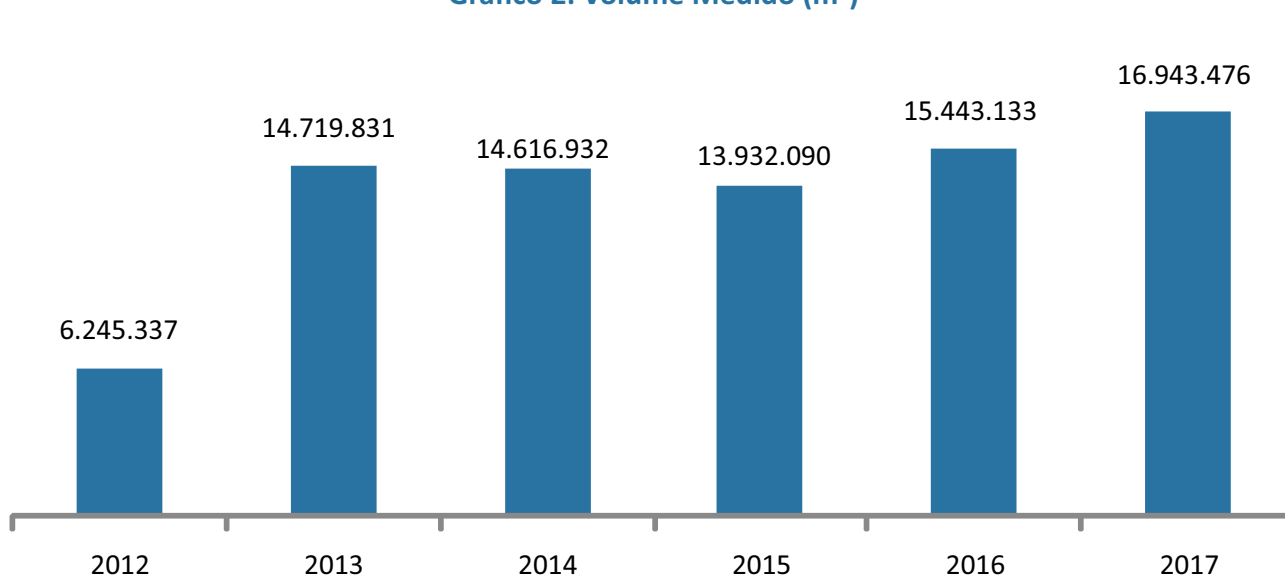
Em locais onde a rede de distribuição está acessível aos moradores, a SANASA vem implantando o Programa de Individualização, que prevê um hidrômetro para cada residência. O gráfico 1 representa o número crescente das individualizações no período de 2012 a 2017, totalizando em 42,2%.

Gráfico 1: Ligações Individuais



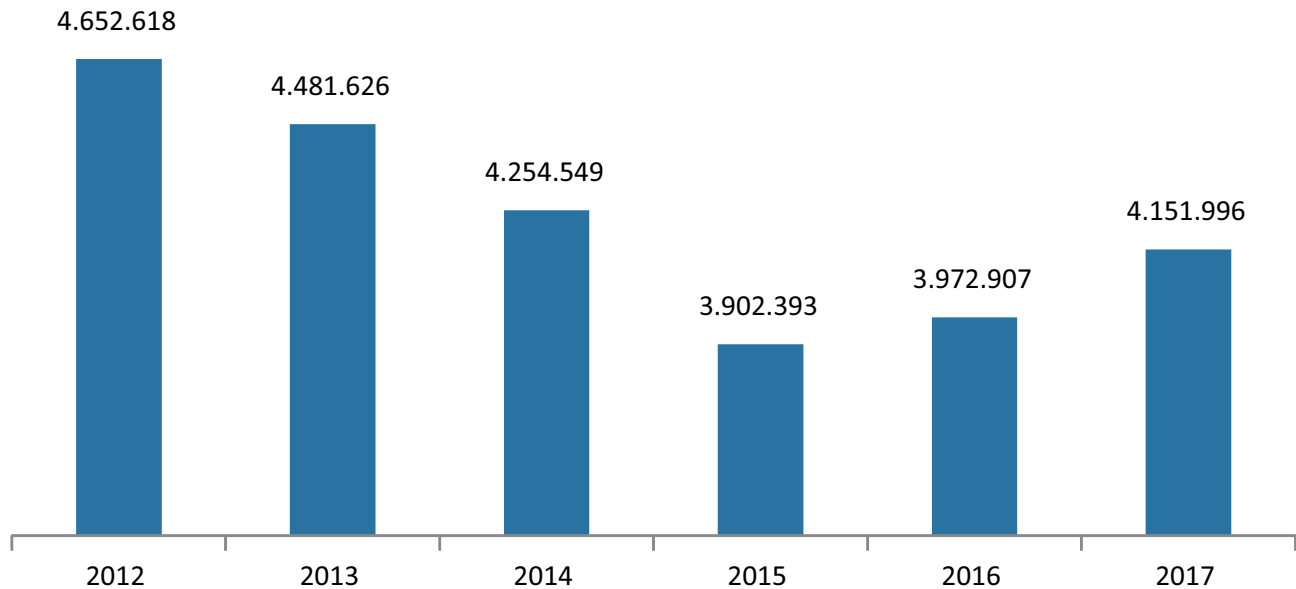
Um dos resultados contabilizados pela SANASA no Programa de Individualização é a maior consciência do morador sobre o seu próprio consumo. A cada mês esse morador passa a receber a fatura individual, o que ajuda a elevar a sua consciência sobre o uso da água, uma vez que também representa impacto sobre as finanças da família.

Gráfico 2: Volume Medido (m³)



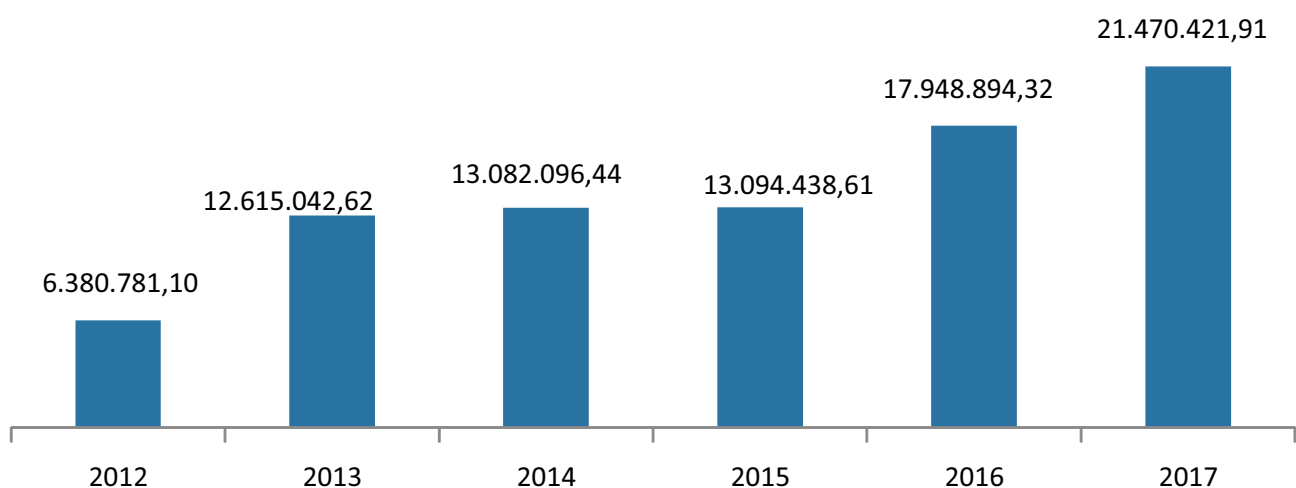
O gráfico 3 traz o controle financeiro da SANASA referente ao volume familiar consumido no Programa de Individualização.

Gráfico 3: Volume Faturado (m³)



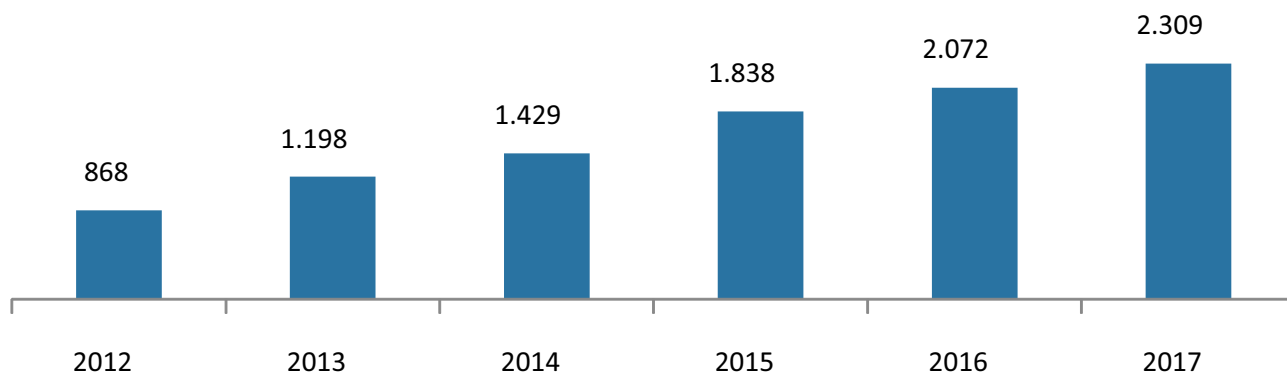
O gráfico 4 demonstra o valor faturado pela SANASA, com elevação de 336,5% entre os anos de 2012 e 2017. O monitoramento pela empresa passa a acontecer dentro do mesmo escopo das demais categorias atendidas.

Gráfico 4: Valor Faturado (R\$)



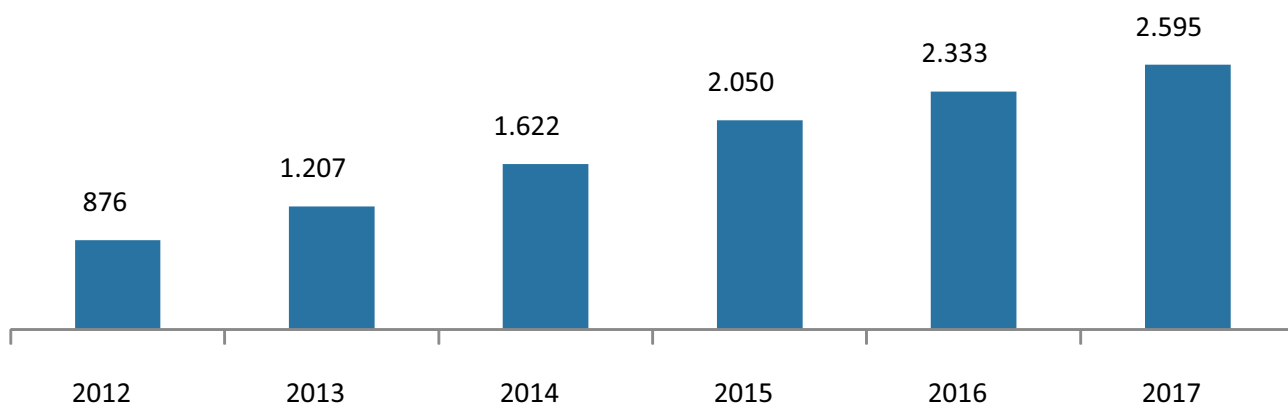
Nos núcleos residenciais urbanizados as ligações atendem também o comércio local, trazendo para adimplência esses novos consumidores. O gráfico 1 mostra a quantidade de pequenos comércios que receberam hidrômetro individual, com registro de crescimento acompanhando a evolução do programa.

Gráfico 1: Ligações Comerciais



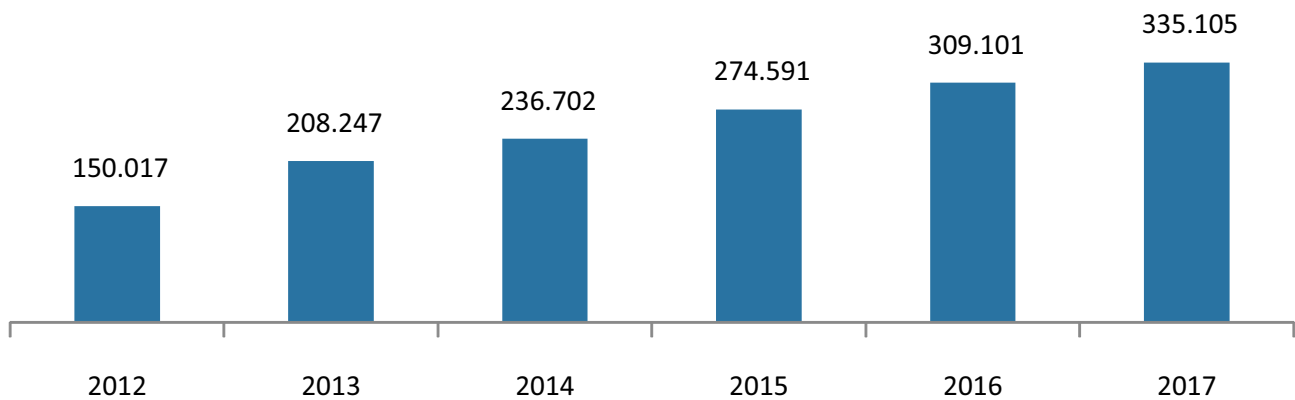
A prática comercial desenvolvida dentro dos núcleos ocorre na própria residência. O gráfico 2 demonstra a quantidade de famílias beneficiadas por ligação, enquadradas na tarifa social diferencial para o comércio.

Gráfico 2: Ligações Comerciais – Economias



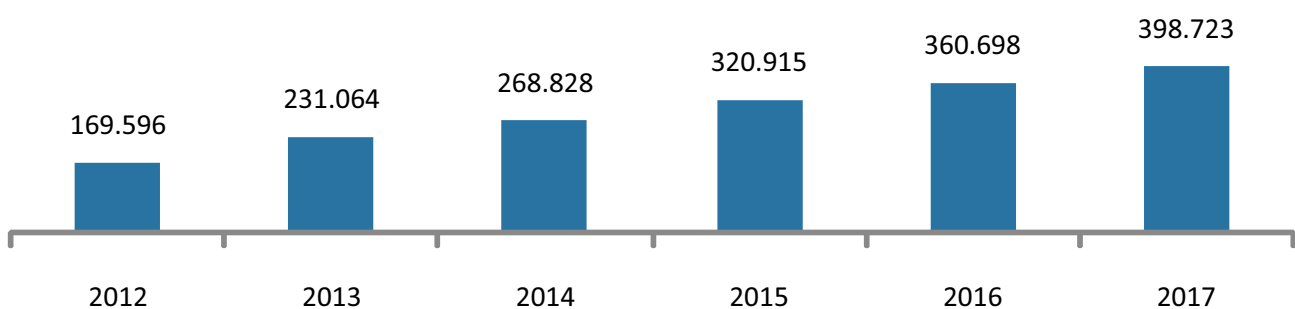
O gráfico 3 retrata o volume médio consumido entre as ligações comerciais, uma média mensal de cerca de 10,76m³.

Gráfico 3: Ligações Comerciais – Volume Medido (m³)



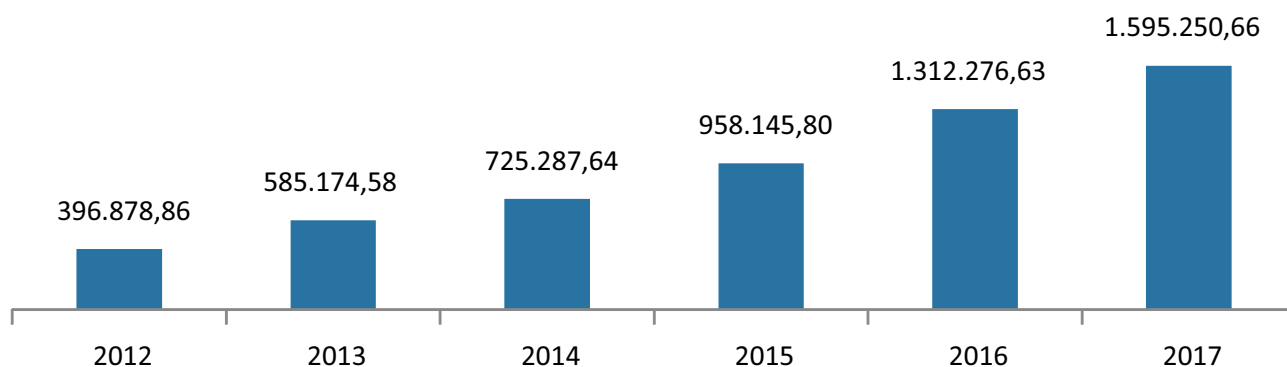
O gráfico 4 contabiliza o volume faturado anual, com o registro de crescimento de 235,1% entre os anos de 2012 e 2017, o que demonstra o fomento da economia local.

Gráfico 4: Volume Faturado (m³)



O gráfico 5 traz o valor faturado pela SANASA ao longo dos últimos seis anos, representando um crescimento de 401,9%. Isso se deve especialmente por conta da regularização das ligações e da fiscalização do programa.

Gráfico 5: Valor Faturado (R\$)



TARIFA SOCIAL

A política de inclusão de famílias em situação de vulnerabilidade adotada pela SANASA compreende, também, a prática da tarifa social, o que prevê um desconto mensal na fatura de água/esgoto. Em 2017, a empresa manteve em seu cadastro 58.290 famílias, ao todo 55.167 ligações de água com consumo de até 30m³ mensal. Para o consumo excedente a este volume, aplica-se a tarifa da categoria residencial padrão, exceto para as ligações coletivas não condicionadas ao volume consumido.

O direito à Tarifa Social é estendido às famílias moradoras em núcleos residenciais, abastecidas por ligações de água coletivas ou individuais; famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família e pessoas com deficiência, participantes do Benefício de Prestação Continuada (BPC) do INSS. Os casos que não se enquadram nessas condições são analisados pelo de Serviço Social de Atendimento ao Cliente para um possível acesso.

GESTÃO DE PESSOAS (401-1)

A SANASA realiza admissão de funcionários mediante concurso público ou contratação direta apenas no caso de cargos de confiança e assessores. Os trabalhadores são contratados em regime de CLT – Consolidação das Leis do Trabalho. Quanto a forma de

desligamento dos empregados, podem ocorrer por aposentadoria, pedido de demissão ou desligamento por iniciativa da empresa após a devida análise e avaliação dos motivos por uma comissão específica.

Evolução do quadro de Funcionários

Ano	Funcionários
2017	2.170
2016	2.243
2015	2.291

Número total e taxa de novos empregados contratados durante o período do relatório, por faixa etária, gênero

ANO	Total	NOVOS CONTRATOS				
		Faixa Etária			Gênero	
		Menos de 30	30 - 50	Mais de 50	Masculino	Feminino
2017	30	11	11	8	26	4
2016	16	10	5	1	11	5
2015	64	22	34	8	54	10

Número total e taxa de rotatividade de empregados durante o período do relatório, por faixa etária, gênero

ANO	Total	Faixa Etária			Gênero	
		Menos de 30	30 - 50	Mais de 50	Masculino	Feminino
2017	78	15	10	78	91	12
2016	64	20	6	38	55	9
2015	54	16	15	23	49	8

Benefícios concedidos (401-2)

Saúde do Trabalhador e Dependentes

Assistência médica para o empregado e seus dependentes.

Convênio com farmácias.

Subsídio para aquisição de óculos e medicamentos.

Seguro de vida em grupo.

Complementação salarial em situações de afastamento por licença doença ou por acidente de trabalho.

Reembolso de gastos com portadores de necessidades especiais.

Alimentação e transporte

Crédito em vale refeição para café matinal e almoço.

Crédito em vale alimentação para compras em supermercado.

Vale transporte ou opção por vale combustível.

Educação e benefícios para dependentes

Bolsa de estudos.

Subsídio para aquisição de material escolar de dependentes.

Reembolso de gastos com creches.

Aposentadoria

Plano de previdência privada complementar.

Diversos

Auxílio funeral.

Programa de Participação nos Resultados, que pode representar um valor adicional mediante o cumprimento de metas preestabelecidas.

(Os estagiários e menores aprendizes recebem todos esses benefícios)

Licença Maternidade e Paternidade (401-3)

A SANASA concede licença maternidade de 180 dias e retém todas as mulheres no retorno ao trabalho.

Licença Maternidade/Paternidade	ANO			GÊNERO	
	2017	2016	2015	Feminino	Masculino
Número total de empregados com direito a tirar licença-maternidade/paternidade	2170	2244	2291	408	1762
Número total de empregados que tiraram licença-maternidade/paternidade	58	51	68	10	48
Número total de empregados que retornaram ao trabalho após tirar uma licença-maternidade/paternidade	58	51	68	10	48
Número total de empregados que retornaram ao trabalho após uma licença-maternidade/paternidade e continuaram empregados 12 meses após seu retorno ao trabalho	58	51	68	10	48
Taxas de retorno ao trabalho e retenção de empregados que tiraram licença-maternidade/paternidade	100	100	100	100	100

Diversidade (405)

A política salarial na empresa é igualitária e se faz em conformidade ao cargo e funções desempenhadas.

Total de funcionários por cargo e gênero

Membros Conselho de Administração		2017	2016	2015
GÊNERO	MASCULINO	7	7	7
	FEMININO	0	0	0
FAIXA ETÁRIA	Abaixo de 30 anos	0	0	0
	30 a 50 anos	5		
	mais de 50 anos	2		

Membros Diretoria Executiva		2017	2016	2015
GÊNERO	MASCULINO	5	5	5
	FEMININO	0	0	0
FAIXA ETÁRIA	Abaixo de 30 anos	0	0	0
	30 a 50 anos	1		
	mais de 50 anos	4		

Gerentes		2017	2016	2015
GÊNERO	MASCULINO	21	20	25
	FEMININO	8	9	8
FAIXA ETÁRIA	Abaixo de 30 anos	0	0	0
	30 a 50 anos	9	9	10
	mais de 50 anos	20	20	23

Coordenadores		2017	2016	2015
GÊNERO	MASCULINO	66	61	64
	FEMININO	32	33	34
FAIXA ETÁRIA	Abaixo de 30 anos	0	0	0
	30 a 50 anos	54	48	56
	mais de 50 anos	44	46	43

Treinamento e Educação (404)**Programa de Bolsa de Estudos**

2017			
Renovações		80	
Concessões		46	
Gênero		Masculino	Feminino
		128	14
Categoria funcional	Médio	18	
	Superior	97	
	Especialização	11	

2016			
Renovações		127	
Concessões		27	
Gênero		Masculino	Feminino
		127	27
Categoria funcional	Médio	25	
	Superior	102	
	Especialização	27	

2015			
Renovações		214	
Concessões		33	
Gênero		Masculino	Feminino
		193	54
Categoria funcional	Médio	186	
	Superior	31	
	Especialização		

Saúde e Segurança no Trabalho (403)

A SANASA reconhece a Saúde e Segurança como um tema relevante para a gestão de suas equipes de trabalho.

Equipe de Saúde e Segurança no Trabalho em 2017:
 1 Engenheiro de Segurança do Trabalho;
 3 Médicos do Trabalho;
 19 Técnico de Segurança do Trabalho;
 3 Auxiliares de Enfermagem do Trabalho.

GESTÃO DE FORNECEDORES (103 – 1)

A Sanasa é uma das maiores contratantes da Região Metropolitana de Campinas e trabalha pela manutenção de uma relação de confiança e de transparência junto aos seus fornecedores. A cadeia de fornecedores é formada, em sua maioria, por empresas da RMC. Os gastos, em 2017, foram da ordem de R\$16.431.492, um acréscimo de 33% em relação ao ano anterior.

Sempre em busca de novos parceiros para ampliar a cadeia de fornecedores e diminuir os gastos com estoque de bens e produtos no almoxarifado, a SANASA adota, em alguns casos, a ATA de Registro de Preços. Esse recurso é usado nas aquisições de materiais e produtos, em que as empresas possuem

o compromisso de fornecimento a preços e prazos registrados previamente; contudo, a contratação só será realizada quando houver necessidade. Trata-se de movimentação e armazenagem de materiais que facilitam o fluxo de produtos desde o ponto de aquisição da matéria-prima até o ponto de consumo final, levando-se em conta inclusive o caminho dentro da empresa, evitando materiais de custo alto no estoque, redução do volume de materiais do estoque e /ou perda de bens e redução de compras fracionadas. Essa forma de gestão tem auxiliado na tomada de decisões com redução de custos, aumento da qualidade, maior eficiência na execução dos prazos, entre outros.

CRITÉRIOS SOCIOAMBIENTAIS (103-2)

Em 2017 a Sanasa aprimorou a gestão de fornecedores com base em critérios socioambientais para contratação. Isso se deu a partir da implantação da norma de qualificação técnica de materiais e equipamentos, que teve seu primeiro Pregão em fevereiro de 2018. A aplicação da norma representa um avanço para empresa e é amparada pela legislação para empresas estatais (Lei 13.303).

A norma prevê que o potencial fornecedor passe por qualificação técnica anterior ao processo licitatório e tem como objetivo minimizar o impacto de produtos considerados estratégicos para as operações do negócio e que em sua cadeia produtiva sejam reconhecidos insumos e controles de qualidade capazes de garantir segurança à saúde da população atendida. São considerados estratégicos todos os

materiais ou equipamentos que possam ter contato direto ou indireto com a água bruta ou tratada, redes de distribuição de água, redes coletoras de esgoto, coletores troncos e, fundamentalmente, aqueles relacionados ao tratamento de água e esgoto. Além desses produtos, também são estratégicos os que em sua falta ou falha possam influir no desempenho operacional, comprometendo a qualidade final ou colocando em risco a saúde e a segurança das pessoas ou meio ambiente.

Os critérios apontados na norma levam em consideração desde a infraestrutura das instalações, controle de matéria-prima, análise de amostras, rastreabilidade, logística e certificações. Embora, não faça parte da avaliação final para aprovação ou reprovação do produto, a SANASA também passou a

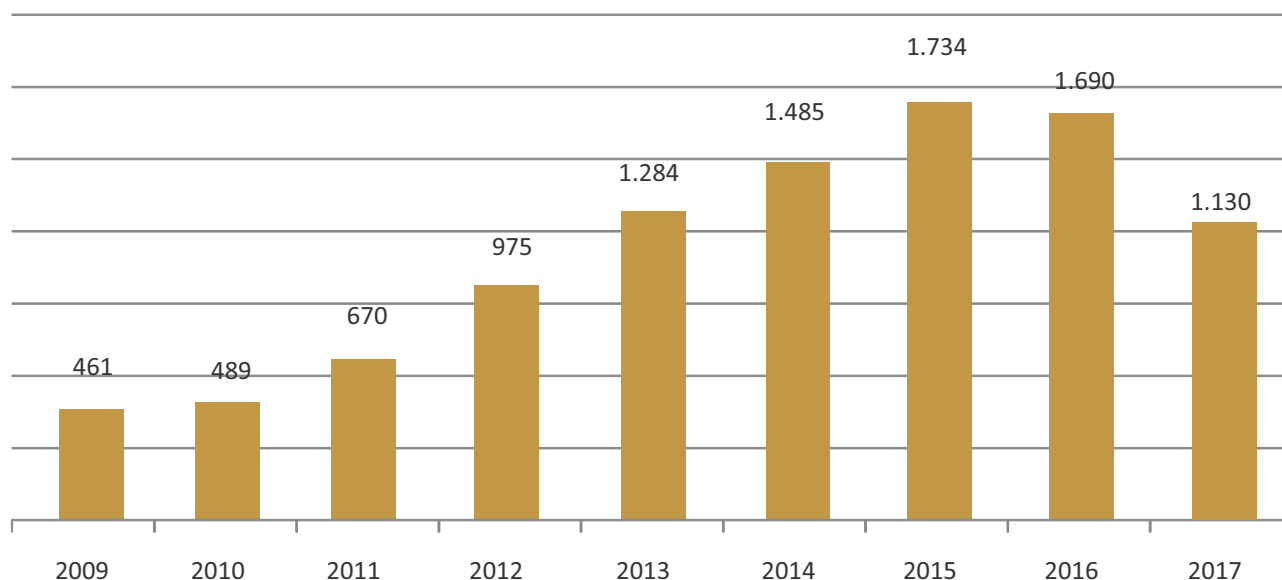
efetuar junto aos fornecedores qualificados o levantamento sobre o descarte de resíduos, reuso e reciclagem e ações junto à comunidade local. O plano da empresa é avançar nesses critérios, mas de forma a estimular seus fornecedores a desenvolverem práticas de responsabilidade socioambiental, uma vez que o mecanismo legal não possibilita a seleção de contratos por estes critérios.

A gestão de fornecedores mediante a norma de qualificação técnica traz, também, um ganho

importante para as operações do negócio ao garantir maior segurança no recebimento de produtos de boa qualidade, dentro dos prazos de mercado, sem prejuízo de rescisão contratual. A prática anterior à norma previa análise técnica dos produtos somente após a contratação e entrega final e quando considerados não conformes ao edital de compra eram devolvidos ao fornecedor abrindo novo prazo para entrega, ou podendo levar ao cancelamento do contrato, elevando para até 120 dias do procedimento para nova contratação.

NOVOS FORNECEDORES

Novos Fornecedores x Ano



CADEIA DE FORNECEDORES (102-09)



Quantidade de processos licitatórios em 2017:	Total 1.292
Quantidade de contratações de ME/EPP	Região RMC: 361
	Nível Nacional: 785

RMC:
Prestação de serviços: 30%
Produtos Químicos: 0
Materiais: 68%
Obras: 2%
Terceirizados: 0

Contratações Nível Nacional de ME/EPP
Prestação de serviços: 26%
Produtos Químicos: 4%
Materiais: 78%
Obras: 3%
Terceirizados: 5%

RESULTADO 2017

A Sanasa tem mantido uma política de austeridade para redução de custos, sem comprometer as operações e com garantias de resultado satisfatório na oferta de serviços à população beneficiada. Esta prática tem contribuído ano a ano para melhoria da performance financeira da empresa. Em 2017, o valor economizado totalizou R\$38.497 milhões, representando um percentual de 18% de economia

significativa através das modalidades de pregão eletrônico e presencial, dispensa de licitação e de leilão. Ao todo foram realizados 1.292 processos licitatórios, com valores que chegaram a alcançar R\$ 217.316 milhões, mas após negociações prévias ao fechamento do contrato registrou-se valores de R\$ 178.818 milhões.

Processos Concluídos (1º Janeiro à 31 de Dezembro/2017)

Modalidade	Qtde de Processos	Valor Estimado	Valor Contratado	Valor Economizado	%
CD	17	R\$ 4.184.121	R\$ 4.140.334	R\$ 43.787	1%
DL	674	R\$ 3.546.969	R\$ 3.238.656	R\$ 308.313	9%
Leilão	4	R\$ 1.389.179	R\$ 1.961.650	- R\$ 572.471	41%
PE	236	R\$ 207.984.700	R\$ 169.266.682	R\$ 38.718.018	19%
EXP	361	R\$ 211.390	R\$ 211.390	-	0%
Total	1.292	R\$ 217.316.359	R\$ 178.818.713	R\$ 38.497.647	18%

LEGENDA:

CD = Compra Direta

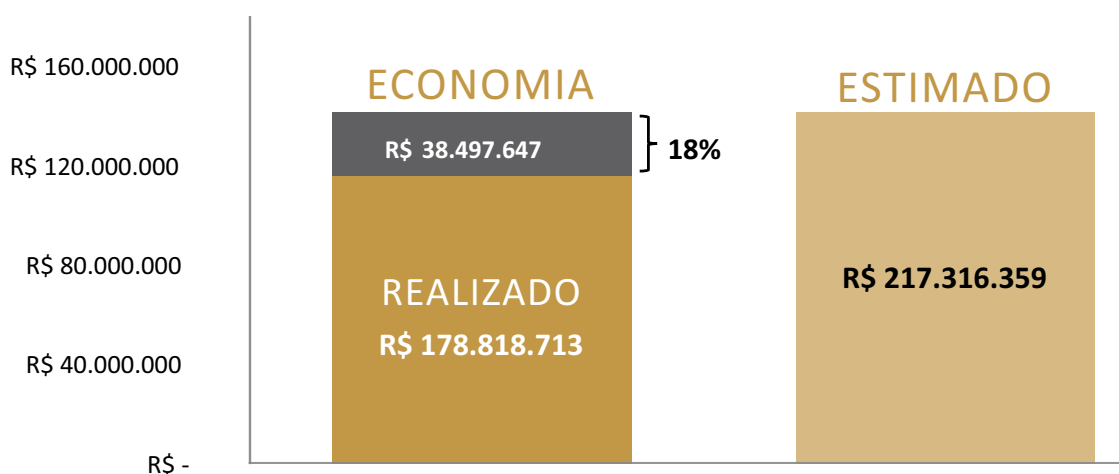
DL = Dispensa de Licitação

PE = Pregão Eletrônico

Ex = Expressa

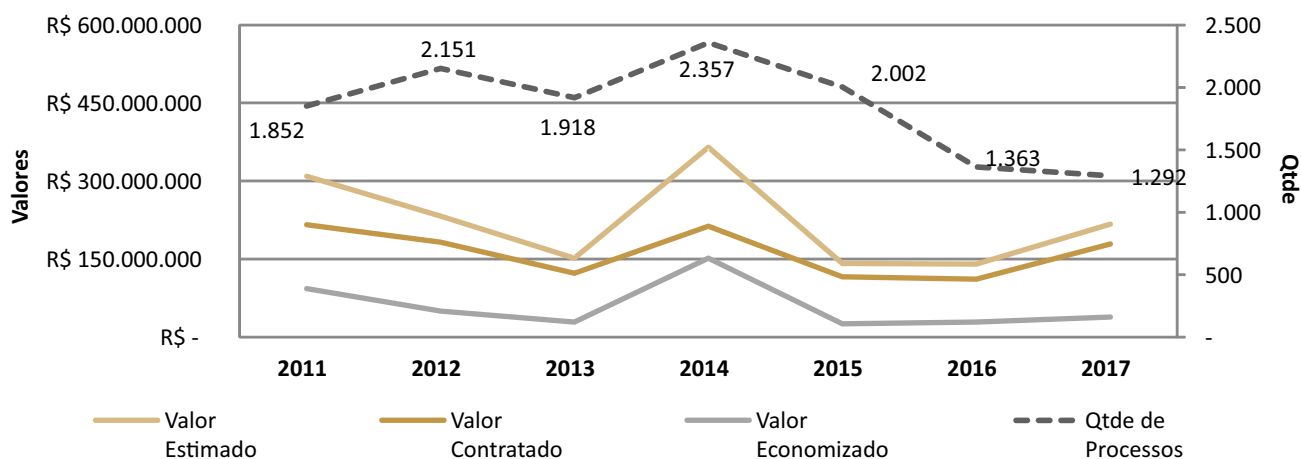
Os dados levantados são de processos licitatórios finalizados até 15/02/2018.

Realizado x Estimado 2017



Os dados levantados são de processos licitatórios finalizados até 15/02/2018.

Contratações - 2011 a 2017



Os dados levantados são de processos licitatórios finalizados até 15/02/2018.

QUADRO RESUMO - ANO

Modalidade	Qtde de Processos	Valor Estimado	Valor Contratado	Valor Economizado
2011	1.852	R\$ 309.068.781	R\$ 215.895.421	R\$ 93.173.360
2012	2.151	R\$ 232.381.769	R\$ 182.330.506	R\$ 50.051.264
2013	1.918	R\$ 151.939.448	R\$ 122.830.939	R\$ 29.108.509
2014	2.357	R\$ 365.139.948	R\$ 213.322.803	R\$ 151.817.145
2015	2.002	R\$ 141.521.546	R\$ 115.942.955	R\$ 25.578.591
2016	1.363	R\$ 140.652.233	R\$ 111.545.518	R\$ 29.106.705
2017	1.292	R\$ 217.316.359	R\$ 178.818.713	R\$ 38.497.647

Os dados levantados são de processos licitatórios finalizados até 15/02/2018.

Proporção de gastos com fornecedores locais (204-1)

Cidades	Gastos em 2012	Gastos em 2013	Gastos em 2014	Gastos em 2015	Gastos em 2016	Gastos em 2017
AMERICANA	R\$ 14.279.237	R\$ 11.431.830	R\$ 16.742.176	R\$ 533.783	R\$ 141.657	R\$ 154.321
ARTHUR NOGUEIRA	R\$ 389.672	R\$ 67.357	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CAMPINAS	R\$ 6.409.979	R\$ 6.847.654	R\$ 17.024.313	R\$ 2.678.159	R\$ 9.981.662	R\$ 7.818.861
COSMOPOLIS	R\$ 146.583	R\$ 164.414	R\$ 175.073	R\$ 7.427	R\$ 107.701	R\$ 10.372
HOLAMBRA	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 14.960	R\$ -	R\$ -
HORTOLANDIA	R\$ 116.868	R\$ 498.185	R\$ 1.696.800	R\$ 4.965.523	R\$ 108.485	R\$ 6.877
INDAIATUBA	R\$ 25.769	R\$ 12.017	R\$ 63.995	R\$ 19.247	R\$ 2.355	R\$ 7.104.090
MONTE MOR	R\$ 85.328	R\$ 2.450	R\$ -	R\$ -	R\$ 313.881	R\$ -
MORUNGABA	R\$ 68.000	R\$ 24.081	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
PAULINIA	R\$ 30.500	R\$ 17.723	R\$ 48.338	R\$ 2.830	R\$ -	R\$ 3.694
SUMARÉ	R\$ 131.908	R\$ 9.922.000	R\$ 15.599.514	R\$ 94.086	R\$ 1.015.396	R\$ 11.770
VALINHOS	R\$ 2.911.025	R\$ 150.242	R\$ 123.248	R\$ 433.135	R\$ 25.250	R\$ 16.545
SANTA BARBARA D'OESTE	R\$ 34.773	R\$ 128.285	R\$ 173.988	R\$ 52.588	R\$ 38.787	R\$ 1.300.212
VINHEDO	R\$ 28.440	R\$ 52.045	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.600
NOVA ODESSA	R\$ -	R\$ 4.560	R\$ -	R\$ 67	R\$ 1.182	R\$ 1.150
TOTAL	R\$ 24.658.082	R\$ 29.322.844	R\$ 51.647.445	R\$ 8.801.803	R\$ 11.736.357	R\$ 16.431.492

2012 para 2013 => AUMENTO DE 18,92%

2013 para 2014 => AUMENTO DE 76,13%

2014 para 2015 => REDUÇÃO DE 82,96%

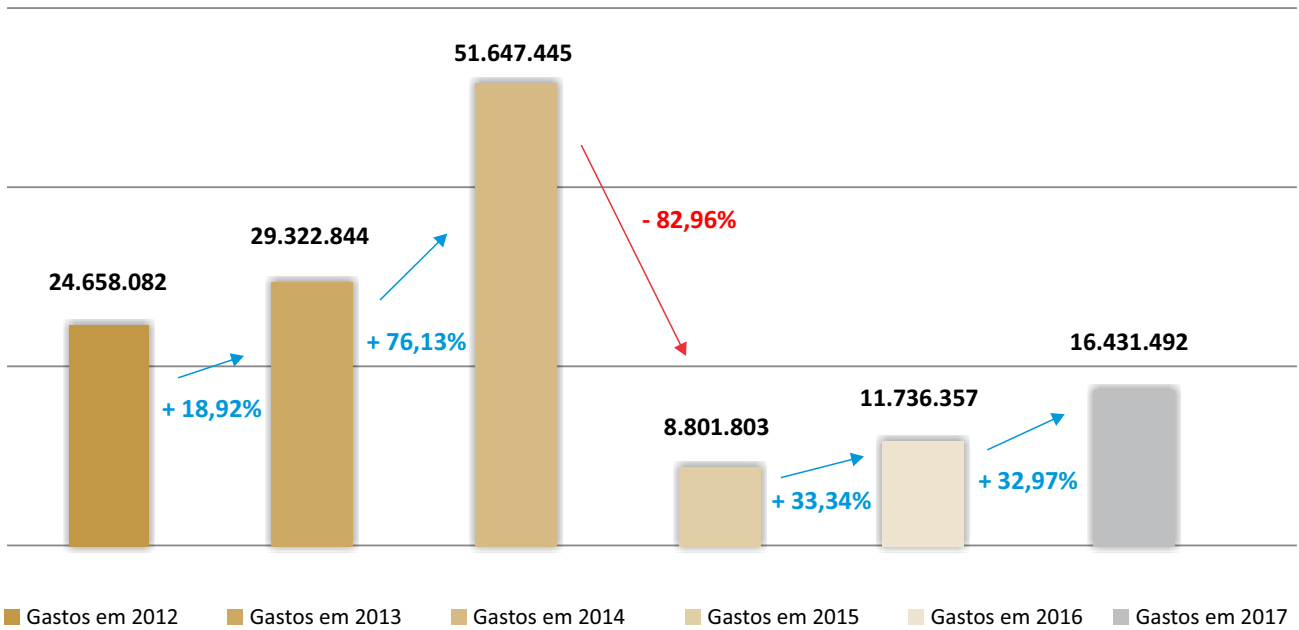
2015 para 2016 => AUMENTO DE 33,34%

2016 para 2017 => AUMENTO DE 32,97%

*2012 para 2017 => REDUÇÃO DE 52,40%

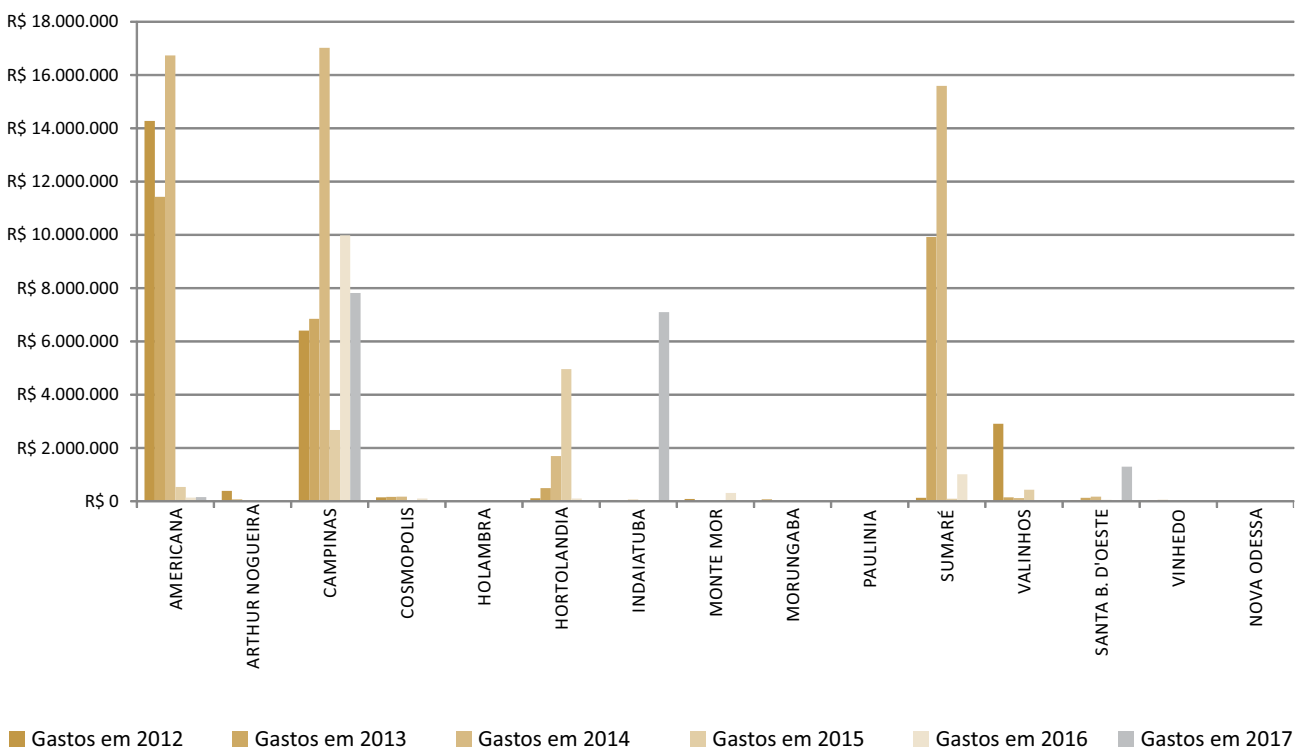
Os dados levantados são de processos licitatórios finalizados até 15/02/2018.

Gastos com Fornecedores Locais - Total em R\$



Os dados levantados são de processos licitatórios finalizados até 15/02/2018.

Gastos Com Fornecedores Locais em Unidades Operacionais Importantes



Os dados levantados são de processos licitatórios finalizados até 15/02/2018.

CLIENTES E CONSUMIDORES

AVALIAÇÃO DA PERCEPÇÃO DOS CLIENTES

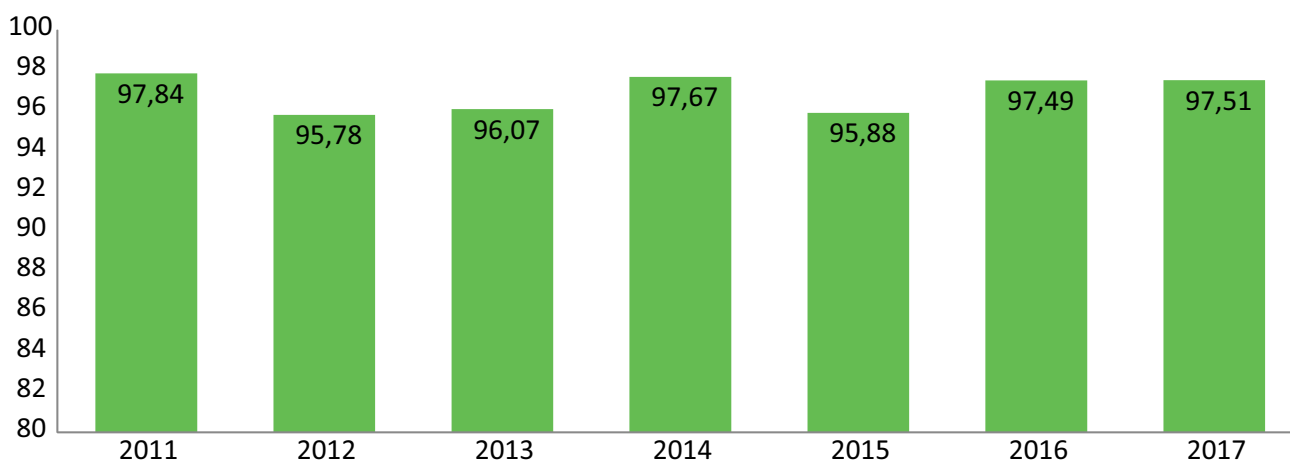
Como forma de avaliar a satisfação na percepção dos clientes, a SANASA realiza mensalmente a Pesquisa de Satisfação dos Clientes, cujos dados e resultados são monitorados por um indicador de desempenho, o “Índice de Satisfação dos Clientes”.

A pesquisa é realizada com clientes que solicitaram serviços relacionados aos reparos de água, reparos de esgoto, reparos diversos, ligações de água e ligações de esgoto, entre outros. De forma pró ativa, a SANASA através da Coordenadoria de Protocolo e Expediente entra em contato com o cliente para que ele responda um questionário padronizado, atribuindo notas que variam de zero a dez, além de preencherem campos com sugestões, elogios ou reclamações, principalmente quando as notas atribuídas forem iguais ou inferiores a quatro. O questionário possui cinco perguntas que consideram a percepção do cliente sobre o atendimento recebido na agencia de atendimento ou no Call Center sobre o prazo de execução do serviço, como classifica a

finalização do serviço executado e como avalia a atuação do funcionário que executou o serviço.

O espaço amostral para a aplicação dos questionários é definido como no mínimo 1% do total de serviços executados no mês anterior, pertencentes àqueles grupos de serviços pré-estabelecidos. Mensalmente, o resultado dessa pesquisa é monitorado pela Gestão da Qualidade, que analisa as respostas dos questionários e compila os dados para compor o indicador de desempenho - “Índice de Satisfação dos Clientes”. Quando as respostas são insatisfatórias ou o indicador de desempenho não atinge a meta, as gerências e coordenadorias responsáveis são notificadas por relatório eletrônico para que tomem ações corretivas, sendo que os prazos e a eficácia das ações tomadas também são monitorados e registrados. Tais ações buscam a melhoria contínua que resulta na não reincidência dos pontos expostos pelos clientes nessas respostas.

Pesquisa de Satisfação de Clientes (%) por ano - respostas notas de 05 a 10



A Pesquisa de Satisfação de Clientes é uma das mais importantes ferramentas do sistema de gestão da qualidade. Através dela sabe-se o que os clientes estão pensando e sentindo em relação à empresa e, assim, é possível identificar as oportunidades de melhorias nos processos.

Pelos resultados obtidos nos últimos anos, a percepção é que o fato da empresa ter um bom índice de satisfação já evidencia a preocupação em se manter o comprometimento com a qualidade e a satisfação dos clientes, propiciando um diferencial de competitividade e permitindo melhorar ainda mais o seu posicionamento no mercado perante os clientes.

Além disso, a gestão da Pesquisa de Satisfação

consiste na busca permanente de ações que possibilitem atender as reclamações ou insatisfação dos clientes. Nas informações obtidas através do Call Center, a área de Gestão da Qualidade administra as respostas por ambas as partes, chegando à conclusão de qual reclamação procede ou não procede. Assim, é analisado se o serviço foi executado de acordo com as normas da empresa, ou seja, com o cumprimento do tempo e do serviço executado. Caso o cliente tenha razão, é feito feedback através de e-mail, posicionando-o a respeito da insatisfação gerada. Esse trabalho propicia a gestão de eficácia da empresa, como também a revisão de procedimentos de trabalho, quando necessária, e a integração de todas as áreas envolvidas que tratam as respostas dos clientes.

CLIENTES ESPECIAIS

Em 2017, a SANASA concentrou seus esforços na melhoria da performance dos processos internos e na normalização das relações comerciais, especificamente, com o grupo de grandes consumidores, que se enquadram em políticas tarifárias específicas, tais como os “Clientes Fidelidade”, “Demanda Mínima” e “Grupo Hospitalar”. Os grupos de clientes inscritos nessas políticas receberam atenção particular, com vistas ao enquadramento das normas que regem regimes tarifários diferenciados, bem como à normalização dos fluxos de pagamentos.

Isso coincide com os interesses da empresa em atender suas metas comerciais, de fluxo de caixa e de qualidade no atendimento. A regularização de pendências, sejam elas em relação a contratos ou de carteira de inadimplentes, são necessidades

fundamentais, as quais garantem, entre outros, a manutenção dos níveis de descontos para o grupo de consumidores carentes.

A SANASA garante a mesma qualidade da água e capacidade de tratamento de esgoto aos seus clientes, independentemente de seu consumo. Em 2017 a empresa se empenhou em alcançar o equilíbrio financeiro oferecendo opções e negociações para Clientes Especiais que resultaram na diminuição dos níveis de inadimplência.

Embora o indicador demonstre um aumento do percentual de inadimplência total, causado principalmente pela inadimplência do setor público, conforme demonstrado no gráfico abaixo, as negociações com os Clientes Especiais surtiram efeito e deverão contribuir, já no próximo ano, para a diminuição do indicador geral.

Gráfico 1: Distribuição da inadimplência por categoria (em Reais e % em relação ao Total)

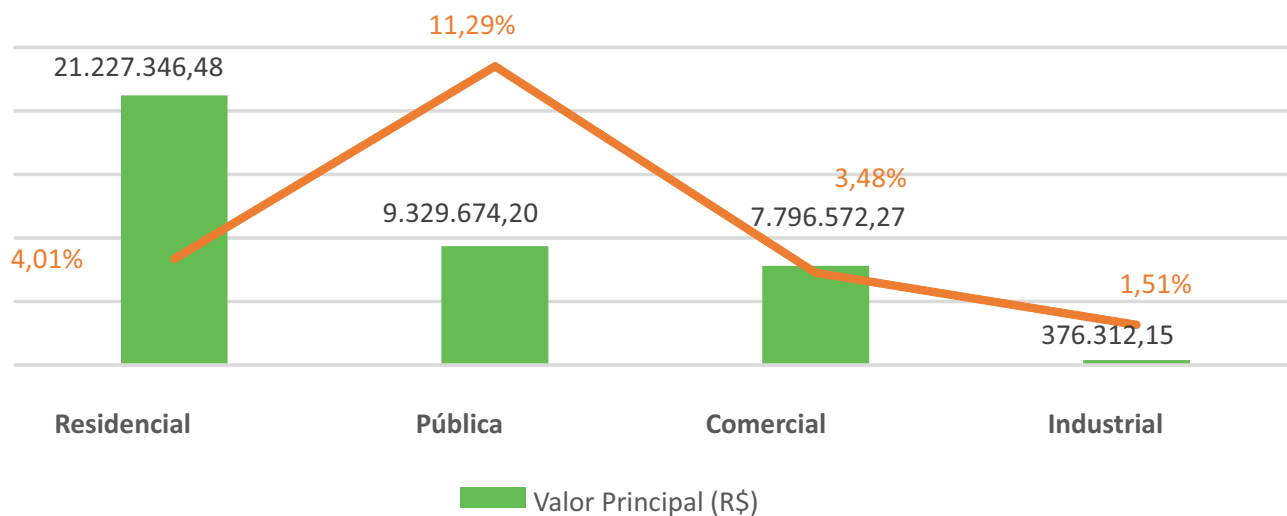
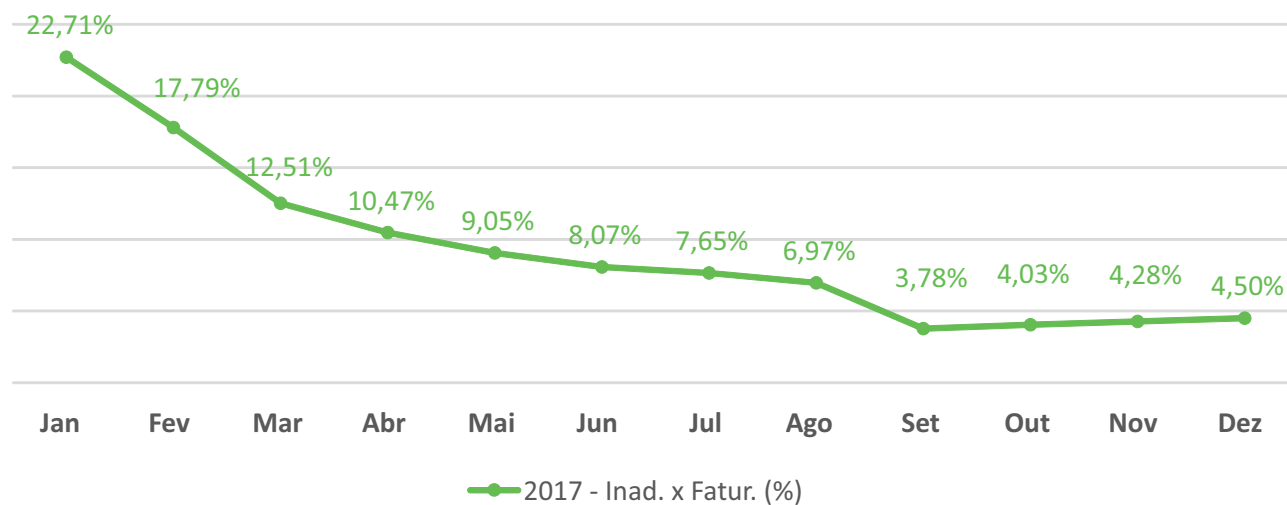


Gráfico 2: Evolução do % de Inadimplência ao longo de 2017 (por mês)



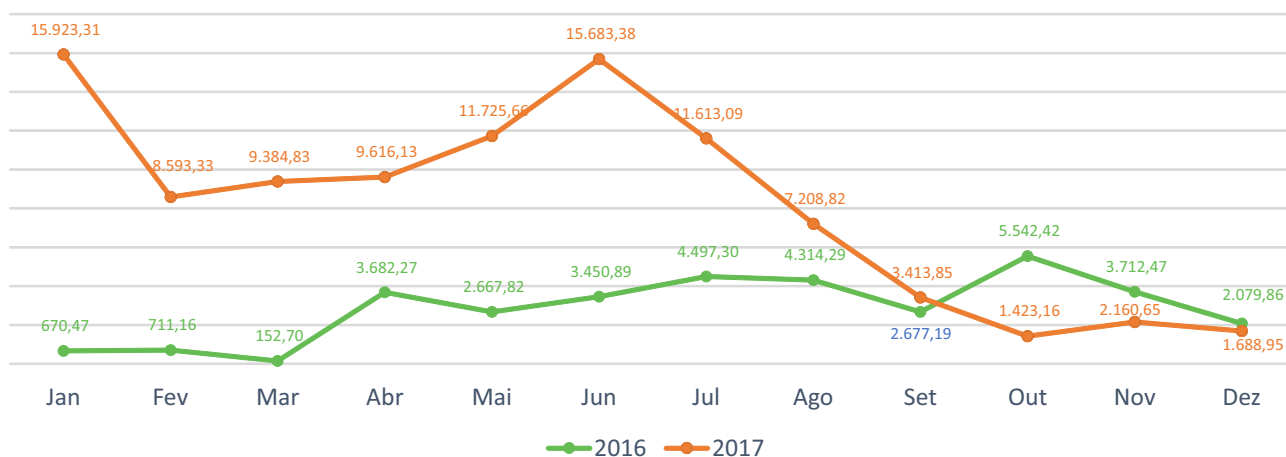
Outra iniciativa importante foi o esforço para diminuir os passivos provenientes de danos causados às redes por terceiros. Esses danos são provocados por grandes construtoras, empreiteiras, companhias de abastecimento de energia e gás, dentre outros, as quais, por exemplo, rompem dutos durante a execução de obras não relacionadas ao tema do saneamento, gerando prejuízos financeiros à empresa e desabastecimento nas regiões atingidas.

Para os maiores causadores de danos, a SANASA

negociou caso a caso e definiu novas formas de relacionamento com essas empresas, mediante a definição de processos facilitadores que possibilitaram a reparação de danos com rapidez e segurança.

Processos internos também foram revistos com o objetivo de diminuir os custos e ampliar a eficiência das operações, como é o caso da revisão de processos com protestos em cartório, cujos gastos podem superar, em alguns casos, somas anuais superiores a R\$ 100 mil.

Gráfico 3: Evolução dos custos com cartórios 2016 X 2017



Todas as medidas citadas têm, como objetivo mais amplo, contribuir para que a empresa mantenha seu padrão de injeção de receitas e, dessa forma, possa manter suas políticas de relacionamento com os clientes e a comunidade.

Também permite a inclusão, de acordo com o perfil, de determinados clientes a um conjunto de políticas de descontos e incentivos, os quais garantem a rentabilidade da empresa ao estimular o uso de suas redes, ao invés de fontes alternativas, como, por exemplo, poços artesianos.

Maiores clientes m³ / R\$

Tabela 1: Os 20 maiores clientes da Sanasa em 2017

RAZÃO SOCIAL	VOLUME MERCADO (M ³)	VALOR TOTAL FATURADO (R\$)
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS	47.476	2.075.992,68
UNIVERSIDADE EST DE CAMPINAS	45.461	1.797.036,07
AEROPORTOS BRASIL VIRACOPOS SA	25.301	489.670,25
CPFL COMP PAULISTA FORÇA E LUZ	8.766	440.210,63
SOC CAMP EDUC INSTR PUCCAMP	13.312	414.667,75
ODEBRECHT AMBIENTAL SUMARE S/A	130.782	301.184,00
FUNDACAO CASA	4.495	278.451,18
CIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO	5.455	262.073,53
ADM E COM C LOG VIRACOPOS LTDA	6.072	249.491,38
PENITENCIARIA FEMININA DE CPS	3.742	234.450,60
FUNDACAO CPQD	9.371	226.059,16
TELEFONICA BRASIL S/A	3.793	206.397,79
ASS COND SHOP PQ DAS BANDEIRAS	8.118	200.197,00
HOTEIS ROYAL PALM PLAZA LTDA	15.212	184.639,16
MATERNIDADE DE CAMPINAS	5.236	166.772,93
FUNCAMP CONJ HABITACIONAL	11.716	165.446,10
CARREFOUR COM E IND LTDA	3.072	157.038,25
HOSPITAL MUN DR MARIO GATTI	1.472	155.514,87
SAMSUNG ELET DA AMAZONIA LTDA	4.979	153.170,37
BAGLEY DO BRASIL ALIM LTDA	4.295	149.442,48

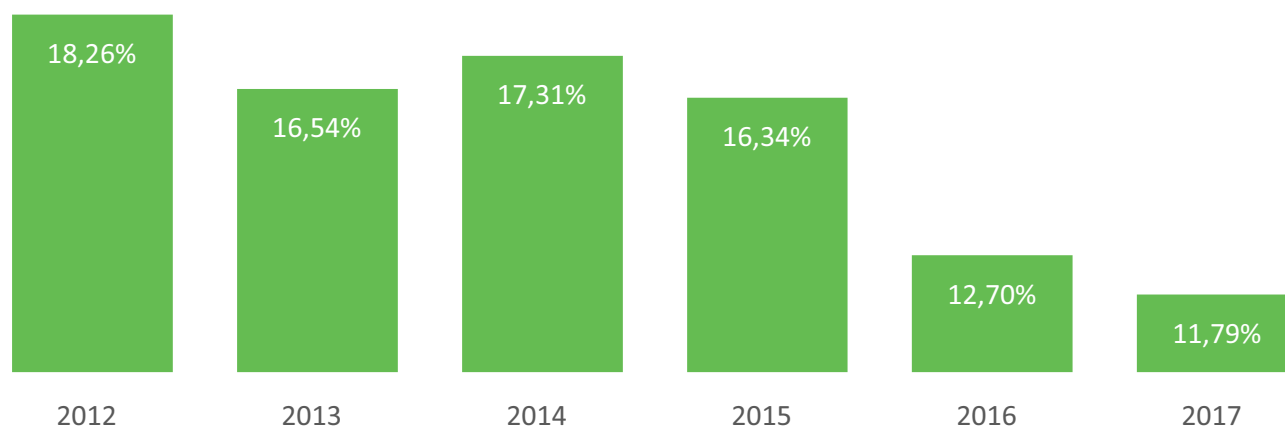
Clientes Fidelidade

A política de Clientes Fidelidade é aplicada aos adimplentes que apresentam consumo acima de 120m³ por mês, e que pertençam às categorias comercial ou industrial. O objetivo desta política é de contribuir para o desenvolvimento econômico do município, estimulando a atividade econômica e garantindo o abastecimento de qualidade, com desconto de 20% sobre a conta. Os Clientes

Fidelidade representam 11,79% do volume de consumo (em metros cúbicos) e 19,84% do faturamento da empresa.

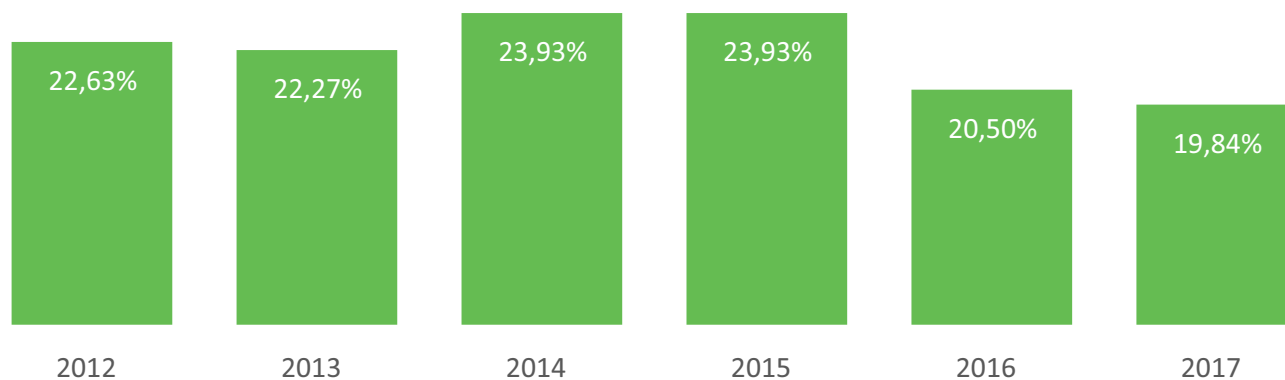
Além dos Clientes Fidelidade, a SANASA possui uma categoria de Clientes de Demanda Mínima, ou seja, unidades com alto volume em metros cúbicos e preços diferenciados praticados de acordo com o consumo.

Gráfico 4: % do consumo dos Clientes Fidelidade e Demanda Mínima por ano (em metros cúbicos)



Fonte: Relatório enviado pelo Setor de Contabilidade Gerencial (FCO) e RFI0050.

Gráfico 5: % do valor faturado com os Clientes Fidelidade e Demanda Mínima por ano



Fonte: Relatório enviado pelo Setor de Contabilidade Gerencial (FCO) e RFI0050.

Todas as políticas e iniciativas de desconto e incentivo estão sempre equilibradas entre a necessidade de prestar serviços de qualidade e a manutenção da capacidade financeira da empresa. Combinar esses valores, ou seja, a responsabilidade pública da empresa, com a necessidade de manter sua sustentabilidade financeira, obrigam a SANASA a utilizar todos os recursos disponíveis para manter a inadimplência nos mais baixos níveis a cada ano.

Como afirmamos anteriormente, diferentes medidas foram tomadas para diminuir o impacto da inadimplência na saúde financeira da empresa. Comunicados, negociações e renegociações, assinatura de reconhecimento de dívida são alguns dos mecanismos utilizados para que as partes envolvidas possam alcançar bons resultados quando a inadimplência surge.

Gráfico 6: % de inadimplência por ano

Inadimplência Valor Principal (R\$) x Faturamento por Vencto (R\$) - Partic. %

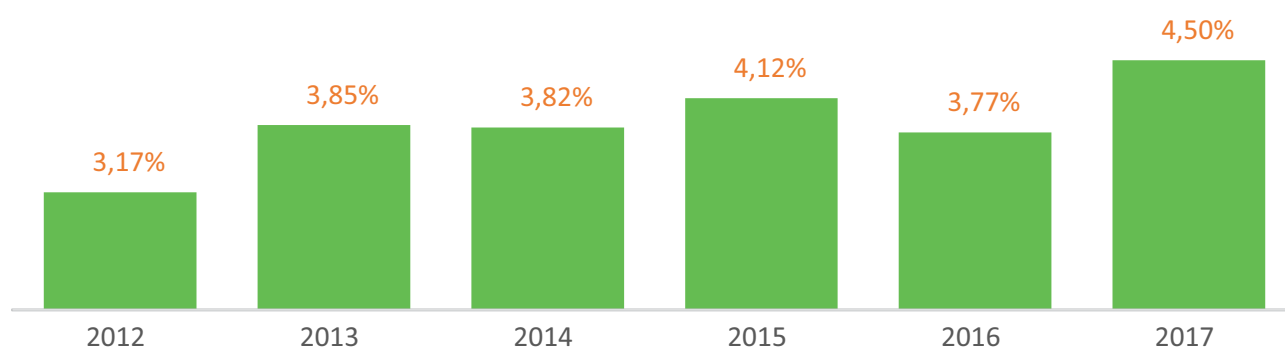
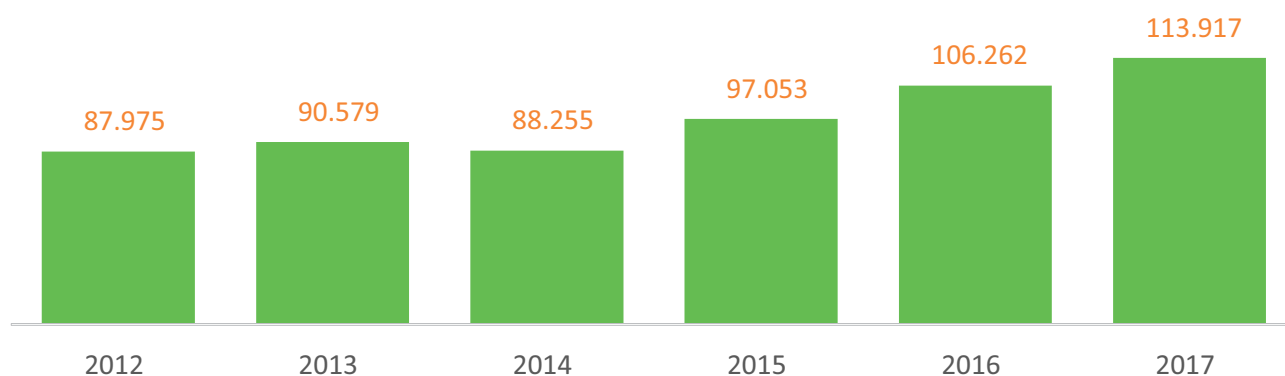


Gráfico 7: Quantidade de Inadimplentes (por ano)

Qtde Cód. Consumidores com Base nas Faturas Vencidas



Fonte: Dados do Faturamento por Vencto extraídos via Web no Portal Cobrança e os dados da Inadimplência enviado arquivo txt através da Coordenadoria PIC.

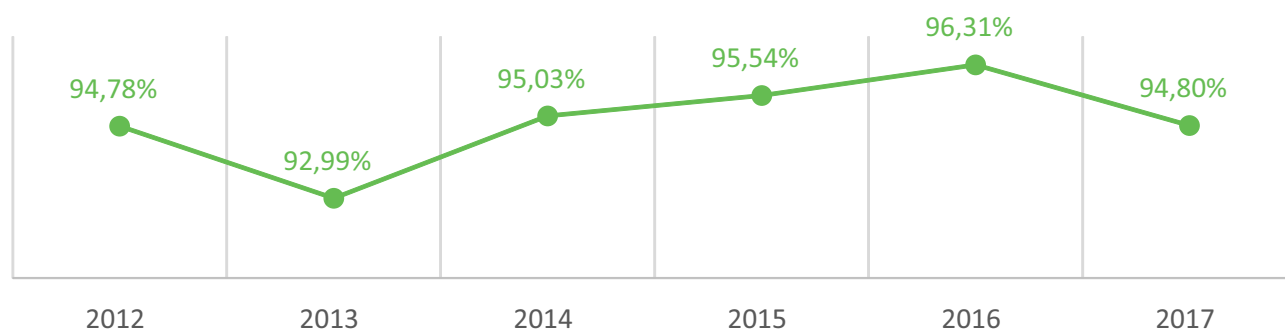
Quando as tentativas iniciais fracassam a SANASA aciona outros instrumentos para garantir os pagamentos em atraso. Mecanismos como o corte de ligações e o início de ações judiciais de cobrança são os últimos recursos a disposição da empresa, a qual os executa de maneira justa e muito bem fundamentada. O mecanismo de corte resulta em efetivação de pagamentos em um volume bastante considerável e as ações judiciais contribuem para o resgate de outra parte dos pagamentos não efetuados.

O tratamento justo e respeitoso para com os clientes é uma postura valorizada internamente e constantemente fiscalizada, inclusive com as equipes da empresa terceirizada, a qual é responsável por boa parte do processo de corte e religação.

A valorização das ações de corte se justifica sob dois aspectos financeiros essenciais: a relação custo-benefício do processo e a alta taxa de retorno de pagamentos após executados os cortes.

Em 2017 a quantidade de religações efetuadas após 48 horas do corte foi de aproximadamente 95%. Isso significa que a cada 100 cortes realizados cerca de 95 clientes quitaram suas dívidas, ou seja, a taxa de sucesso dessa política, considerada apenas após esgotadas as outras tentativas e com no mínimo 30 dias de inadimplência, resulta em um ingresso de receita considerável, ainda que a maior parte seja proveniente de unidades de consumo residencial.

Gráfico 8: % da relação entre a quantidade de cortes e religações realizadas (por ano).

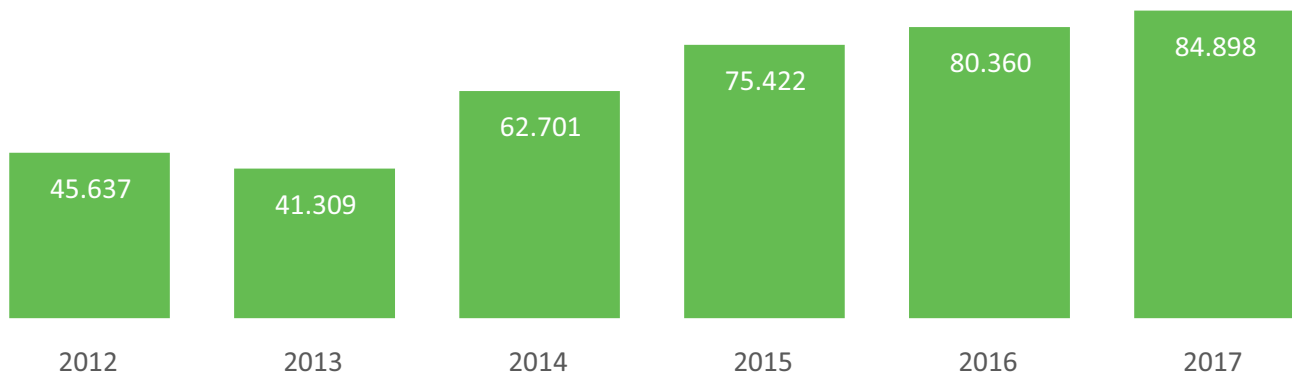


Fonte: Dados extraídos via Web no Portal Gestão de Novos Negócios.

Obs.: o indicador apresenta a taxa de sucesso das operações de corte no combate à inadimplência, ou seja, quanto maior o % apresentado mais unidades quitaram suas dívidas após o corte do abastecimento.

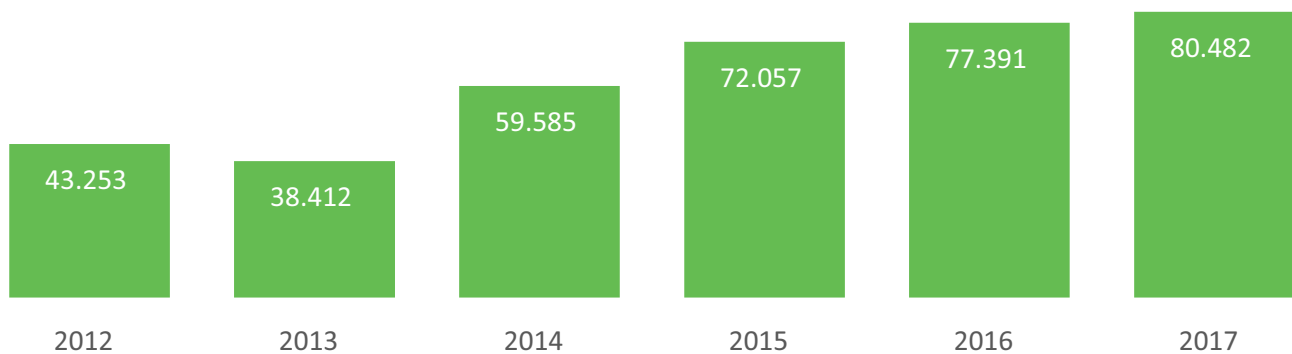
O sucesso dessa operação passa, também, pelo aumento da produtividade, demonstrado no próximo gráfico.

Gráfico 9: Quantidade de cortes de abastecimento por inadimplência processados no município de Campinas (por ano)



Fonte: Dados extraídos via Web no Portal Gestão de Novos Negócios.

Gráfico 10: Quantidade de religações de abastecimento processadas no município de Campinas (por ano)



Fonte: Dados extraídos via Web no Portal Gestão de Novos Negócios.

A observação dos gráficos demonstra também o volume significativo de cortes e religações executadas pela área ao longo de 2016. Quantificados dessa forma, é possível verificar, para além de seu impacto financeiro positivo já comentado anteriormente, a extensão da política em termos operacionais.

Outras Receitas

A SANASA também realiza a gestão de contratos de obras, empreendimentos, loteamentos, acréscimo de demanda e outros itens, os quais promovem a ampliação das receitas da empresa.

A gestão dos contratos consiste na negociação, celebração e administração dos contratos de execução de obras e outras avenças, entre a SANASA e construtoras, cooperativas, condomínios, loteadores, pessoas físicas.

Contrato de Execução de Obra

Ano	Contratos Vigentes
2016	114
2017	123

Arrecadação dos Serviços

SERVIÇOS	TOTAL 2016 (R\$)	TOTAL 2017 (R\$)	2017 X 2016 VAR. (%)
ACRÉSCIMO DE DEMANDA	401.752,05	236.635,74	-41,10%
% EFLUENTES SANITÁRIOS	82.024,61	124.904,79	52,28%
PARTICIPAÇÃO NA ETE	1.742.052,64	1.199.520,28	-31,14%
OBRAS EXTERNAS	6.906.364,60	9.844.021,99	42,54%
AUTORIZAÇÃO DE USO	1.435.152,72	730.578,96	-49,09%
INDIVIDUALIZAÇÃO	333.978,34	233.375,69	-30,12%
TOTAL	10.901.324,96	12.369.037,45	13,46%

GESTÃO DA QUALIDADE

Uma companhia de saneamento reúne características de empresa pública e privada, simultaneamente. Trata-se da prestação de um serviço de fornecimento de produto industrializado (água tratada) em domicílio e coleta de outro produto (esgoto), também a ser processado numa planta industrial durante 24 horas, com envolvimento de saúde pública e gestão ambiental, pontos diretamente ligados à administração pública e de interesse da sociedade civil.

Na SANASA, o Sistema de Gestão da Qualidade gerencia os documentos internos e externos, que retratam as rotinas de trabalho dos setores da empresa e os indicadores de desempenho que estão ligados aos processos e ao Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). Desde 2004, o Sistema tem sido auditado anualmente pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, para manter a certificação de gestão da qualidade de acordo com os padrões da norma NBR ISO 9001.

A conquista de certificações e creditações integra as Diretrizes Estratégicas da SANASA e representa a busca pela melhoria contínua dos processos e atividades. A implantação dos sistemas de gestão propicia ganhos significativos para a prosperidade do negócio e reflete avanços nas rotinas internas de trabalho da empresa, devido à padronização das atividades e estabelecimento de controles e monitoramentos de processos e operações que embasam a tomada de decisão e garantem a qualidade dos produtos e serviços e a proteção do meio ambiente, além de refletir externamente, aumentando a confiabilidade e promovendo a

imagem institucional da empresa.

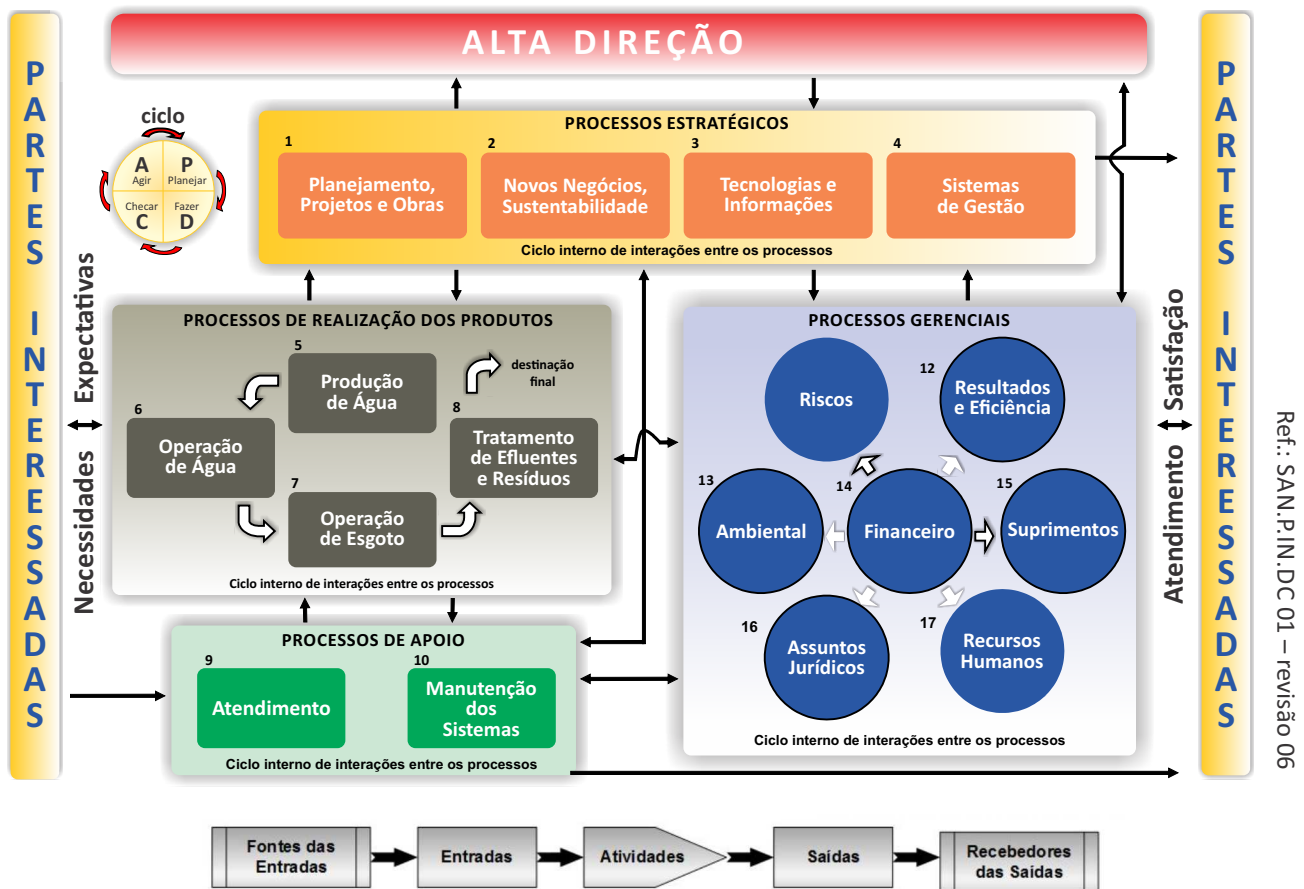
Portanto, é um grande e permanente desafio receber e manter uma Certificação de Qualidade, e ainda procurar inovar e melhorar as atividades numa empresa de capital misto, com processos industriais, agências de atendimento comerciais, estruturas administrativas e financeiras e diversos aparatos de operação e manutenção, divididos e serpenteados por todos os logradouros públicos. Para a melhoria do sistema é preciso que cada empregado da SANASA adote os valores de gestão da qualidade para nortear suas ações e encargos diários.

No período de 2004 a 2017 a Gerência de Gestão da Qualidade e de Relações Técnicas ministrou cursos de formação de auditores internos e reciclagens, envolvendo atividades teóricas e práticas e treinamentos internos para comunicação da Política da Qualidade e das ferramentas do Sistema de Gestão. A capacitação tem sido um dos fatores de sucesso e de melhoria contínua nos processos da empresa.

A Política e os Objetivos da Qualidade foram revisados em 2017 para adequar à versão 2015 da referida Norma NBR ISO 9001. Tem em seu escopo a Produção e Operação de Água, Operação e Tratamento de Efluentes e Resíduos do Município de Campinas, visando atingir as necessidades e expectativas das partes interessadas, observando: a gestão empresarial, o desenvolvimento de ações socialmente responsáveis e de vanguarda tecnológica, voltadas à melhoria dos processos e à Sustentabilidade.

Os sistemas de Gestão da SANASA estão embasados no mapa de processos, revisado em 2017:

Mapa de processos e interações



Com a finalidade de manter a conformidade de seus produtos, a SANASA realiza uma série de inspeções e análises laboratoriais ao longo dos processos de produção de água (que engloba a captação e tratamento de água), operação de água (que engloba reservação, distribuição e ligação), operação de esgoto (que engloba ligação, coleta e afastamento) e tratamento de efluentes e resíduos (que engloba tratamento de esgoto e destinação final dos resíduos), além da análise crítica anual do sistema de gestão. Em 2017 foram realizadas uma auditoria interna, três auditorias extraordinárias e uma externa para manutenção e upgrade de versão da norma ABNT NBR ISO 9001:2015, que resultou no 12º ano consecutivo sem não-conformidades, o que é um marco no programa de Gestão da Qualidade na SANASA, mantendo o certificado.

As auditorias internas e externas são aferições, mas todo investimento feito só será justificado se utilizado dentro da rotina, que não é a simples repetição de atribuições e, sim, a evolução delas no tempo.

A programação da auditoria interna contempla pelo menos uma atividade de cada processo ao longo de

sua realização para que todos os processos sejam auditados no ano.

Desde 2009 vem sendo utilizada uma ferramenta na intranet (ambiente web), desenvolvida pelo setor de informática da empresa, que permite o relato dos fatos identificados ao longo da realização das atividades no dia a dia (relatórios espontâneos) e ao longo das auditorias (internas e externas).

Internamente, em 2017, foram registrados 673 relatórios, sendo:

- 412 conformidades,
- 145 não conformidades,
- 32 observações,
- 18 oportunidades de melhorias,
- 48 melhorias executadas e,

Nota: dos 673 relatórios, 18 foram cancelados por motivos variados, tais como: não aplicável, duplicidade, teste e etc.

Externamente, em 2017, foram registradas 3 observações pelos auditores da ABNT. E no quadro a seguir podem ser visualizados os resultados das auditorias externas desde 2004:

Ano	Não Conformidades	Observações	Oportunidades de Melhoria	Auditoria	
2004	2° semestre	15	7	3	Certificação*
2005	1° semestre	3	4	4	Manutenção
2005	2° semestre	1	3	0	Manutenção
2006	2° semestre	0	3	1	Manutenção
2007	2° semestre	0	3	1	Renovação
2008	2° semestre	0	3	0	Manutenção
2009	2° semestre	0	3	1	Manutenção
2010	2° semestre	0	1	2	Renovação
2011	2° semestre	0	3	3	Manutenção
2012	2° semestre	0	2	0	Manutenção
2013	2° semestre	0	1	3	Renovação
2014	2° semestre	0	3	0	Manutenção
2015	2° semestre	0	4	2	Manutenção
2016	2° semestre	0	6	1	Renovação
2017	2° semestre	0	3	1	Renovação Up Grade
TOTAL		19	49	21	

Nota: * Auditoria externa com testemunho do INMETRO.

Pensando na expansão dos Sistemas de Gestão da Empresa e ainda no cumprimento da legislação aplicável, foi dada continuidade à implantação da Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025 (que estabelece requisitos gerais para a competência de laboratórios de ensaio e calibração) nos laboratórios de hidrometração, análise e controle da qualidade de água e análise e controle dos efluentes tratados.

A SANASA foi uma das empresas de saneamento do país, selecionada para participar do Projeto Acertar, que é parte do Programa Interáguas do Ministério das

Cidades, para o desenvolvimento de uma ferramenta para Prestadores e Agências Reguladoras para certificação de dados e indicadores do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). No ano de 2017, foi desenvolvida a Etapa 3 do Projeto Acertar e a SANASA recebeu a visita dos auditores da empresa Deloitte, que teve como objetivo a validação dos Guias preliminares de Certificação das Informações do SNIS.

E na área de Relações Técnicas, cabe ressaltar a participação da SANASA nos seguimentos:

·ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO - ASSEMAE

Entidade de classe que representa as empresas, autarquias e os departamentos de água e esgoto e serviços de saneamento controladas pelos municípios.

A SANASA, como empresa associada, tem participação nessa entidade através da representação nos Comitês PCJ, ocupando parte das vagas a ela destinadas. Ocupa a 3ª Vice-Presidência, a Presidência da regional São Paulo e uma vaga no Conselho Fiscal, todas com direito a voto nas deliberações.

Anualmente tem participado ativamente das assembleias nacionais da Assemae através de apresentação de trabalhos Técnicos e participação nas discussões de temas relacionados ao Saneamento.

A SANASA patrocinou e participou ativamente da organização da 47ª Assembleia Nacional da ASSEMAE, reconhecida como um dos grandes eventos de saneamento básico, que ocorreu no período de 19 a 22 de junho de 2017 em Campinas/SP. Sob o tema “Saneamento Público Municipal: um caminho para o Brasil”, o evento apresentou a força dos municípios no setor de saneamento, a partir da intensa programação de painéis, mesas-redondas, apresentações de trabalhos técnicos, exposição de soluções inovadoras e feira de tecnologias com aproximadamente 60 estandes, e que contou com a participação de aproximadamente 3.000 pessoas.

A Assembleia ocorreu conjuntamente com a 21ª Exposição de Experiências Municipais em Saneamento, que teve a participação da SANASA com os seguintes Minicursos, Mesas-redondas, Painéis de Debates e Trabalhos técnicos:

- Minicurso: Eficiência Operacional e controle de perdas;
- Minicurso: Modelagem de Estação de Tratamento de Esgoto;
- Mesa Redonda: 10 anos da Lei 11.445/2007 – Planejamento e controle social.
- Painel: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.
- Projeto de uso racional da água em escolas públicas;
- A importância de ações voltadas a educação ambiental em uma empresa de saneamento;

- Ciclo da água no saneamento - Oficina com laboratórios móveis de uso consciente da água e lançamentos de esgoto;
- Reordenamento e expansão do projeto água limpa: resultados apontam avanços na perspectiva da sustentabilidade;
- A importância da inspeção e especificação de materiais na empresa de saneamento;
- Implantação de ferramentas de gestão através de cooperação técnica entre os serviços de saneamento;
- Economia nas licitações
- Aplicação de sais de ferro no controle de odores dos RAFAS da ETE Anhumas;
- Estudo de caso – Levantamento de perfil e consumo e submedição de hidrômetros em ligações de água domiciliares;
- Um olhar humano para a norma de gestão da qualidade (NBR ISO 9001:2015) em uma empresa de saneamento;
- EPAR Capivari II – Aspectos operacionais de um sistema MBR para o tratamento de esgoto doméstico;
- Avaliação da metodologia para quantificação de biomassa aderida em sistemas de MBBR e IFAS nas plantas da SANASA;
- Cooperação institucional entre o grupo de voluntariado da empresa de saneamento e universidade para desenvolvimento de projetos comunitários, sociais e de educação ambiental: um exemplo de boas práticas;
- Sustentabilidade, garantia de continuidade lucrativa das empresas, através da geração eficiente de resultados com o ressarcimento de danos;
- Gerenciamento das informações documentadas através do sistema de gestão da qualidade.

Além disso, no último dia de evento, a SANASA recebeu visitas técnicas, de pessoas ligadas ao saneamento das mais variadas localidades do país, em seu Centro de Controle Operacional (CCO) e na Estação de Produção de Água de Reuso (EPAR) Capivari II.

Importante salientar também que o melhor Trabalho Técnico apresentado na 21ª Exposição de Experiências Municipais em Saneamento foi desenvolvido por funcionários do setor de Micromedição da SANASA, com o título “Estudo de caso - Levantamento de perfil de consumo e submedição de hidrômetros em ligações de água domiciliares”.

COMITÊS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ

Um dos mais organizados do país, o Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (CBH-PCJ), criado por meio da Lei Estadual Paulista nº 7.663/91, foi instalado no dia 18 de novembro de 1993 como o primeiro comitê de bacias do Estado de São Paulo. Baseado no modelo de gestão das bacias europeias, o CBH-PCJ tem por objetivo gerenciar os recursos hídricos de uma das regiões mais críticas do Estado quanto à qualidade e quantidade das águas, lidando com questões delicadas, como o Sistema Cantareira.

Por se tratar de uma extensão descentralizada do governo do Estado, sua importância se dá na possibilidade de atuação de vários atores da sociedade e visão integrada na gestão dos recursos hídricos.

Atualmente, existem três Comitês que trabalham em conjunto e se reúnem para decidir sobre a bacia do PCJ: o Comitê Paulista, o Comitê Mineiro (uma pequena porção de Minas Gerais também integra a bacia) e o Comitê Federal, pois são recursos hídricos que ultrapassam limites entre Estados.

As discussões acontecem no âmbito das Câmaras Técnicas (CTs), que são organizadas para tratar de temas específicos de interesse dos Comitês, formulando e deliberando sobre a política de recursos hídricos da região. Os comitês são de domínio público, com participação aberta a todos, porém o direito a voto está restrito às Prefeituras, Universidades, Associações de Classes, Sindicatos, Indústrias, Empresas de Saneamento, ONGs e Congêneres. A SANASA tem membros titulares e suplentes em todas as Câmaras Técnicas, além de participar da coordenação de algumas delas. Os Comitês PCJ possuem 12 Câmaras Técnicas. São elas:

* Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS)

Criada pela Deliberação CBH-PCJ 094/00, de 09/05/00, como Grupo Técnico de Águas Subterrâneas e alterado pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 005/03, de 22/05/03, para Câmara Técnica de Águas Subterrâneas. Complementação das atribuições pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 008/04, de 01/06/04. Normatizada pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 010/04, de 22/05/04. Normatizada pela Deliberação dos Comitês PCJ 039/09, de 28/08/09. Normatizada pela Deliberação dos Comitês PCJ 115/11, de 28/06/11.

Alterada pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 243/15, de 04/12/15.

* Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA)

Criada pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 002/03, de 22/05/03. Normatizada pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 010/04, de 22/05/04. Normatizada pela Deliberação dos Comitês PCJ 039/09, de 28/08/09. Normatizada pela Deliberação dos Comitês PCJ 115/11, de 28/06/11. Alterada pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 243/15, de 04/12/15.

* Câmara Técnica de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CT-ID)

Criada pela Deliberação CBH-PCJ 033/96, de 15/03/96, como Grupo Técnico de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias e alterado pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 005/03, de 22/05/03, para Câmara Técnica de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias. Normatizada pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 010/04, de 22/05/04. Normatizada pela Deliberação dos Comitês PCJ 039/09, de 28/08/09. Normatizada pela Deliberação dos Comitês PCJ 115/11, de 28/06/11. Alterada pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 243/15, de 04/12/15.

* Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água na Indústria (CT-Indústria)

Criada pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 001/08, de 27/06/08. Normatizada pela Deliberação dos Comitês PCJ 039/09, de 28/08/09. Normatizada pela Deliberação dos Comitês PCJ 115/11, de 28/06/11. Alterada pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 243/15, de 04/12/15.

* Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH)

Criada pela Deliberação CBH-PCJ 019/94, de 21/12/94, como Grupo Técnico de Monitoramento Hidrológico e alterado pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 005/03, de 22/05/03, para Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico. Complementação das atribuições pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 007/04, de 01/06/04. Normatizada pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 010/04, de 22/05/04. Normatizada pela Deliberação dos Comitês PCJ 039/09, de 28/08/09. Normatizada pela Deliberação dos Comitês PCJ 115/11, de 28/06/11. Alterada pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 243/15, de 04/12/15.

*** Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL)**

Criada pela Deliberação CBH-PCJ 010/94 , de 15/04/94, e alterada pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 005/03, de 22/05/03. Normatizada pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 010/04, de 22/05/04. Normatizada pela Deliberação dos Comitês PCJ 039/09, de 28/08/09. Normatizada pela Deliberação dos Comitês PCJ 115/11, de 28/06/11. Alterada pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 243/15, de 04/12/15.

*** Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB)**

Criada pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 003/03, de 22/05/03. Complementação das atribuições pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 008/04, de 01/06/04. Normatizada pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 010/04, de 22/05/04. Normatizada pela Deliberação dos Comitês PCJ 039/09, de 28/08/09. Complementação das atribuições pela Deliberação dos Comitês PCJ 108/11, de 31/03/11. Normatizada pela Deliberação dos Comitês PCJ 115/11, de 28/06/11. Alterada pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 243/15, de 04/12/15.

*** Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL)**

Criada pela Deliberação CBH-PCJ 009/94 , de 15/04/94, como Câmara Técnica de Assuntos Institucionais, alterada pela Deliberação CBH-PCJ 026/95, de 10/11/95, para Grupo Técnico de Planejamento (GT-PL) e novamente alterada pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 004/03, de 22/05/03, para Câmara Técnica de Planejamento. Complementação das atribuições pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 007/04, de 01/06/04, e pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 008/04, de 01/06/04. Alterada pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 009/04, de 01/06/04. Normatizada pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 010/04, de 22/05/04. Alterada pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 041/06, de 05/05/06. Normatizada pela Deliberação dos Comitês PCJ 039/09, de 28/08/09. Normatizada pela Deliberação dos Comitês PCJ 073/10, de 19/03/10. Alterada pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 243/15, de 04/12/15.

*** Câmara Técnica de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN)**

Criada pela Deliberação CBH-PCJ 011/94 , de 15/04/94, e alterada pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 005/03, de 22/05/03. Normatizada pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 010/04, de 22/05/04. Normatizada pela Deliberação dos Comitês PCJ 039/09, de 28/08/09. Normatizada pela Deliberação dos Comitês PCJ 115/11, de 28/06/11. Alterada pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 243/15, de 04/12/15.

*** Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural)**

Criada pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 022/05, de 31/03/05. Normatizada pela Deliberação dos Comitês PCJ 039/09, de 28/08/09. Normatizada pela Deliberação dos Comitês PCJ 115/11, de 28/06/11. Alterada pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 243/15, de 04/12/15.

*** Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA)**

Criada pela Deliberação CBH-PCJ 056/98, de 21/08/98, e alterada pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 005/03, de 22/05/03. Normatizada pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 010/04, de 22/05/04. Normatizada pela Deliberação dos Comitês PCJ 039/09, de 28/08/09. Normatizada pela Deliberação dos Comitês PCJ 115/11, de 28/06/11. Alterada pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 243/15, de 04/12/15.

*** Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM)**

A atual Câmara Técnica atuava desde 1995 como o Sub-Grupo de Algas do então Grupo Técnico e atual Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico. Criada pela Deliberação CBH-PCJ 116/02, de 28/03/02, como Grupo Técnico de Saúde Ambiental e alterado pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 005/03, de 22/05/03, para Câmara Técnica de Saúde Ambiental. Normatizada pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ 010/04, de 22/05/04. Normatizada pela Deliberação dos Comitês PCJ 039/09, de 28/08/09. Normatizada pela Deliberação dos Comitês PCJ 115/11, de 28/06/11. Alterada pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 243/15, de 04/12/15.

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Criado pelo Decreto nº 27.576 de 11 de novembro de 1987 e adaptado pelo Decreto nº 57.113 de 7 de julho de 2011, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH é composto por 33 conselheiros, sendo 11 de cada segmento (Estado, município, sociedade civil). Integram o CRH os titulares, ou seus representantes, das Secretarias de Estado designadas e o Prefeito Municipal representante de cada grupo de bacias hidrográficas, entre elas o grupo das bacias do Sorocaba/Médio Tietê e Piracicaba, Capivari e Jundiá.

A estrutura do CRH conta também com representantes de entidades da sociedade civil, que representam em âmbito estadual diversos segmentos relacionados aos recursos hídricos.

Destaque para o segmento “usuários de recursos hídricos para abastecimento público”, onde inclui-se a SANASA que, em associação à ASSEMAE (Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento), indica membros para compor o Conselho CRH, as câmaras técnicas de Assuntos Jurídicos e Institucionais; Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos; Educação Ambiental, Capacitação, Mobilização Social e Informações em Recursos Hídricos; Proteção das Águas; Planejamento; além do Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (COFEHIDRO).

Outras entidades também são convidadas a integrar o CRH, com direito a voz, porém sem direito a voto. Compete ao CRH:

- Discutir e aprovar propostas de projetos de lei referentes ao Plano Estadual de Recursos Hídricos,

assim como as que devam ser incluídas nos projetos de lei sobre plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e orçamento anual do Estado;

- Aprovar o relatório sobre a “Situação dos Recursos Hídricos no Estado de São Paulo”;

- Exercer funções normativas e deliberativas relativas à formulação, implantação e acompanhamento da Política Estadual de Recursos Hídricos;

- Estabelecer critérios e normas relativos ao rateio, entre os beneficiados, dos custos das obras de uso múltiplo dos recursos hídricos ou de interesse comum ou coletivo;

- Estabelecer diretrizes para formulação de programas anuais e plurianuais de aplicação de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO;

- Efetuar o enquadramento dos corpos d'água em classes de uso preponderante, com base nas propostas dos Comitês de Bacias Hidrográficas - CBHs, compatibilizando-as em relação às repercussões interbacias e arbitrando os eventuais conflitos decorrentes;

- Decidir os conflitos entre os Comitês de Bacias Hidrográficas;

- Criar, extinguir e reorganizar os Comitês de Bacias Hidrográficas ou Subcomitês, respeitadas as peculiaridades regionais, observado o disposto no artigo 24, da Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991;

- Estabelecer os limites condicionantes para fixação dos valores para cobrança pela utilização dos recursos hídricos;

- Referendar as propostas dos Comitês, de programas quadrienais de investimentos e dos valores da cobrança; entre outras.

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CNRH

O CNRH é um órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, instância mais alta na hierarquia do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Seu colegiado desenvolve as regras de mediação de diversos usuários da água, sendo, portanto, um dos grandes responsáveis pela implementação da gestão dos recursos hídricos no País. Sua arculação promove

o diálogo transparente no processo de tomada de decisão no campo da legislação de recursos hídricos. A SANASA, através do Consórcio PCJ, é membro titular por meio de seu Diretor Técnico, Marco Antônio dos Santos. E também é titular na Câmara Técnica de Cobrança (CTCOB), através do Consultor Técnico Paulo Roberto Szeligowski Tinel.

CONSELHO ESTADUAL DE SANEAMENTO

O Conselho Estadual de Saneamento – CONESAN, instituído pela Lei Complementar nº 1.025, de 07/12/2007, e regulamentado pelo Decreto nº 54.644, de 5 de agosto de 2009, é o órgão consultivo e deliberativo do Estado, de nível estratégico, responsável pela definição e implementação da política de saneamento básico no Estado de São Paulo.

Este Conselho é composto por 33 membros, com direito a voto e são representados por Secretários de Estado e dirigentes de órgãos e entidades da administração direta e indireta, por Prefeitos e membros da Sociedade Civil. Os outros seis assentos, com direito apenas a voz, são ocupados por representantes do Ministério Público Estadual, da Defensoria Pública, de universidades públicas paulistas e da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - Arsesp.

A estrutura do CONESAN conta também com representantes de entidades da sociedade civil, que representam em âmbito estadual diversos segmentos relacionados ao saneamento. Destaque para o segmento “entidades associativas de operadores de serviços públicos de saneamento básico”, onde inclui-se a SANASA que, em associação à ASSEMAE (Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento), indica membros para compor o CONESAN.

São competências do CONESAN:

- Discutir e aprovar as propostas do Plano Plurianual de Saneamento e do Plano Executivo Estadual de Saneamento e de suas alterações, encaminhando-as ao Governador;
- Discutir e apresentar subsídios para a formulação de diretrizes gerais tarifárias para a regulação dos serviços de saneamento básico de titularidade estadual, encaminhando-os ao governador;
- Conhecer do relatório sobre a situação da salubridade ambiental no Estado, elaborado pela Secretaria de Saneamento e Recursos e Hídricos, propondo as medidas corretivas que lhe pareçam necessárias;
- Acompanhar a aplicação dos recursos financeiros do FESAN;
- Elaborar uma lista tríplice para indicação dos representantes municipais no Conselho de Orientação de Saneamento Básico da ARSESP. Outro aspecto que merece destaque refere-se à criação das Câmaras Técnicas para a discussão de matérias relevantes que fazem parte dos desafios do setor, e que merecem ser tratadas de forma conjunta com os municípios e representantes da sociedade civil, com vistas à modernização da gestão dos serviços de saneamento no Estado.

AGÊNCIA REGULADORA ARES PCJ

Desde a Política Nacional de Saneamento Básico, Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, os municípios respondem pelo planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico. Foi viabilizada então, a criação de um ente regional para regular e fiscalizar os serviços públicos de saneamento básico dos municípios das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá.

Em 2011, foi criada a Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento na forma de consórcio público, com independência decisória e autonomia administrativa, orçamentária e financeira, tendo como área de atuação os municípios das bacias PCJ e de seu entorno, com o objetivo de regular e fiscalizar os serviços públicos de saneamento básico nos municípios associados, incluindo Campinas.

Desde o ano de 2013 a SANASA vem sendo fiscalizada pela ARES PCJ, e em 2017 completou-se o ciclo de fiscalizações, no qual atingiu 100% das unidades operacionais vistoriadas, com base na Macro Avaliação (referência 2016). No ano de 2017, foram realizadas fiscalizações nos meses de julho, agosto, setembro, outubro e novembro, sendo vistoriados os seguintes equipamentos: Estação Elevatória de Água – Cruzeiro; Estação Elevatória de Água – Cruzeiro (Reservatório Elevado); Reservatório Elevado – CRD Cruzeiro; Reservatório Enterrado – CRD Cruzeiro; Reservatório Elevado – CRD Georgina; Estação Elevatória de Água – Jambeiro; Reservatório Elevado – CRD Jambeiro; Reservatório Semienterrado – CRD Jambeiro; Reservatório Semienterrado – CRD Ponte Preta; Estação Elevatória de Água – São Vicente; Reservatório Elevado – CRD São Vicente; Reservatório Semienterrado – CRD São Vicente; Estação Elevatória de Esgoto Alecrins; Estação Elevatória de Esgoto Alphaville 1; Estação Elevatória de Esgoto Alphaville 2; Estação Elevatória de Esgoto Alto Taquaral; Estação Elevatória de Esgoto Anhumas; Estação Elevatória de Esgoto Jatibela; Estação Elevatória de Esgoto Míriam 1; Estação Elevatória de Esgoto Míriam 2; Estação Elevatória de Esgoto Moscou; Estação Elevatória de Esgoto Novo Cambuí; Estação Elevatória de Esgoto Parque das Universidades 1; Estação Elevatória de Esgoto Parque das Universidades 2; Estação Elevatória de Esgoto Plátanos; Estação Elevatória de Esgoto Resedás; Estação Elevatória de Esgoto Santa Cândida; Estação Elevatória de Esgoto Santa Genebra; Estação Elevatória de Esgoto - ETE Santana; Estação Elevatória de Esgoto Tarcília; Estação de Tratamento de Esgoto – ETE Abaeté; Estação de Tratamento de Esgoto – ETE Eldorado; Estação de Tratamento de Esgoto – ETE Icaraí; Estação de Tratamento de Esgoto – ETE Móvel Taubaté; Estação de Tratamento de Esgoto - ETE Novo Bandeirante; Estação Elevatória de Água – CRD Chapadão; Reservatório Enterrado – CRD Chapadão; Estação Elevatória de Água – CRD Padre Anchieta; Reservatório Elevado – CRD Padre Anchieta; Reservatório Semienterrado – CRD padre Anchieta; Reservatório Elevado – CRD Nova Aparecida; Estação Elevatória de Esgoto Andorinhas; Estação Elevatória de Esgoto Azurra; Estação Elevatória de Esgoto Beira Rio; Estação Elevatória de Esgoto Cerejeiras 2; Estação Elevatória de Esgoto Figueira 1; Estação Elevatória de Esgoto Figueira 2; Estação Elevatória de Esgoto Gramado; Estação Elevatória de Esgoto Independência; Estação Elevatória de Esgoto Jambeiro

1; Estação Elevatória de Esgoto Jambeiro 2; Estação Elevatória de Esgoto Jardim do Lago; Estação Elevatória de Esgoto Jatibaia 1; Estação Elevatória de Esgoto Jatibaia 5; Estação Elevatória de Esgoto Oziel; Estação Elevatória de Água – CRD PROFILURB; Reservatório elevado – CRD PROFILURB; Reservatório semienterrado – CRD PROFILURB; Estação Elevatória de Água – CRD DIC V; Reservatório elevado – CRD DIC V (2); Reservatório apoiado – CRD DIC V (2); Reservatório semienterrado – CRD São Domingos; Estação Elevatória de Água – CRD Oziel Monte Cristo; Reservatório apoiado – CRD Oziel Monte Cristo; Reservatório elevado – CRD Oziel Monte Cristo; Estação Elevatória de Esgoto Campina Grande I; Estação Elevatória de Esgoto Campina Grande II; Estação Elevatória de Esgoto Camélias; Estação Elevatória de Esgoto Colina das Nascentes 1; Estação Elevatória de Esgoto Colina das Nascentes 2; Estação Elevatória de Esgoto Esplanada; Estação Elevatória de Esgoto Indústrias; Estação Elevatória de Esgoto Itajaí; Estação Elevatória de Esgoto Parque dos Pomares; Estação Elevatória de Esgoto Recanto do Sol; Estação Elevatória de Esgoto Solar de Campinas; Estação Elevatória de Esgoto Universitário; Estação Elevatória de Esgoto Uruguai; Estação Elevatória de Esgoto Vila Vitória; Estação de Tratamento de Esgoto Bosque das Palmeiras; Estação de Tratamento de Esgoto São Luiz; Estação Elevatória de Água CRD Alphaville Santa Terezinha; Reservatório elevado Village; Estação Elevatória de Água Village; Estação Elevatória de Água CRD Village Campinas; Estação Elevatória de Água Booster Campo Belo e Descampado; Estação Elevatória de Água Booster CRD Monte Belo; Estação Elevatória de Água Booster São Domingos; Estação Elevatória de Água Booster Vila Industrial; Reservatório apoiado 2 Alphaville; Reservatório semienterrado CRD Monte Belo; Estação Elevatória de Esgoto Arboreto da Fazenda; Estação Elevatória de Esgoto CDHU H; Estação Elevatória de Esgoto Chapadão Cadetes; Estação Elevatória de Esgoto Chapadão Pedreira; Estação Elevatória de Esgoto Nova Esperança; Estação Elevatória de Esgoto Novo Mundo; Estação Elevatória de Esgoto Pirelli; Estação Elevatória de Esgoto PUCC (CIPASA); Estação Elevatória de Esgoto Satélite Iris (Nave Mãe); Estação Elevatória de Esgoto Valença I; Estação Elevatória de Esgoto Valença II; Estação de Tratamento de Esgoto – ETE Alphaville; Estação de Tratamento de Esgoto - ETE Móvel Santa Luzia; Estação de Tratamento de Esgoto - ETE Parque das Constelações.

CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMDEMA

O Conselho Municipal de Meio Ambiente de Campinas (COMDEMA), instituído pela Lei Municipal nº 10.841 de 24 de maio de 2001 e do Decreto 13.874 de 04 de março de 2002 tem por objetivo promover a discussão, análise e proposição das diretrizes das políticas públicas ambientais de Campinas.

No COMDEMA são discutidos os diferentes temas relacionados à gestão ambiental municipal, tais como: gestão de resíduos, gestão de recursos hídricos, arborização urbana, uso e ocupação do solo, poluição

sonora, poluição visual e saneamento básico.

Atualmente é formado por representantes do Segmento Empresarial, Segmento Técnico-Profissional, Segmento Sindical Trabalhadores e pelo Segmento Governamental, no qual a SANASA se representa através de membro titular e suplentes.

Todas as reuniões do COMDEMA são abertas, inclusive com direito a voz, a todos os cidadãos. As reuniões ordinárias da Plenária ocorrem mensalmente.

CONSELHO GESTOR DA APA - CONGEAPA

Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental de Campinas - CONGEAPA, criado pela Lei nº 10.850, de 7 de junho de 2001, possui caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador e tem por objetivo promover a participação autônoma e organizada da comunidade no processo de definições da política de desenvolvimento local e no acompanhamento de sua execução, conforme estabelecido nos artigos 95 e 98 da Lei Complementar nº 15, de 27 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Campinas.

Atualmente é formado por representantes do Primeiro Setor, com a participação de

representantes do Poder Executivo Municipal e de órgãos públicos municipais, estadual e federal, Segundo Setor, representado por organizações representativas da população residente, da população tradicional e dos proprietários de imóveis no interior da Unidade de Conservação e Terceiro Setor, representado por organizações da sociedade civil, comunidade técnica e/ou científica, organizações não governamentais ambientalistas, prioritariamente com atuação na Unidade de Conservação.

A SANASA inclui-se no Primeiro Setor, sendo representada por membro titular e suplentes.

CONSELHO DE REGULAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

O Conselho de Regulação e Controle Social do Município foi criado pelo decreto nº 17.775 de 22 de Novembro 2012 para atuar como mecanismo consultivo no âmbito da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – ARES-PCJ.

O Conselho Municipal de Regulação e Controle Social é composto pelos representantes e suplentes nomeados pelo Prefeito Municipal, em observância ao artigo 46 do Estatuto Social da ARES-PCJ e ao artigo 3º da Resolução ARES-PCJ nº 01 de 21 de novembro de 2011.

As entidades técnicas e organizações da sociedade

civil que indicarem representante no Conselho de Regulação e Controle Social devem estar devidamente criadas e legalizadas, com registro há pelo menos 5 (cinco) anos, além de possuir, entre seus objetivos estatutários, atuação na área de saneamento básico.

Os membros do Conselho de Regulação e Controle Social tem mandato de 02 (dois) anos, sendo permitida uma única recondução para o mandato subsequente, nos termos da Resolução nº 01 de 21 de novembro de 2011.

A SANASA é representada por membro titular e suplente.

COMISSÃO TÉCNICA PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE CAMPINAS

O Plano Diretor é um conjunto de princípios e regras orientadoras e indutoras do ordenamento e da ocupação físico, territorial e ambiental do município, visando que a cidade seja acessível e justa ao conjunto de seus habitantes.

Pode ser entendido como elemento definidor dos objetivos e diretrizes estratégicas e globais do desenvolvimento urbano e rural da cidade. Deve configurar-se como um instrumento de indução e articulação dos processos de tomada de decisões, servindo de principal referência para a definição e implementação de mecanismos legais,

administrativos e políticos, envolvendo as ações de longo, médio e curto prazos, visando tornar a cidade mais equilibrada, sob o aspecto físico-territorial, ambiental, econômico e social.

A Prefeitura Municipal de Campinas, por meio da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, iniciou a articulação da elaboração do Novo Plano Diretor Estratégico do Município de Campinas, que conta ainda com representantes das diversas Secretarias Municipais e da SANASA, por membro titular e suplente.

GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO

Plano Municipal de Saneamento Básico é instrumento fundamental para obtenção de recursos orçamentários da União ou recursos de financiamentos administrados por órgão ou entidade da administração pública federal, quando destinados a serviços de saneamento básico.

O Grupo de Acompanhamento é responsável pelo levantamento, compilação e formatação dos dados e informações referentes ao relatório anual de ações e à revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico

e é composto por dois representantes, titular e suplente, dos seguintes órgãos da administração: Chefia de Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Secretaria Municipal de Infraestrutura, Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Secretaria Municipal de Serviços Públicos, Secretaria do Municipal de Trabalho e Renda, Informática de Municípios Associados S/A - IMA e SANASA.

GRUPO TÉCNICO MUNICIPAL DO PROGRAMA MUNICÍPIO VERDEAZUL

O Programa Município VerdeAzul, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, tem por objetivo dar eficiência na gestão ambiental por meio da descentralização e valorização da base da sociedade, estimulando e capacitando as prefeituras no desenvolvimento e implementação de uma agenda ambiental estratégica.

Assim, o Grupo Técnico é responsável pelo levantamento de informações, proposição de ações,

detalhamento do Plano de Metas e formatação dos documentos comprobatórios que, juntos, compõem o Plano de Ação.

O Grupo é coordenado pela Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e conta com a participação de representantes das diversas Secretarias Municipais e da SANASA, por membro titular e suplente.

GRUPO TÉCNICO INDICADORES DE METAS DE GOVERNO - IMG

Com o intuito de acompanhar as metas estipuladas e divulgadas no Programa de Governo, foi desenvolvido pela Informática de Municípios Associados - IMA, em 2013, o Sistema IMG - Indicadores de Metas do Governo, funcionando em uma plataforma intranet para acesso dos servidores e técnicos responsáveis por cada ação em cada Pasta.

Todos os órgãos da Administração Pública Municipal se comprometeram a manter atualizados os programas, ações e atividades sob sua responsabilidade, obedecendo a um cronograma estipulado pelo Gabinete do Prefeito. A SANASA é representada por membro titular e dois suplentes.

Referências bibliográficas

- Informações da ARES PCJ - Agência Reguladora estão disponíveis no site: <http://www.arespc.com.br>
- Informações da ASSEMAE – Associação Nacional das Empresas Municipais de Saneamento estão disponíveis no site: <http://www.assemae.org.br>

- ABNT, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (2015). NBR ISO 9001 - Sistema de Gestão da Qualidade - Requisitos

PACTO GLOBAL	AÇÕES DA SANASA
PRINCÍPIOS DIREITOS HUMANOS	
1. RESPEITAR E PROTEGER OS DIREITOS HUMANOS	Universalização do Saneamento Básico
	SANASA na Comunidade
	PAS
	Todos os contratos de prestadores de serviços têm cláusulas de direitos humanos. Esta finalidade já está definida desde o edital de licitação.
2. IMPEDIR VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS	Todos os contratos de prestadores de serviços têm cláusulas de direitos humanos. Esta finalidade já está definida desde o edital de licitação.
	Para contratação de todos os fornecedores, a SANASA efetua consulta nos órgãos oficiais - INSS e Caixa Econômica Federal, com o objetivo de verificar provas de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS. As obrigações da empresa vencedora da licitação estão claras desde o edital: deve-se observar as prescrições das leis trabalhista, previdenciária, fiscal e securitária, bem como o pagamento de todos os tributos que incidem sobre os trabalhos.
PRINCÍPIOS DE DIREITOS NO TRABALHO	
3. APOIAR A LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E O DIREITO À NEGOCIAÇÃO COLETIVA NO TRABALHO	Todos os funcionários da SANASA têm liberdade de associação ao sindicato. Os acordos coletivos firmados com o sindicato beneficiam a todos os funcionários.
4. ABOLIR O TRABALHO FORÇADO OU COMPULSÓRIO	Para garantir a integridade dos trabalhadores terceirizados e impedir o trabalho degradante, todos os contratos para obras têm cláusulas que exigem dos fornecedores certificados de treinamento dos empregados para o uso correto de EPI'S, treinamentos em trabalhos com eletricidade, em espaço confinado e em altura, além da presença de profissional legalmente habilitado, responsável para os trabalhos com eletricidade e/ou em segurança do trabalho. A SANASA, por sua vez, contrata todos os seus funcionários de acordo com a consolidação das leis do trabalho - CLT.
5. ERRADICAR O TRABALHO INFANTIL	Os contratos também preveem que não ocorra o trabalho infantil, pois exigem que cada empregado dos fornecedores tenha contrato de trabalho e registro em Carteira, RG e CPF.
6. ELIMINAR A DISCRIMINAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO	Na SANASA, mulheres têm salários iguais aos dos homens quando exercem as mesmas funções. Também têm igualdade de oportunidade.
PRINCÍPIOS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	
7. ADOTAR UMA ABORDAGEM PREVENTIVA AOS DESAFIOS AMBIENTAIS	Plano de Segurança da Água
	Universalização do Saneamento Básico
	Educação ambiental: SANASA na Comunidade e CASA
	Programa de Combate e Controle de Perdas
8. PROMOVER A RESPONSABILIDADE AMBIENTAL	PAS
	Plano de Segurança da Água
	Universalização do Saneamento Básico
	Sistema de Tratamento de Esgoto
9. INCENTIVA O DESENVOLVIMENTO E A DIFUSÃO DE TECNOLOGIAS AMBIENTALMENTE AMIGÁVEIS	EPAR e Retrofit nas ETES
PRINCÍPIO ANTICORRUPÇÃO	
10. COMBATER A CORRUPÇÃO EM TODAS AS SUAS FORMAS INCLUSIVE EXTORSÃO E PROPINA	Monitoramento de Riscos Corporativos/Programa de Compliance

CEO WATER MANDATE			
1. OPERAÇÕES DIRETAS			
TEMA	SUBTEMA	CAPÍTULO	PÁGINA
ÁGUA	RECURSOS HÍDRICOS	GESTÃO AMBIENTAL	30
ÁGUA	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	GESTÃO AMBIENTAL	30
ÁGUA	PLANO DE SEGURANÇA DA ÁGUA	GESTÃO AMBIENTAL	30
ÁGUA	COMBATE E CONTROLE DE PERDAS	GESTÃO AMBIENTAL	30
ÁGUA/ESGOTO	PLANO 300%	GESTÃO AMBIENTAL	30
ÁGUA/ESGOTO	PRODUÇÃO DE ÁGUA DE REUSO	GESTÃO AMBIENTAL	30
ESGOTO	SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO	GESTÃO AMBIENTAL	30
2. CADEIA DE FORNECEDORES E MANEJO DE BACIAS			
TEMA	SUBTEMA	CAPÍTULO	PÁGINA
ÁGUA	RECURSOS HÍDRICOS	GESTÃO AMBIENTAL	30
3.AÇÃO COLETIVA			
TEMA	SUBTEMA	CAPÍTULO	PÁGINA
ÁGUA/ESGOTO	UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO SANEAMENTO BÁSICO	GESTÃO AMBIENTAL	30
ÁGUA	RENOVAÇÃO DA OUTORGA DO CANTAREIRA	GESTÃO AMBIENTAL	30
ÁGUA	MOVIMENTO PELA REDUÇÃO DE PERDAS DE ÁGUA NA DISTRIBUIÇÃO	PERFIL	05
ÁGUA	CASA	GESTÃO DE PESSOAS	88
4.POLÍTICAS PÚBLICAS			
TEMA	SUBTEMA	CAPÍTULO	PÁGINA
ÁGUA/ESGOTO	UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO	GESTÃO AMBIENTAL	30
ÁGUA	COMBATE ECONTROLE DE PERDAS	GESTÃO AMBIENTAL	30
5. ENGAJAMENTO COM A COMUNIDADE			
TEMA	SUBTEMA	CAPÍTULO	PÁGINA
ÁGUA	MOVIMENTO MENOS PERDA, MAIS ÁGUA	PARTICIPAÇÃO EM ASSOCIAÇÕES E INICIATIVAS	
ÁGUA/ESGOTO	PAS	GESTÃO DE PESSOAS	88
ÁGUA	PAS	GESTÃO DE PESSOAS	88
COMUNIDADE	SANASA NA COMUNIDADE	GESTÃO DE PESSOAS	88
6.TRANSPARÊNCIA			
RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE/GRI			

SUMÁRIO GRI STANDARDS 2017					
STANDARD GRI	DISCLOSURE	CAPÍTULO	PG	COMPLEMENTAÇÃO	MOTIVOS PARA OMISSÃO
GRI 102: Disclosures Gerais 2017 Perfil da Organização	102-1: Nome da organização	Perfil da Organização	5		
	102-2: Atividades, marcas, produtos e serviços	Perfil da Organização	5		
	102-3: Localização da sede			Avenida Saudade, 500 - Ponte Preta, Campinas, SP	
	102-4: Localização das operações	Perfil da Organização	5		
	102-5: Propriedade e forma jurídica	Perfil da Organização	5		
	102-6: Mercados atendidos			Serviços de saneamento básico no município de Campinas, podendo esses ser estendidos a outros municípios, seja em território nacional ou no exterior.	
	102-7: Porte da organização	Perfil da Organização	5		
	102-8: Informações sobre empregados e outros trabalhadores	Gestão de Pessoas	88		
	102-9: Cadeia de fornecedores	Gestão de Fornecedores	92		
	102-10: Mudanças significativas na organização e em sua cadeia de fornecedores				Não se aplica
	102-11: Princípio ou abordagem da precaução	Governança Corporativa	14		
	102-12: Iniciativas externas	Participações em Associações e Inicativas	8		
	102-13: Participação em associações	Participações em Associações	8		
GRI 102: Disclosures Gerais 2017 Estratégia	102-14: Declaração do decisor mais graduado da organização	Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e Mensagem do Diretor Presidente	3 4		
	102-15: Principais impactos, riscos e oportunidades	Governança Corporativa	14		
GRI 102: Disclosures Gerais 2017 Ética e Integridade	102-16: Valores, princípios, padrões e normas de comportamento	Governança Corporativa	14		
	102-17: Mecanismos de aconselhamento e preocupações éticas	Governança Corporativa	14		

SUMÁRIO GRI STANDARDS 2017					
STANDARD GRI	DISCLOSURE	CAPÍTULO	PG	COMPLEMENTAÇÃO	MOTIVOS PARA OMISSÃO
GRI 102: Disclosures Gerais 2017 Governança	102-18: Estrutura de governança	Governança Corporativa	14		
	102-19: Delegação de autoridade	Governança Corporativa	14		
	102-20: Responsabilidade de executivos por questões econômicas, ambientais e sociais	Governança Corporativa	14		
	102-21: Consulta a partes interessadas sobre tópicos econômicos, ambientais e sociais	Governança Corporativa	14		
	102-22: Composição do mais alto órgão de governança e seus comitês	Governança Corporativa	14		
	102-23: Presidente do mais alto órgão de governança	Governança Corporativa	14		
	102-24: Nomeação e seleção do mais alto órgão de governança	Governança Corporativa	14		
	102-25: Conflitos de interesse	Governança Corporativa	14		
	102-26: Papel do mais alto órgão de governança na definição de propósitos, valores e estratégia	Governança Corporativa	14		
	102-27: Medidas para aprimorar conhecimento do mais alto órgão de governança	Governança Corporativa	14		
	102-28: Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança	Governança Corporativa	14		
	102-29: Identificação e gestão de impactos econômicos, ambientais e sociais	Governança Corporativa	14		
	102-30: Eficácia dos processos de gestão de risco	Governança Corporativa	14		
	102-31: Análise de tópicos econômicos, ambientais e sociais	Governança Corporativa	14		
	102-32: Papel do mais alto órgão de governança no relatório de sustentabilidade	Governança Corporativa	14		
	102-33: Comunicação de preocupações críticas	Governança Corporativa	14		
	102-34: Natureza e número total de preocupações críticas	Governança Corporativa	14		
	102-35: Políticas de remuneração	Governança Corporativa	14		
	102-36: Processo para determinar remuneração				Informações ainda não compiladas para este relato
102-37: Envolvimento das partes interessadas na remuneração	Governança Corporativa	14			
102-38: Relação da remuneração anual				Informação não compilada	
102-39: Relação do aumento percentual da remuneração total anual				Informação não compilada	
GRI 102: Disclosures Gerais 2017 Engajamento das partes interessadas	102-40: Lista de partes interessadas	Sobre este Relatório	6		
	102-41: Acordos de negociação coletiva	Gestão de Pessoas	88		
	102-42: Base para identificação e seleção de partes interessadas para engajamento	Sobre este Relatório	6		
	102-43: Abordagem para o engajamento das partes interessadas	Sobre este Relatório	6		
	102-44: Principais tópicos e preocupações levantadas	Sobre este Relatório	6		

SUMÁRIO GRI STANDARDS 2017					
STANDARD GRI	DISCLOSURE	CAPÍTULO	PG	COMPLEMENTAÇÃO	MOTIVOS PARA OMISSÃO
GRI 102: Disclosures Gerais 2017 Práticas de Relato	102-45: Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	Desempenho Econômico	9		
	102-46: Definição do conteúdo do relatório e limite dos tópicos	Sobre este Relatório	6		
	102-47: Lista de tópicos materiais	Sobre este Relatório	6		
	102-48: Reformulação de informações				Não se aplica
	102-49: Alterações em escopo e limites				Não se aplica
	102-50: Período coberto pelo relatório	Sobre este Relatório	6		
	102-51: Data do último relatório			Exercício de 2016 - publicado em maio de	
	102-52: Ciclo de emissão de relatórios	Sobre este Relatório	6	Adriana Lagrotta Leles	
	102-53: Ponto de contato para perguntas sobre o relatório	Créditos	127	sustentabilidade@sanasa.com.br	
	102-54: Declaração de elaboração do relatório de conformidade com Standards GRI				Autodeclarado
	102-56: Verificação externa				Não se aplica
GRI 103: Forma de Gestão 2017	103-1: Explicação do tópico material e seu limite	Comunidades, Ambiental,	75/30		
	103-2: Forma de gestão e seus componentes	Comunidades, Ambiental,	75/30		
	103-3: Avaliação da forma de gestão			Informação não compilada	
GRI 201: Desempenho Econômico 2017	201-1: Valor econômico direto gerado e distribuído		10	Desempenho Econômico	
	201-2: Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas				Informação não compiladas
	201-3: Obrigações do plano de benefício definido e outros planos de aposentadoria				Informação não compiladas
	201-4: Assistência financeira recebida do governo				Informação não compiladas
GRI 202: Presença de Mercado 2017	202-1: Proporção do menor salário pago, por gênero, comparado ao salário local	Gestão de Pessoas	88		
	202-2: Proporção dos membros da alta administração contratados na comunidade local	Governança Corporativa	14		
GRI 203: Impactos Econômicos Indiretos	203-1: Investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos		10	Desempenho	
	203-2: Impactos econômicos indiretos significativos			Informação não compiladas	
GRI: 204: Prática de	204-1: Proporção de gastos com fornecedores locais	Fornecedores	92		
GRI 205: Anticorrupção 2017	205-1: Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção	Governança Corporativa	14		
	205-2: Comunicação e treinamento em políticas e procedimentos anticorrupção	Governança Corporativa	14		
	205-3: Casos confirmados de corrupção e ações tomadas	Governança Corporativa	14		
GRI 206: Concorrência	206-1: Ações Judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio	Governança Corporativa	14		
GRI 301: Materiais 2017	301-1: Materiais usados por peso ou volume			Informação não compiladas	
	301-2: Materiais provenientes de reciclagem			Informação não compiladas	
	301-3: Produtos e seus materiais de embalagem recuperados			Informação não compiladas	

SUMÁRIO GRI STANDARDS 2017					
STANDARD GRI	DISCLOSURE	CAPÍTULO	PG	COMPLEMENTAÇÃO	MOTIVOS PARA OMISSÃO
GRI 302: Energia 2017	302-1: Consumo de energia dentro da organização			Informação não compiladas	
	302-2: Consumo de energia fora da organização			Informação não compiladas	
	302-3: Intensidade energética			Informação não compiladas	
	302-4: Redução do consumo de energia	Ambiental	30		
	302-5: Redução nos requisitos energéticos de produtos e serviços			Informação não compiladas	
GRI 303: Água 2017	303-1: Consumo de água por fonte	Ambiental	30		
	303-2: Fontes hídricas significativamente afetadas pela retirada de água	Ambiental	30		
	303-3: Água reciclada e reutilizada	Ambiental	30		
GRI 304: Biodiversidad e 2017	304-1: Unidades operacionais próprias, arrendadas, gerenciadas dentro ou nas adjacências				Não se aplica
	304-2: Impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre biodiversidade				Não se aplica
	304-3: Habitats protegidos ou restaurados				Não se aplica
	304-4: Espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats				Não se aplica
GRI 305: Emissões 2017	305-1: Emissões diretas de gases de efeito estufa (GEE)			Informação não compiladas	
	305-2: Emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE)			Informação não compiladas	
	305-3: Outras emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE)			Informação não compiladas	
	305-4: Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE)			Informação não compiladas	
	305-5: Redução de emissão de gases de efeito estufa (GEE)			Informação não compiladas	
	305-6: Emissões de substâncias que destroem a camada de ozônio (SDO)			Informação não compiladas	
	305-7: Emissões de NOX, SOX e outras emissões atmosféricas significativas			Informação não compiladas	
GRI 306: Efluentes e Resíduos 2017	306-1: Descarte de água por qualidade e destinação	Ambiental	30		
	306-2: Resíduos por tipo e método de disposição			Informação não compiladas	
	306-3: Vazamentos significativos	Ambiental	30		
	306-4: Transporte de resíduos perigosos				Não se aplica
	306-5: Corpos de água afetados por descartes e drenagem de água				Não se aplica
GRI 307: Conformidad	307-1: Não conformidade com leis e regulamentos ambientais			Informação não compiladas	
GRI 308: Avaliação Ambiental de Fornecedore	308-1: Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais			Informação não compiladas	
	308-2: Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecedores e ações tomadas			Informação não compiladas	
GRI 401: Emprego 2017	401-1: Novas contratações de empregados e rotatividade de empregados	Gestão de Pessoas	88		
	401-2: Benefícios para empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados	Gestão de Pessoas	88		
	401-3: Licença maternidade/ paternidade	Gestão de Pessoas	88		
GRI 402: Relações	402-1: Prazo mínimo de notificação sobre mudanças operacionais			Informação não compiladas	

SUMÁRIO GRI STANDARDS 2017					
STANDARD GRI	DISCLOSURE	CAPÍTULO	PG	COMPLEMENTAÇÃO	MOTIVOS PARA OMISSÃO
GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho 2017	403-1: Representação dos trabalhadores em comitês formais de saúde e segurança, compostos	Gestão de Pessoas	88		
	403-2: Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e			Informação não compiladas	
	403-3: Trabalhadores com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas à sua ocupação			Informação não compiladas	
	403-4: Tópicos de saúde e segurança cobertos por acordos formais com sindicatos			Informação não compiladas	
GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho 2017	403-1: Representação dos trabalhadores em comitês formais de saúde e segurança, compostos	Gestão de Pessoas	88		
	403-2: Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e			Informação não compiladas	
	403-3: Trabalhadores com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas à sua ocupação			Informação não compiladas	
	403-4: Tópicos de saúde e segurança cobertos por acordos formais com sindicatos			Informação não compiladas	
GRI 404: Treinamento e Educação 2017	404-1: Média de horas de treinamento por ano, por empregado	Gestão de Pessoas	88		
	404-2: Programas para desenvolvimento de competências dos empregados e de assistência			Informação não compiladas	
	404-3: Percentual de empregados que recebem regularmente avaliações de desempenho e de			Informação não compiladas	
GRI 405: Diversidade e Igualdade de Oportunidade	405-1: Diversidade em órgãos de governança e empregados			Informação não compiladas	
	405-2: Razão matemática do salário-base e da remuneração das mulheres em relação aos homens	Gestão de Pessoas	88		
GRI 407: Liberdade de	407-1: Operações e fornecedores em que o direito à liberdade de associação e à negociação coletiva			Informação não compiladas	
GRI 408: Trabalho	408-1: Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil				Não se aplica
GRI 409: Trabalho	409-1: Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou				Não se aplica
GRI 410: Práticas de	410-1: Pessoal de segurança treinado em políticas ou procedimentos de direitos humanos			Informação não compiladas	
GRI 411: Direitos dos	411-1: Casos de violações dos direitos dos povos indígenas ou tradicionais				Não se aplica
GRI 412: Avaliação em Direitos Humanos 2017	412-1: Operações submetidas a análises ou avaliações de impacto sobre os direitos humanos			Informação não compiladas	
	412-2: Treinamento de empregados em políticas ou procedimentos de direitos humanos			Informação não compiladas	
	412-3: Acordos e contratos de investimento significativos que incluem cláusulas sobre direitos			Informação não compiladas	
GRI 413: Comunidade s Locais 2017	413-1: Operações com engajamento da comunidade local, avaliações de impacto e	Comunidades	75		
	413-2: Operações com impactos negativos significativos, reais e potenciais, nas comunidades			Informação não compiladas	
GRI 414: Avaliação Social de Fornecedores	414-1: Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais			Informação não compiladas	
	414-2: Impactos sociais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas			Informação não compiladas	
GRI 415: Políticas	415-1: Contribuições políticas			Informação não compiladas	
GRI 416: Saúde e Segurança do Cliente	416-1: Avaliação dos impactos de saúde e segurança de categorias de produtos e serviços	Ambiental	30		
	416-2: Casos de não conformidade relativos a impactos na saúde e segurança de categorias de				Não se aplica
GRI 417: Marketing e Rotulagem 2017	417-1: Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços	Ambiental	30		
	417-2: Casos de não conformidade em relação a informações e rotulagem de produtos e serviços				Não se aplica
	417-3: Casos de não conformidade em relação a comunicações de marketing				Não se aplica
GRI 418: Privacidade	418-1: Queixas comprovadas relativas a violações da privacidade e perda de dados do cliente				Não se aplica
GRI 419: Conformidad	419-1: Não conformidade com leis e regulamentos nas áreas social e econômica				Não se aplica

CRÉDITOS

Conselho Editorial

Silvio Roberto Bernardin - Presidente do Conselho de Administração
Arly de Lara Romeo - Diretor Presidente
Pedro Claudio Silva - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Maria Paula Peduti A.B. Silva - Procurador Geral
Marco Antônio dos Santos - Diretor Técnico e de Operações
Luis Fernando Lopes - Diretor Comercial
Paulo Jorge Zeraik - Diretor Administrativo

Direção Geral

Adriana Lagrotta Leles
sustentabilidade@sanasa.com.br

Agradecimento

Glauca Terreo - Ponto Focal/Global Reporting Initiative - GRI
Carlo Pereira - Secretário-Executivo Pacto Global das Nações Unidas

Assistentes de Produção

Lia Raquel de Oliveira Barbosa
Thielen Lima

Identificação de Conteúdo GRI, Redação e Edição

Adriana Lagrotta Leles

Revisão

Marta Akico Sato

Projeto Gráfico e Diagramação

Paola Soto Clemente

Coordenação de Conteúdo

Governança: Solange Maroneze

Principais Indicadores: Antonio Moreira Franco Junior

Relação com finanças e Mercados: Manuela Gonçalves Garcia

Programa de Segurança da Água:

Adriana Angelica R Vahteric Isenburg e Romeu Cantusio Neto

Abastecimento de Água: Vladimir José Pastore e Betânia Cordeiro

Programa de Controle e Redução de Perdas: Lina Cabral Adani

Sistema de Esgotamento Sanitário: Renato Rossetto e Caroline Suidedos

Fornecedores: Mariane de Aguiar Pacini, Simone Cracco e Ricardo Luis Fiorio

Clientes: Luiz Renato Ferreira

Gestão de Pessoas: Carlos Alberto Barboza

Gestão da Qualidade: Alessandro Siqueira Tetzner e Gustavo A. M. Prado

Gestão Social: Ana Carina Galassi, Ana Lúcia Floriano, Claudia Cristina Tonietti e Oldemar Elias

Pesquisa Indicadores GRI

Adriana Maria Boscolo Candido
Adriano Menezes Messias
Alessandra Bonafé
Alexandre Paixão Fontes
Alexssandro André alves
Allan David Cardoso
Ana Flavia de Souza
Ana Lucia Floriano Rosa Vieira
Ana Maria Loureiro C. de Melo
André Luis de Moraes
Ari Augusto de Souza Pratti
Augusto Carlos Vilhena Neto
Benevenuto Aparecido Sales
Betânia Cordeiro
Carlos Augusto Bonon
Carolina Rittes T. Farah
Caroline Suidedos
Clara Natal Coelho
Claudia Aparecida Sartori Marques
Claudia Cristina Tonietti
Claudio Luiz Tiozzi Rubio
Eduardo de Goes Monteiro
Eliana Von Atzingen Bueno Morello
Eliana Cristina Sibinel Stach
Fabio Giardini Pedro
Gladys Meiry Matteo
Gustavo Arthur Mechlin Prado
Ieda Inacia Carneiro Silva

Ivan de Carlos
Ivanio Rodrigues Alves
Ivo Fernandes Junior
Jean Carlos Pereira João Adão Cineis
João Aparecido Edo
José Gabriel A. Gomes Camargo
Julio Cesar do Nascimento
Leandro Alves da Silva
Lina Cabral Adani
Luci Lorençon Manara
Luciana Arrioli
Luciano Berto
Luciano Marques Filippin
Luis Filipe Rodrigues
Luiz Carlos Massaini
Manuela Gonçalves Garcia
Marães Marcelo da Silva
Marcia Toniolo Lopes
Márcia Trevisan Vigorito
Marcio Luciano G. Barbosa
Marcio Tonelotti
Marco Antonio Bertelle
Marcos Rosa de Carvalho
Maria de Fátima Tolentino
Marilda Das G. Silva Morais
Mario Sanges Neto
Mauricio André Garcia
Myrian Nolandi Costa
Paulo Cesar Araújo Ballani
Paulo Sergio Vicinança
Paulo Szeligowski Tinel
Rebeca Tadelha Machado Borges
Renan Moraes Sampaio
Renata de lima P de Gasperi
Renato Garofalo
Renato Rosseto
Ricardo Danieli Zanin
Roberto Galani Marques
Romeu Cantusio Neto
Rovério Pagatto Junior
Samuel de Oliveira Junior
Satoshi Ando
Sergio Raimundo Grandin
Sidnei Lima Siqueira
Silvia Helena Ferreira Dias
Simone A. Cracco Francisco
Sinézio Aparecido de Toledo

Sonia Maria dos Santos Souza
Tania Silvia Hortencio P. Souza
Tatiana Gama Ricci
Uildson Carlos A. de Oliveira
Vladimir José Pastore

TI

Carlos Augusto Barba Chagas
Marcelo Ricardo Mosena
Suely Tashie Honma
Vitorio Henrique Ferreira

Comunicação Social

Luciano Soares Traldi
Marcos Eduardo Lodi
Maria Helena Bento de Goes

Secretárias (o)

Ana Angélica Peres Ferreira
Ana de Fátima Oliveira
Ana Lucia Stefanini Tim
Ana Maria Deamente Correa
Benedita dos Santos Almeida
Carmen Silva Miguel Pereira
Fatima Cristina de Araujo
Helga Galvez Miritello
José Luis Costa
Maria Aparecida Chagas
Maria Celia Souza Ribeiro
Maria Regina Mendes Nascimben
Marli Coutinho Moreno
Reinalva Viera Miguel
Sandra Teresa Montaldi
Simone Aparecida Pires Sales
Viviane Cristina Oliveira
Zélia Aparecida de Sousa

Transporte

André Luis Berni
Arcindo Coelho
Diego Rodrigues Munhoz
Donizete Rodrigues dos Santos
Luiz Carlos Moreria
Odair de Souza
Renato Boscolo
Osmar João de Souza Lopes
Fabio Fraga Alves



WE SUPPORT



The CEO Water Mandate

WE SUPPORT

INSTITUTO
ETHOS

 **SANASA**
C A M P I N A S

NOSSA VIDA É INOVAR